

Setembro 2020

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chinesa em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, O PAÍS, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.Org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7	
1.1	Construção e Obras Públicas assegura 19,5 mil novos empregos	7
1.2	60 Famílias excluídas do programa Kwenda	7
1.3	Extensão de beneficiários gera insatisfação entre trabalhadores descontados	7
1.4	A armadilha da pobreza em Angola	9
1.5	A vida dos pobres não vale nada	10
1.6	Importação de produtos alimentares baixou 199 milhões de dólares	12
1.7	Kwanza depreciou 21% face ao dólar e 25,5% face 'ao euro desde o início da pandemia	12
1.8	Baixas taxas de contribuição social desencorajam subsídio de desemprego	13
1.9	“Angola não tem condições para instituir fundo de desemprego”	13
1.10	Angola quer erradicar pobreza extrema até 2030	14
1.11	Crianças de áreas urbanas verdes têm QI mais elevado	15
1.12	As pequenas e médias empresas, o desemprego e as famílias	16
1.13	Estabelecido regime da protecção social	16
1.14	Governo promete solução para o fim dos subsídios	17
2. MICROFINANÇAS	18	
2.1	Apenas um em cada três vendedores tem conta bancária	18
2.2	Banco Yetu vai apoiar pequenos agricultores e cooperativas no Huambo	19
2.3	Yetu empresta aos produtores a juro baixo	20
2.4	Crédito para micro-negócios entra agora em fase de testes	20
2.5	Rede de Transportes reforçada	21
2.6	Transferidos às cooperativas 50 por cento do micro-crédito	22
2.7	O crédito malparado, 34 por cento no semestre	23
2.8	Micro negócios obtêm crédito na banca local	23
2.9	43,3% dos comerciantes não fazem poupança	24
2.10	Acordos habilitam cooperativas ao crédito em três províncias	25
2.11	Crédito não cresce apesar dos inúmeros programas de apoio	26
2.12	Sociedades de microcrédito investem em pequenos negócios	27
2.13	Crédito à produção nacional mobiliza várias cooperativas	27
2.14	Produtores do Zaire estão aptos para receber os financiamentos	28
3. MERCADO INFORMAL	30	
3.1	Exames rápidos a taxistas resultam em 44 reactivos	30
3.2	Apenas um em cada três vendedores tem conta bancária	30
3.3	Luanda procura causa de filas em paragens de autocarros	32
3.4	Reflexões sobre possíveis soluções para a reconversão da economia informal em Angola	32
3.5	Apartamentos e vivendas transformados em cantinas	34
3.6	Produção de sabão emprega mulheres	34
3.7	Agitação no São Paulo e Kicolo	34
3.8	Manifestações de alegria nos mercados de Luanda	35
3.9	Taxistas terminam formação para reforço da prevenção	35
3.10	Vendedores de mercados de Luanda cumprem medidas de prevenção	36
3.11	43,3% Dos Comerciantes não fazem poupança	37
3.12	Voluntários reforçam sensibilização nos mercados	38

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E	39
TRANSPARÊNCIA	39
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	39
5.1 “Debate sobre autarquias não deve ser partidarizado”	39
5.2 Oposição e sociedade civil querem prazo para autarquias	40
5.3 Eleições autárquicas	41
5.4 «Eventual vitória da oposição levou o MPLA a temer»	41
5.5 Executivo e Parlamento trabalham para as autarquias	42
5.6 JURA critica “incerteza” sobre as autarquias	43
5.7 Orçamento participativo implementado em Janeiro	43
5.8 Municípios podem fiscalizar execução das obras do PIIM	44
5.9 Bloco Democrático Critica Adiamento Das Autarquias	44
5.10 Defendida inclusão de ONG no Orçamento Participativo	45
5.11 UNITA pede aprovação urgente da lei principal	46
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	47
6.1 Construção e Obras Públicas assegura 19,5 mil novos empregos	47
6.2 Novos projectos sociais transformam a vida dos habitantes de Galangue	47
6.3 Demolidas dezenas de casas na urbanização Vila Cativa	48
6.4 Apartamentos e vivendas transformados em cantinas	49
6.5 Construções Anárquicas Preocupam As Comissões De Moradores No Zango 5	49
6.6 Delimitação administrativa	53
6.7 Anatomia de uma «Irmandade»	53
6.8 Construção de projectos de baixa renda é a solução para equilibrar a oferta de moradias	56
6.9 Obras do PIIM fazem disparar preços dos materiais de construção	56
6.10 Projectos ajudam a transformar a economia familiar nos municípios	58
6.11 Enxotados pela madrugada	59
6.12 Foram todos expulsos do Capari	60
6.13 Crianças de áreas urbanas verdes têm QI mais elevado	61
6.14 Beneficiários de casas inacabadas têm prazo para concluir as obras	62
6.15 Vítimas das chuvas beneficiam de apoio	62
6.16 BNA manda converter prestações em kwanzas	63
6.17 Associações da banca e do imobiliário satisfeitas com conversão do crédito	64
6.18 Esta em carteira lei que visa disciplinar intermediação	65
6.19 FFH altera preços no Sequele e reclama pagamento das operadoras da rede móvel	65
6.20 Legalização SOS Habitat aguarda certidão de registo há 17 anos e vê-se limitada na sua actividade cívica	66
6.21 «Na legalização da actividade ganha o Estado»	67
6.22 Negócio de intermediação de residências ganha <terreno> em Luanda	67
6.23 Imobiliária quer acabar com supostas fraudes	68
7. TERRA	70
7.1 Banco Yetu vai apoiar pequenos agricultores e cooperativas no Huambo	70
7.2 Demolidas dezenas de casas na urbanização Vila Cativa	70
7.3 Delimitação administrativa	71
7.4 Serviço de Protecção Civil prepara reassentamento	71
7.5 Terreno para refinaria está livre de minas	72
7.6 Lotes para construção vão ser distribuídos	72
7.7 Mais de 50% de fazendas cedidas estão inoperantes na Caála	73

7.8	Ocupação de terrenos com os dias contados	73
7.9	Enxotados pela madrugada	73
7.10	Foram todos expulsos do Capari	74
7.11	Vítimas das chuvas beneficiam de apoio	75
7.12	Esta em carteira lei que visa disciplinar intermediação	76
7.13	«Na legalização da actividade ganha o Estado»	77
7.14	Negócio de intermediação de residências ganha <terreno> em Luanda	77
7.15	Terrenos infra-estruturados comercializados em Novembro	79

8. SERVIÇOS BÁSICOS 80

8.1	Desmantelada rede de garimpo de água	80
8.2	Banco Mundial vai conceder nova tranche de Usd 500 milhões	80
8.3	Bungo ganha novo sistema de abastecimento de água	81
8.4	Obras de reabilitação incidem na drenagem das águas pluviais	82
8.5	Abastecimento de água potável pode melhorar	83
8.6	Aumentam escolas com água da rede pública	84
8.7	ELISAL enfrenta problemas de vária ordem	84
8.8	Administração da Matala leva água às escolas	85
8.9	Zonas sob cerca sanitária com dificuldades de água	85
8.10	Projectos de água em construção registam progressos em Benguela	86
8.11	Jovem apoia captadores de lixo	86
8.12	Garantir o abastecimento regular de água	86
8.13	Reservatórios de mil litros de água instalados nas escolas	87
8.14	Terrenos infra-estruturados comercializados em Novembro	88

9. GÉNERO E VIOLENCIA 89

9.1	Criminalidade aumenta na província do Cunene	89
9.2	Moradores do bairro Sapú II clamam por mais segurança	89
9.3	Rixas Entre Grupos Assombram Moradores	90
9.4	Apenas 27 efectivos da Polícia patrulham 24h/24h distrito urbano do Sambizanga	91
9.5	Criminalidade polícia Nacional acaba com patrulhamento da «Turma do Apito) no Sambizanga	91

10. AMBIENTE 93

10.1	País lucrou 23 milhões com negócio de madeira	93
10.2	Serviço de Protecção Civil prepara reassentamento	94
10.3	Efeitos das alterações climáticas preocupam ministra do ambiente	94
10.4	Madeireiros com prejuízos avultados	95
10.5	Orientada a recolha de resíduos na baía	95
10.6	Vítimas das chuvas beneficiam de apoio	96
10.7	Santuário dos Embondeiros está a ser dizimado	97
10.8	Cunene tem estudo sobre seca e cheias	97

11. MINEIRA 99

12. MIGRAÇÃO 99

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 99

13.1	FMI avalia programa a 16 de Setembro sem acordo com a China	99
------	---	----

13.2	O paradoxo do Investimento chinês em Angola	100
13.3	Angola e China apostam no reforço da cooperação	101
13.4	China pretende elevar parceria com Angola	101

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Construção e Obras Públicas assegura 19,5 mil novos empregos

Jornal de Angola
2 De Setembro de 2020

O sector da Construção e Obras Públicas foi o que mais se destacou em 2019 com a criação de 19 mil 529 novos empregos, num total de 56 mil 116 postos criados no II Trimestre deste ano.

Segundo o relatório do inquérito ao emprego, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o sector dos transportes segue em segundo lugar com a criação de 17 mil 207 novos empregos.

A Administração Pública não registou a criação de novos empregos no período.

O documento sustenta que as empresas efectuaram 15 mil 592 colocações directas, das quais 36 por cento são do sector de prestação de serviços, seguindo-lhe o do comércio por grosso e a retalho com 28 por cento.

Os pedidos de emprego situaram-se num total de 45 mil 636, dos quais 23 mil 495 candidatos possuem o 2º ciclo do ensino secundário que representa 51 por cento dos pedidos.

Domínio da formação

A formação profissional é um subsistema de ensino que no ano de 2018, para atender à demanda, contou com 772 instituições de formação profissional das quais 177 públicas e 595 privadas, sendo os centros de formação privados os que apresentam maior número na ordem de 77 por cento do total de centros a nível nacional.

Comparativamente ao período homólogo registou-se um aumento de 63 instituições de formação.

O Sistema Nacional de Formação Profissional (SNFP) lançou para o mercado de trabalho 48 mil 818 formandos nas mais variadas especialidades, sendo 35 mil 823 do sexo masculino e 12 mil 995 do sexo feminino, que corresponde a 73 e 27 por cento, respectivamente.

Quanto às condições de trabalho, as acções inspectivas incidiram sobre 5 mil 791 empresas. Destaca-se a maior cobertura no sector do comércio com 47 por cento e dos serviços com 21. A nível nacional as inspecções abrangeram 161,6 mil trabalhadores, segundo os dados do INE.

I.2 60 Famílias excluídas do programa Kwenda

Jornal de Angola
4 De Setembro de 2020

Sessenta famílias, das 1.916 inicialmente registadas na fase piloto do Programa de Transferências Sociais Monetárias "Kwenda", no município de Cambundi-Catembo, foram excluídas da lista, por "não obedecerem os critérios de elegibilidade".

De acordo com a Angop, que cita o director provincial do Fundo de Apoio Social (FAS), Gomes Golambole, a exclusão deve-se ao facto de os tutores serem trabalhadores da educação, saúde e, alguns deles, operadores económicos que residem nas aldeias de intervenção.

De acordo com a fonte, visando reforçar a sua assíso Programa Kwenda, lançado a 31 de Julho em Malanje (Município de que devido a questões Cambundi-Catembo) já atribuído a mil famílias vulneráveis, das 1.856 cadastradas, o valor de 25.500 kwanzas, referente a um acumulado de três meses, visando reforçar a sua assistência social e económica.

Por outro lado, referiu que devido a questões logísticas e administrativas, o programa retoma a operacionalização no dia 21 deste mês, com o pagamento das últimas 856 famílias em falta.

I.3 Extensão de beneficiários gera insatisfação entre trabalhadores descontados

Novo Jornal
4 De Setembro de 2020
Texto: Borrvalho Ndomba

Um grupo de funcionários do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) denunciou irregularidades no processo de alargamento do Fundo Social (FS) daquela instituição, que prevê, doravante, beneficiar todos os trabalhadores do Ministério da Administração, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), sem que estes descontem 3% dos seus ordenados para a sustentabilidade do mesmo, soube o Novo Jornal de uma fonte da mesma empresa.

A fonte considerou, inadmissível e injusta a medida tomada pela nova titular da pasta, alegando violar a Lei n.º 18/90, de 15 de Outubro, sobre a criação do FS para os trabalhadores, quer do INSS, quer do MAPTSS.

Os mais de 600 trabalhadores do INSS descontam 3% dos seus ordenados há 24 anos, como suporte à sustentabilidade do FS, sendo que 1% anual provém da Protecção Social Obrigatória daquele instituto público, pelo que consideram injusto que os trabalhadores da estrutura superior do sector sejam beneficiados sem descontar.

As mudanças em curso iniciaram-se no princípio de Agosto, estando a comissão do grupo técnico sob coordenação do director do gabinete da ministra, Arnaud de Campos Albergaria, que começou pela suspensão dos referidos subsídios, sem que houvesse uma comunicação em assembleia de trabalhadores, tal como reza o regulamento do FS, afirmam os contestatários.

O artigo 14.0 do Regulamento do FS, em posse do Novo Jornal, prevê que "a Comissão de Gestão deve ser coordenada por um presidente eleito em assembleia de trabalhadores, convocada para o efeito.

Esta situação, conforme a nossa fonte, tem gerado um clima de suspensão e descontentamento generalizado nos corredores do INSS, não obstante a comissão técnica criada ter oito meses para apresentar as medidas tendentes a garantir o normal funcionamento do referido fundo.

Os descontentes suspeitam que esta situação terá precipitado a exoneração do antigo director do INSS, Hugo Brás, na última semana, alegadamente por este discordar da medida, por entender não haver sustentabilidade para garantir a estabilidade do FS com contributo, apenas, dos funcionários do INSS.

Em contrapartida, no dia 24 de Agosto, grupo de trabalhadores não identificados endereçou uma carta ao Presidente da República, João Lourenço, com conhecimento do ministro de Estado e Chefe da Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, incluindo a ministra do MAPTSS, Teresa Rodrigues Dias, e o anterior director do INSS, Hugo Brás, alegando atropelos à institucionalização do fundo, à luz da Lei n.º 18/90, de 15 de Outubro, cujo início do funcionamento está datado desde 1992.

Contendo 17 pontos, no referido documento, o colectivo de trabalhadores diz que a proposta de alargamento facilmente acabaria com aparente sustentabilidade das receitas acumuladas pelos

descontos feitos aos funcionários do INSS, durante mais de duas décadas, podendo conduzir à falência.

"Pouco mais de seis mil funcionários, contra os 600 do INSS, alegam que aceitar o alargamento do FS seria admitir um colapso, pois não é possível manter aparente estabilidade com apenas os descontos dos trabalhadores do INSS", lê-se na carta.

Lembra que a atribuição de quaisquer benefícios do FS do INSS depende de um período de contribuições, de modo a garantir a sua manutenção, contrariando a decisão da titular da pasta para a atribuição imediata de benefícios a todos os trabalhadores do sector, mesmo sem contribuírem para o fundo.

O grupo de funcionários, segundo a missiva, considera legítima a pretensão da senhora ministra em ver melhorado o seu status remuneratório, mas não parece que tal melhoria seja feita à custa do sacrifício das contribuições dos trabalhadores do INSS durante os 24 anos de existência do FS.

"Nos termos do artigo 35.º do Decreto Presidencial n.º 66/14, o pessoal do INSS tem um FS financiado pelo orçamento da protecção social Obrigatória mediante a transferência de até 1% do total das contribuições, pelo facto de os seus trabalhadores participarem do processo de arrecadação das receitas do INSS", argumentam os trabalhadores.

"Não encontramos fundamentos legais ou de facto para o alargamento proposto pela actual ministra, acrescentam.

Desigualdade de tratamento

Em conversa com o NJ, os trabalhadores salientam que esta situação de tratamento desigual entre os quadros da estrutura superior do sector e do INSS tem sido recorrente desde o consulado dos anteriores ministros, Pitra Neto, assim como de Jesus Maiato.

Para além da disparidade no quadro remuneratório dos trabalhadores, as regalias não têm sido atribuídas de forma justa. A nossa fonte avançou como exemplos dois projectos habitacionais erguidos em 2006/2009, alegadamente com verbas advindas deste fundo social, no município do Cazenga e de Talatona, vulgo Bairro dos Militares, onde os beneficiários maioritariamente foram funcionários da Direcção Central do MAPTSS, em detrimento aos técnicos do INSS.

Despacho interno da ministra Segundo o despacho interno n.º 9/2020, de 21 de Agosto, assinado pela titular do MAPTSS, considerando o alargamento do FS do INSS a todos os funcionários, determinou a

criação de uma comissão instaladora para materializar a institucionalização do FS dos trabalhadores e agentes administrativos do MAPTSS, a ser coordenada pelo director do gabinete da ministra, Arnaud Albergaria, e outros altos dirigentes do sector.

A comissão, refere o despacho, dentre atribuições, deverá elaborar os relatórios mensais das actividades desenvolvidas e submeter ao gabinete da ministra, tendo, igualmente, oito meses, a partir do dia 21 de Agosto, data em que entrou em vigor o presente documento, para a apresentação das medidas que visam garantir o normal funcionamento do referido Fundo.

O despacho surge em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137 da Constituição da República e do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do MAPTSS.

O Novo Jornal contactou o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do MAPTSS, Julião Neto, que garantiu prestar quaisquer esclarecimentos oportunamente.

1.4 A armadilha da pobreza em Angola

Jornal Expansão

11 De Setembro de 2020

Certamente, a maioria dos angolanos e estrangeiros descreve a nossa pátria como: "Angola é um País rico", querendo enfatizar o potencial em recursos naturais do País; sob outra perspectiva, também há, sem sombra de dúvidas, a pobreza, sendo uma armadilha mesmo para quem trabalha. Pessoa com emprego, mas a ganhar menos do que precisam para adquirir uma cesta básica, isto é, num estado de pobreza monetária. Este fenómeno já existia, mas o panorama financeiro actual, acrescido dos efeitos da Covid-19 e, ao mesmo tempo, da redução do preço do petróleo nos mercados internacionais, agravou-o.

O cenário actual obriga-nos a fazer uma transição mais "virtual e tecnológica", atirando os mais pobres para uma situação de exclusão, que é uma das características da armadilha da pobreza.

Com base nas desigualdades excessivas, vamos continuar a traçar os mesmos caminhos? Com programas de combate à pobreza, que são vistos como medidas paliativas? O que iremos pensar face a isto? Ter tudo e não ter nada? Temos de reconhecer que Angola encontra-se na armadilha da pobreza.

Adam Smith, um dos mais proeminentes economistas e pai da economia moderna, na sua obra intitulada "Um inquérito sobre a causa das riquezas das nações", escreveu: "Não se vêem, porventura, povos pobres em terras vastas, potencialmente férteis e com um clima dos mais benéficos? E, inversamente, não se encontra por vezes uma população numerosa vivendo na abundância num território exíguo, não favorecido por dons naturais? Ora, se essa é a realidade, é porque existe uma causa sem a qual os recursos naturais, por mais preciosos que sejam, nada são". Essa causa dominante é o trabalho, ou seja, a capacidade de acrescentar valor e transformar recursos em riqueza. Passados mais de 200 anos, o pensamento de Smith continua a ser aplicável à nossa realidade.

A armadilha da pobreza surge na esfera da economia do desenvolvimento' e é entendida como um mecanismo de auto-reforço da pobreza que, tendencialmente, perpetua um ciclo vicioso. Neste âmbito, indivíduos abaixo da linha da pobreza mantêm-se pobres, e países inicialmente pobres tendem a continuar na pobreza. O modelo de crescimento económico Harrod-Domar, quando alterado em alguns dos seus pressupostos, identifica a armadilha da pobreza como um equilíbrio estável e com baixo nível de rendimento precária.

Dados finais avançados pelo INE, Relatório sobre a Pobreza multidimensional em Angola, estima a incidência da pobreza nacional em 54%; mais de quatro em cada dez angolanos são pobres, com privações em habitação de qualidade adequada (44,2%), ou em electricidade (43,7%) ou de registo civil (43,3%). A taxa de incidência da pobreza multidimensional na zona rural (87,8%) é mais que o dobro da taxa de incidência nas zonas urbanas (35%). Estatísticas da contabilidade nacional apontam para uma variação negativa do PIB de 1,8% no I trimestre de 2020 relativamente ao período homólogo. Se é consensual que a redução da pobreza ocorre quando se regista crescimento económico sustentado, mudança estrutural dos sectores da actividade económica e políticas de redistribuição de rendimentos progressivas, depreende-se que a conjuntura actual origina um emaranhado que há muito se não consegue desembaraçar.

É crítico constatar a falta de eficácia na exploração de recursos, tal como na promoção de cadeias globais de valor e aproveitamento de recursos naturais (recursos hidroeléctricos, combustíveis fósseis, terras aráveis para agricultura etc.) como factor de desenvolvimento de regiões potencialmente ricas. A taxa de incidência da pobreza, em muitas das outras províncias, excepto Luanda (23,7%), é bastante alta. Estatísticas do Índice de Pobreza Multidimensional

(IPM) indicam as províncias do Bié, Cunene, Lunda Norte, Moxico, Cuando Cubango, Huambo, Uíge e Cuanza-Sul, com taxas de pobreza superiores a 70%; significa que pelo menos 7 em cada 10 pessoas nessas províncias são multidimensionalmente pobres.

Não é um assunto novo entre nós, que os planos e programas, como, por exemplo, o Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza 2018 - 2022 (PIDLCP) e o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), são estrategicamente bem elaborados, as metas e objectivos bem definidos, mas desvios consideráveis na implementação, fraco grau de execução e fiscalização são aspectos que saltam sempre à vista. As linhas orientadoras estão traçadas, o arregaçar das mangas, parte conclusiva do processo, desanimam. O resultado é, normalmente, abaixo do esperado, o desenvolvimento humano e bem-estar dos cidadãos tarda a chegar. Os programas para o alcance da suficiência alimentar já há décadas anunciados, ficaram pela retórica das políticas públicas que se sobrepõem ao racional das políticas económicas; o programa Kwenda, de transferência monetária directa, suscita controvérsias e levanta-se a hipótese de a ocasião fazer muitas vezes o ladrão.

O aparelho administrativo do Estado continua bastante pesado, apesar das iniciativas de diminuição, por fusão de ministérios, perdura a pouca eficiência no exercício das suas funções. O mais agravante é a falta de articulação entre os órgãos ministeriais, governos centrais e provinciais e administrações municipais na execução de projectos e iniciativas de combate à pobreza e desenvolvimento local. Talvez as autarquias possam aligeirar tais falhas, mas, o crucial seria a mudança de atitude para que se inverta o quadro.

A crescente disparidade na distribuição de rendimentos em Angola é preocupante. O Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA 2018-2019) estima um coeficiente de Gini nacional em 0,51. O coeficiente de Gini é mais alto nas áreas urbanas (0,48) do que nas áreas rurais (0,44), embora as diferenças não sejam estatisticamente significativas. De forma objectiva, a desigualdade a nível de rendimentos, afecta os cidadãos, na medida em que para fazer face à perda de poder de compra, por causa da inflação e implementação do IVA, vêem-se obrigados ajuntarem-se a outros indivíduos, vulgarmente chamados de "sócia", conhecidos ou não, para adquirirem determinado produto. Outrora, havia maior folga financeira e taxas de crescimento do PIE relevantes para o alcance da equidade, não foram aproveitados esses períodos de expansão; portanto

mais difícil será agora a redução das desigualdades, em períodos de recessão económica.

Se a nível da teoria económica, fundamentadas por evidências empíricas, existe uma relação de interacção entre crescimento, desigualdade e pobreza, então é possível atestar que quanto mais desigual for a distribuição de rendimento, maior ímpeto evidencia a pobreza; mais intensamente apropria-se e é auto-sustentada; torna-se uma "rua sem saída". A desigualdade funciona como um limite que restringe o progresso, reforça a pobreza e asfixia a economia, gerando um equilíbrio que favorece uma minoria abastada em detrimento de uma maioria que lida com privações de várias ordens.

1.5 A vida dos pobres não vale nada

Novo Jornal

11 De Setembro de 2020

Já perdemos a conta dos angolanos que não eram bandidos e foram mortos ou severamente agredidos, de forma gratuita e desumana, pela Polícia Nacional ou pelos fiscais dos Governos Provinciais. A cada fotografia que vemos destas vítimas, que não tiveram tempo de se despedir da vida, sentimos raiva, dor, pena, medo e, sobretudo, descrença nos servidores públicos. O elevado e alarmante número de casos já devia ter feito que o Executivo se levantasse e investigasse de forma contundente e eficaz este fenómeno anormal. Mas isso não aconteceu porque os outros mortos eram pobres em todos os sentidos. Não tinham sindicato, nem uma ordem, nem colegas de profissão que desmentissem as versões oficiais dos órgãos implicados. E de escândalo em escândalo (porque todos os dias há um novo escândalo sobre assuntos que são antigos), o mediatismo de cada caso foi esquecido, tal como todas as promessas institucionais de ajuda e salvaguarda da família dependente da pessoa assassinada, a exemplo da jovem zungueira de 28 anos, Juliana Cafrique, morta em 2019, na via pública, por ter defendido a sua bacia, deixando três filhos, com seis meses, dois e sete anos, cujo marido até hoje está desempregado não obstante ter recebido a promessa de três empregos pela boca das entidades que o foram consolar!

Mas, felizmente, o ser humano ainda mantém algumas das benéficas regras de sobrevivência do reino animal. Atacando um, de determinada espécie, toda a espécie se une e combate os atacantes. E foi o que aconteceu com a morte do Dr. Sílvio Dala. A classe saiu em unísono em sua defesa, trazendo argumentos científicos que tornaram nublada e incompreensível a explicação oficial da morte do

jovem médico. Todas as associações ligadas ao sector da Saúde se uniram, impondo um luto nacional e um programa de luta pela verdade. O Sindicato dos Médicos reagiu de forma contundente. A Ordem dos Médicos "solicita uma nova investigação independente das circunstâncias em torno da morte do jovem médico de quem o País tanto esperava".

As redes sociais atacaram em bloco. Os jornais, os sítios noticiosos e as rádios comentaram, de forma exaustiva, este infausto. A indignação é global e já se internacionalizou. A aberração foi a palavra de ordem para explicar este caso. À televisão, que em uníssono se tornou alinhada, não podemos agradecer a utilidade, pois demorou muito tempo a trazer o contraditório e ainda hoje tem maior eco a versão oficial, o que é lamentável.

Mas, afinal, o que é que se ensina na Escola da Polícia se a opção à resposta violenta e desproporcional se tornou a regra? O que explica o facto de o agente perder o medo e o discernimento e decidir que nos pode matar sem consequências? Quantas são as avaliações psicológicas a que um agente da Polícia é submetido para podermos ter a certeza de que estamos perante uma pessoa de bem e não um louco que não consegue medir o impacto da tortura no corpo de uma pessoa frágil ou ultrapassar sistematicamente a fronteira da Lei? Será que os critérios de ingresso na Polícia Nacional são baseados em modelos formais que incluem competências éticas, psicológicas e físicas ou apenas importa ter muitos efectivos em detrimento da qualidade? É frustração pela precariedade do salário? É por terem duas e três esposas e um monte de filhos que não conseguem sustenta? É por ausência de Deus nas suas vidas? É porque a formação não é competente? Onde residem as razões que determinam tanta violência? Estas e outras questões deviam ser alvo de imediata avaliação por parte dos deputados e do Executivo no seu conjunto, para aferir onde reside o problema e resolvê-lo. É um imperativo nacional.

Foi tornado público, esta semana, que morreram mais dois jovens, um em Viana e outro em Malanje, por disparos feitos pela Polícia. Já foram muitos. Amanhã serei eu e depois serás tu ou um dos teus ou meus filhos se ninguém travar esta onda de irracionalidade por parte de quem tem uma farda e uma arma na mão. A vida humana deixou de ser o bem maior. No nosso País morremos à toa e estamos órfãos de protecção institucional. Nenhum país se constrói a chapada. O terror não educa. Nenhum país se unifica-se a cúpula permite que o povo seja tratado de forma medieval sem que ninguém nos socorra. Já tivemos assassinatos políticos, assassinatos por conveniência histórica, assassinatos por tentar dar jantar aos filhos vendendo na rua, porque o País não

lhes deu nada, assassinatos por reclamar melhores condições de trabalho e de remuneração. Nunca consegui esquecer a morte do jovem Rufino Antônio, assassinado com um tiro na cabeça, por se colocar em frente à demolição da casa dos seus pais, onde vivia em 2016. Só tinha 14 anos. Agora morremos porque nos querem salvar da Covid-19 e, por isso, já "foram a óbito" muitas pessoas mortas pela Polícia, por causa da esquizofrenia do excesso de zelo, muitas vezes em contramão com a lei, a exemplo da multa que não dá direito à detenção.

A Polícia Nacional tem milhares de pessoas boas que são profissionais e que respeitam as regras, e este facto é indesmentível e significa esperança. Estes deviam unir-se para extirpar o cancro que está a matar o bom nome e a imagem do colectivo. Mas não é novidade para ninguém que há um elevado número de agentes que é prepotente, ameaçador e perigoso. Todos nós já tivemos experiências muito desagradáveis com a Polícia. Entrar na esquadra só para apresentar uma queixa já dá medo. Não basta pedir desculpa. Não basta pagar o enterro. É imperativo que façam uma escolha. Ou se purificam urgentemente ou o tempo encarregar-se-á de matar o crédito da instituição. E isto seria um tremendo desastre, pois a Polícia é uma instituição necessária, prioritária e insubstituível para assegurar a ordem e a tranquilidade dos cidadãos e dos países.

Cada vez que morre um angolano, seja por que motivo for, a dor devia ser colectiva, pois, na maioria das vezes, morre de abuso por desrespeito aos direitos humanos. Abuso por não ter água, por não ter esgotos, por falta de acesso à saúde e alimentação de qualidade. Morre porque as estradas não são seguras, morre porque as doenças são tantas, que a maioria dos corpos não aguenta. Morre de desalento vencido pela pobreza extrema. Morre, sobretudo, de indiferença institucional. Mas morrer nas mãos de quem nos devia proteger engrandece a tragédia. Por isso, a morte de um é a morte de todos, porque mais dia, menos dia será um de nós. A vida é, de facto, o BEM MAIOR, mas é desumano o Executivo exprimir este sentimento e não desencadear todas as acções que protejam, de facto esta intenção.

1.6 Importação de produtos alimentares baixou 199 milhões de dólares

Jornal Expansão

25 De Setembro de 2020

Texto: João Armando

A quebra nas importações de bens alimentares no primeiro trimestre de 2020 foi de 199,1 milhões, USD, passando de 717,5 milhões no IV trimestre de 2019 para apenas 518,4 milhões. Uma parte do diferencial pode ser explicado pelo ajustamento cambial, mas a maior fatia tem a ver com a quebra real dos produtos importados, explicado pela época do ano, em Janeiro e Fevereiro existe sempre uma baixa no consumo, mas também porque a produção nacional vai ganhando espaço nas escolhas dos consumidores, ou então os angolanos estão a consumir menos. Esta quebra é tanto mais significativa porque representa uma quebra de 27,8% face ao IV trimestre de 2019.

Outra quebra importante aconteceu na categoria dos combustíveis, menos 106,3 milhões USD, uma descida de 29,6%, embora aqui a explicação da baixa de preços em Fevereiro e Março seja mais consensual, até porque houve um aumento das quantidades adquiridas no estrangeiro. O preço médio do combustível (FOB) comprado no IV trimestre de 2019 foi de 960 USD jton, enquanto no Iº trimestre deste ano foi de 581 USD jton.

Uma terceira categoria igualmente importante, "máquinas, aparelhos mecânicos e eléctricos", teve uma queda de 11%, mas ainda um decréscimo de 78,1 milhões USD. No global, todas as principais categorias (ver gráfico) tiveram decréscimos em valor, o que resultou numa quebra global de 636,6 milhões USD, menos 20,6% em comparação com o último trimestre de 2019.

As importações de bens de consumo corrente apresentaram um peso de 62,4% na estrutura das importações, enquanto o peso dos bens de capital e de consumo intermédio foi de 24,1 % e 13,6%, respectivamente. Importa referir, tal como refere o relatório do BNA, que as importações de bens de consumo corrente, bens de capital e de consumo intermédio registaram reduções de 21,4%, 21,3% e 15,7%, comparativamente com o trimestre anterior.

Origens das importações Relativamente às origens das nossas importações, apesar de ter tido a maior quebra, menos 189,3 milhões USD, a China continua à frente dos fornecedores do nosso mercado. Segue-se Portugal, que lidera na categoria de "alimentação e

bebidas", teve um decréscimo de 131,7 milhões, menos 27,7% do que tinha vendido a Angola no trimestre anterior. Na terceira posição aparecem os Estados Unidos, também diminuiu o valor de vendas ao nosso País, embora com uma menor dimensão - 25,8 milhões USD.

Na quarta posição aparece a África do Sul, que, contrariando a tendência, aumentou as suas exportações para o nosso País, passou de 132,7 milhões para 144,5 milhões USD, ou seja, no IV trimestre tinha um peso de 4,3% no total importações e no I trimestre deste ano já vale 5,9%. Este é um caminho natural tendo em atenção a proximidade geográfica, a sua competitividade em algumas áreas, de que são exemplo os bens alimentares e os produtos químicos, e também porque, de forma gradual, se vão instalando no nosso País empresas sul-africanas que trazem consigo maior volume de vendas de bens. a quinta posição, em termos de valor de importações, surge a Coreia do Norte, também teve um decréscimo nas suas vendas a Angola, menos 24,5 milhões USD, sendo que estes cinco países juntos fazem quase metade das nossas importações (45,8%).

Uma última referência para a Turquia, um mercado importador relativamente novo, que também aumentou as suas vendas para Angola nestes três primeiros meses do ano, mais 12,5 milhões USD, que na prática representa um aumento 18,4% quando comparado com o IVº trimestre de 2019.

1.7 Kwana depreciou 21% face ao dólar e 25,5% face ao euro desde o início da pandemia

Jornal Expansão

11 De Setembro de 2020

Texto: Faustino Diogo

A moeda nacional já depreciou 21 % face ao dólar e 25,5% face ao euro desde Março, altura que o País viu decretado o estado de emergência devido à pandemia da Covid-19. A depreciação está a ser influenciada pela menor disponibilidade de divisas no mercado cambial, afectando assim o diferencial entre as taxas de câmbio oficial e informal das principais moedas, com o dólar a valer esta semana 785Kz e o euro a bater nos 900Kz nas ruas de Luanda.

De acordo com as taxas apuradas ao final da tarde desta quarta-feira, comprar um dólar nos bancos custava 622,9Kz, quando no início de Março valia 492,63. Já o euro era vendido no mercado oficial a

773,74Kz, quando no início de Março custava 546,40Kz.

A justificar a queda no Kwanza está a redução dos recursos em moeda estrangeira, provocado pela queda na receita de exportações do petróleo, principal fonte de receita do país. Considerando que as receitas de moeda estrangeira do país resultam maioritariamente da exportação do petróleo e as receitas têm vindo a diminuir, isso significa que continua a haver maior procura do que oferta na negociação de moeda estrangeira, inflacionando, assim, as taxas de câmbio em desfavor da moeda nacional.

Acresce que o quadro de menor disponibilidade de recursos e de crescimento da procura tem feito subir o 'gap' entre as taxas de câmbio das principais moedas estrangeiras no formal e no informal. Ou seja, se comparar um dólar no mercado oficial custa hoje 622,98Kz, nas mas de Luanda, para a mesma moeda, as pessoas pagam 785, um gap de 26% face à taxa praticada pelos bancos.

O mesmo sucede com o euro.

Quando o oficial despacha a moeda nos 773,74Kz, nas ruas de Luanda estão a vender um euro a 900Kz, representado um diferencial de 23% comparativamente às taxas praticadas pelo mercado oficial.

O Banco Nacional de Angola implementou o regime cambial flexível (fazendo cair o regime de taxa administrativa), que tem a vantagem de permitir ao próprio mercado corrigir as distorções.

O FMI entende que apesar da queda abrupta do valor Kwanza, o banco central deve evitar de intervir no sentido de atenuar a depreciação. Entretanto, o banco central garantiu ao Expansão que tem poder para intervir no mercado: "O BNA tem poder de intervir no mercado cambial para inverter o curso da moeda, caso este se revele insustentável. Pode fazer isso através da injeção de mais liquidez em moeda estrangeira ou via política monetária mais restritiva, tendo sempre presente o seu objectivo principal que consiste na estabilidade de preços na economia".

1.8 Baixas taxas de contribuição social desencorajam subsídio de desemprego

Jornal de Angola

14 De Setembro de 2020

Texto: Mateus Cavumbo

Angola está entre os 10 países com as contribuições sociais mais baixas do mundo, que correspondem a 11 por cento, dos quais 3 suportados pelos trabalhadores e 8 pelo empregador. Daí que, nesta entrevista concedida ao Jornal de Angola, o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Pedro José Filipe, considera inoportuno alterar o modelo existente em relação ao subsídio de desemprego em Angola. Afirma que não se pode fazer comparações, sobretudo com o Egipto, Brasil, Portugal e grande parte dos países nórdicos que têm taxas contributivas muito mais altas.

1.9 “Angola não tem condições para instituir fundo de desemprego”

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2020

Texto: Edivaldo Cristóvão

A ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social declarou, quinta-feira, no Uíge, onde lançou o Plano de Acção de Promoção da Empregabilidade (PAPE), que não há condições para a instituição de um fundo de desemprego em Angola devido à reduzida taxa da cobrança contributiva.

Teresa Dias revelou o decurso de um trabalho conjunto entre o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e uma seguradora que já determinou ser necessária a adopção de bases legais e o aumento da base contributiva para a criação de tal fundo, opção para a qual, disse, não existem condições.

"Nesta altura, não temos condições para aumentar a taxa de cobrança dos contribuintes' como não temos sustentabilidade para suportar esta cobertura", sendo. "prematureto falar sobre o fundo de desemprego", afirmou a ministra.

Na deslocação iniciada, ao Uíge, na quarta-feira, onde esteve a fazer o lançamento da estratégia de continuidade do PAPE, projecto de iniciativa presidencial, instituído em Abril de 2019, afectado pelos efeitos da propagação da pandemia da Covid-19, Teresa Dias anunciou que o programa propõe criar, em todo país 83,5 mil postos de trabalho directos e 243 mil indirectos.

De acordo com a ministra, as reduções verificadas nas metas do PAPE, que previa a criação de mais postos de trabalho até 2021, devem-se à falta de fundos públicos, com cortes num orçamento inicialmente avaliado em 21 mil milhões de kwanzas.

O redimensionamento do programa introduziu apenas as opções prioritárias, substituindo a construção de centros de formação profissional pelo melhoramento das estruturas e equipamentos já existentes.

Aposta no auto-emprego

.Como prova da aposta na promoção do auto-emprego, mais de 50 jovens dos municípios do Uíge, Negage e Songo beneficiaram do micro crédito afecto ao PAPE, em valores equivalentes entre mil e cinco mil dólares, em actos liderados pela ministra.

Teresa Dias pediu que os beneficia rios realizem os investimentos "com sabedoria" e assegurou que o plano é extensivo a todo o país, sendo necessário que todos cumpram com as obrigações e direitos, que começam pelo pagamento dos impostos e contribuições nos prazos estabelecidos.

O director-geral do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangui, indicou, na ocasião, que o micro crédito foi viabilizado por um protocolo entre o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e o Banco Sol, instituindo os empréstimos com um juro de 1,67 por cento e um período de graça de três meses antes do reembolso.

A ministra lançou o projecto de construção e reestruturação de um centro de formação denominado Cidadela Jovens de Sucesso de Cangola, que vai servir também, para outras regiões do país. A obra, avaliada em 22 milhões de dólares, tem prazo de conclusão de 15 meses.

O projecto é destinado a jovens que vão ficar em regime de internamento.

A ministra liderou a operacionalização de iniciativas de auto-emprego, como o apetrechamento, cybers cafés, salão de beleza e oficina de carpintaria, além de ter assinado um protocolo, para a formação de

formadores, com a Associação Jovens Voluntários na Especialidade de Engenharia Informática do Uíge (AJVEEUIU).

I.10 Angola quer erradicar pobreza extrema até 2030

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2020

Texto: César Esteves

O Executivo quer eliminar a pobreza extrema dos país e reduzir, significativamente, os níveis multidimensionais do problema até 2030.

A intenção foi manifestada, ontem, à tarde, pelo Presidente da República, João Lourenço, quando intervinha, em videoconferência, na Reunião de Alto Nível da 75ª sessão da Assembleia -Geral das Nações Unidas sobre os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

Durante o evento, organizado pelo Secretário-Geral da ONU, o Chefe de Estado ressaltou que o Governo de Angola atribui grande importância às questões relacionadas com o combate à pobreza e elevação do bem estar e da qualidade de vida das populações.

Num vídeo gravado, uma vez que não foi possível estar presente no evento, devido às restrições impostas pela Covid-19, O Presidente João Lourenço deu a conhecer que, dos 70 programas de acção que integram o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) para o período 2018-2022, há 36 que têm incidência sobre a meta da eliminação da pobreza extrema e da redução da pobreza multidimensional. João Lourenço referiu que os programas de combate à pobreza estão definidos com base num conjunto de eixos de actuação, como transferências monetárias, inclusão produtiva de geração de trabalho e de rendimento, ampliação das infra-estruturas e da oferta de bens, dos serviços sociais, com destaque para a alfabetização, ensino e saúde, e o reforço da capacidade institucional, sobretudo no domínio da assistência social às crianças, mulheres, jovens e idosos.

Em relação aos passos concretos já dados neste sentido, o Presidente da República destacou o início, a 30 de Maio, da implementação do Programa de Transferência Sociais Monetárias, que vai abranger um milhão e 600 mil famílias.

Segundo O Titular do Poder Executivo, o programa, materializado com a parceria do Banco Mundial, vai até 2022 e incluiu um pacote financeiro equivalente

a420 milhões de dólares. Garantiu que o Governo de Angola reafirma o compromisso de trabalhar com os 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, no quadro da agenda 2030, sobre a transformação do mundo, de forma a alcançá-los no país. João Lourenço lembrou que o primeiro Objectivo do Desenvolvimento Sustentável é a erradicação da pobreza, que ganha muito mais importância depois dos fundamentos da economia mundial terem sido fortemente abalados pelo choque negativo provocado pela pandemia da Covid-19.

Sem admissões na Função Pública

O Presidente da República informou, ainda, que, devido às restrições orçamentais e financeiras, a Função Pública, no país, não está admitir novos agentes' mas destacou o aumento considerável do número de profissionais nos sectores da Saúde e da Educação.

João Lourenço disse terem sido abertas mais de 19 mil vagas para professores do Ensino Geral, em 2018, cerca de dez mil, em 2019, perfazendo mais de 29 mil para o Sistema de Ensino Geral, só nos últimos dois anos. No sector da Saúde, sublinhou, foram abertas cerca de 7.600 vagas, em 2018, enquanto em 2019, foram criadas sete mil, perfazendo um total de 14.600 profissionais.

No domínio das infra-estruturas para o Sistema Nacional de Saúde, João Lourenço salientou que o país fez um "importante investimento" nos últimos dois anos, aumentando em 5.382 o número de camas disponíveis nos hospitais.

O Titular do Poder Executivo sublinhou a inauguração de novas unidades hospitalares em várias localidades do país, aumentando, assim, a oferta nos cuidados intensivos de saúde. Referiu, igualmente, que, tendo em conta "a grande" importância' a economia e a produção alimentar familiar, em Angola, constituem pilar de enorme relevância nos esforços do Governo de combate à pobreza.

1.11 Crianças de áreas urbanas verdes têm QI mais elevado

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2020

Crescer num ambiente urbano mais verde aumenta a inteligência das crianças e reduz os níveis de comportamento difícil, concluiu um estudo realizado por investigadores de uma universidade belga.

A análise de mais de 600 crianças de 10 a 15 anos mostrou que um aumento de 3% na área verde num

bairro aumentou a pontuação de QI de cada criança numa média de 2,6 pontos. O efeito foi visto tanto nas áreas mais ricas como nas mais pobres, de acordo com o estudo revelado pelo jornal britânico *The Guardian*.

Já há evidências significativas de que os espaços verdes melhoram vários aspectos do desenvolvimento cognitivo das crianças, mas esta é a primeira investigação a examinar o QI. A causa é incerta, mas pode estar associada a níveis mais baixos de stress, mais brincadeiras e contacto social ou um ambiente mais silencioso.

O aumento nos pontos de QI foi particularmente significativo para as crianças na extremidade inferior do espectro, onde pequenos aumentos podem fazer uma grande diferença, disseram os investigadores.

“Há cada vez mais evidências de que ambientes verdes estão associados à nossa função cognitiva, como habilidades de memória e atenção”, disse Tim Nawrot, professor de epidemiologia ambiental da Universidade Hasselt, na Bélgica, onde o estudo foi conduzido.

“O que este estudo adiciona com o QI é uma medida clínica mais difícil e bem estabelecida. Acho que os construtores de cidades ou planeadores urbanos devem periodizar o investimento em espaços verdes porque é realmente importante criar um ambiente ideal para as crianças desenvolverem todo o seu potencial”, acrescentou.

O estudo, publicado na revista *Medicine*, usou imagens de satélite para medir o nível de espaços verdes em bairros, incluindo parques, jardins, árvores de rua e toda a outra vegetação.

A pontuação média de QI foi de 105, mas os cientistas descobriram que 4% das crianças em áreas com baixos níveis de vegetação tiveram pontuação abaixo de 80, enquanto nenhuma criança teve pontuação abaixo de 80 em áreas com mais vegetação.

Os benefícios de mais vegetação registados em áreas urbanas não foram replicados em áreas suburbanas ou rurais. Nawrot sugeriu que isso pode ser porque esses lugares tinham vegetação suficiente para todas as crianças que moravam lá beneficiarem.

1.12 As pequenas e médias empresas, o desemprego e as famílias

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2020

Com a actual crise económica no mundo, sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tem se debatido em muitos países a questão dos apoios às micro, pequenas e médias empresas, que constituem um tecido produtivo capaz de assegurar empregos e mitigar muitos problemas de ordem social.

A crise económica está a afectar muitos milhares de famílias no mundo que dependem exclusivamente de rendimentos do trabalho, que agora custa a encontrar, porque as empresas estão a falir por falta de capacidade financeira para suportar custos diversos.

Muitos governos aperceberam-se da gravidade da situação causada pela pandemia de Covid-19 e conceberam programas para acudir, na medida do possível, as empresas com dificuldades financeiras. Há países que traçaram estratégias de vária natureza, para proteger as suas grandes, pequenas e médias empresas, fazendo um grande esforço em termos de mobilização de recursos financeiros, com o objectivo de atenuar os efeitos da crise sanitária na economia.

Mas nem todos os países têm capacidade para atender as necessidades de um número elevado de empresas, tendo optado por priorizar a ajuda, sob diversas formas, a pequenas e médias empresas.

Angola foi também afectada pela crise sanitária e económica e o que se espera é que os programas de apoio às pequenas e médias empresas venham a produzir resultados.

As políticas públicas avaliam-se pelos resultados e estes devem fazer-se sentir na vida das pessoas. Os governantes devem trabalhar para a resolução dos problemas das pessoas, em particular em períodos de grave crise, como este que todo o mundo está a enfrentar e cujo término é indeterminado.

A capacidade dos governos, em face da crise económica e sanitária actual, está a ser posta à prova, não tendo sido fácil governar num contexto em que aumentam as necessidades colectivas.

O problema do desemprego deve ser uma preocupação permanente dos nossos governantes, tendo em conta os efeitos nefastos na vida de muitas famílias angolanas.

Que não haja hesitações, por parte do Estado, em ajudar empresas envolvidas em negócios que podem proporcionar ou preservar empregos. Que haja órgãos que acompanhem o processo de apoio a empresas com dificuldades financeiras, com competência para fiscalizar o que se está a fazer e para propor correcções.

1.13 Estabelecido regime da protecção social

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2020

Texto: César Esteves

A Comissão Económica aprovou, ontem, um diploma que estabelece o regime jurídico da protecção social obrigatória dos trabalhadores por conta de outrem inserido nas actividades económicas geradoras de baixos rendimentos.

O comunicado final do encontro adianta estarem abrangidos pelo referido regime os trabalhadores que, sob autoridade e subordinação de uma entidade empregadora, singular ou colectiva, prestam serviços, em explorações organizadas, empresas agrícolas, de pescas e comerciais, sem prejuízo de outros, no âmbito das quais a média mensal da massa salarial total dos empregados envolvidos não ultrapasse 20 salários mínimos nacionais, tendo como referência o sector da agricultura.

A Comissão Económica aprovou, também, um instrumento jurídico que institucionaliza a Actividade de Mediação da Segurança Social, de modo a definir e regular o exercício da actividade no país.

O objectivo, com esta iniciativa, é o de permitir a angariação e sensibilização de contribuintes e dos segurados para o Sistema de Protecção Social Obrigatória. Trata-se de uma medida activa de criação de emprego, que terá efeito na integração no mercado de trabalho de jovens quadros que tenham concluído, pelo menos, o ensino médio, reforçando, assim, o combate ao desemprego, no âmbito da execução de Plano de Acção de Promoção da Empregabilidade.

Ainda no âmbito da Protecção Social Obrigatória, foi aprovado o Regime Jurídico de Protecção na Velhice, diploma que estabelece o direito à pensão de reforma por velhice, pensão de reforma antecipada e ao abono de velhice de todos os trabalhadores que atinjam 60 anos de idade ou completarem 420 meses de contribuições.

O comunicado informa que este diploma altera o critério de cálculo das prestações sociais que cobrem a reforma de velhice, com vista a garantir a devida justiça contributiva, não apenas às gerações que, actualmente, beneficiam da pensão de reforma, mas, também, às que se encontram o activo, potenciais futuros pensionistas.

I.14 Governo promete solução para o fim dos subsídios

Jornal de Angola

30 De Setembro de 2020

Texto: Pedro Peterson

A ministra das Finanças, Vera Daves, afirmou, ontem, que o Executivo angolano está “a acompanhar de perto” o tema das subvenções aos combustíveis, tendo prometido encontrar “a melhor solução” face ao “momento social que se vive.

Em declarações à margem de um encontro com o novo representante Banco Mundial para Angola, Vera Daves desta couque “entre o momento social que se vive e as dificuldades económicas geradas pela subvenção, naturalmente, será encontrada a melhor solução no melhor momento”.

Na semana passada, o presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Sebastião Gaspar Martins, afirmou que já estava concluído o trabalho técnico para a retirada dos subsídios aos combustíveis, cabendo a decisão final ao Governo.

Os subsídios custam à petrolífera cerca de 1,6 milhões de euros anuais, facto que mereceu o comentário de Sebastião Gaspar Martins, à margem de um encontro promovido pelo Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás com alguns órgãos de comunicação social.

“O Executivo tem acompanhado o tema de perto. Sabemos das distorções que a subvenção cria para a própria Sonangol, o espaço que cria para o contrabando, mas também temos consciência da grande pressão, das grandes dificuldades pelas quais os angolanos têm estado a passar”, apontou.

Em Outubro de 2019, o Governo angolano e o Fundo Monetário Internacional (FMI) concertaram posições quanto ao fim dos subsídios aos combustíveis que só seria aplicado em simultâneo com um programa de transferências sociais para as famílias mais vulneráveis.

Em Março deste ano, Vera Daves tinha já garantido que a retirada dos subsídios aos preços dos

combustíveis seria feita, mas com a devida cautela face ao seu impacto.

No final da reunião de ontem do representante do Banco Mundial com a ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, Vera Daves disse que o país congratula-se com o novo director do Banco Mundial para a região.

“Estamos a acompanhá-lo num conjunto de reuniões com os ministros de Estado, com departamentos ministeriais para rapidamente apropriar-se do ponto de situação da carteira de projectos, entre Angola e o Banco Mundial”, disse a ministra.

Segundo Vera Daves, o novo director está a aproveitar para perceber quais são os principais constrangimentos associados à gestão dos projectos, “e qual é a nossa visão do futuro, ou seja, para onde é que queremos que caminhe a parceria entre o Governo de Angola e o grupo Banco Mundial”.

Vera Daves disse que as reuniões têm corrido bem até agora, os departamentos ministeriais têm verbalizado as suas expectativas e no final desse ciclo de reuniões se fará um balanço para sistematizar o que foi discutido e preparar a estratégia do futuro para a cooperação, aprendendo com as coisas que correram menos bem e capitalizar as que estão a correr bem.

O especialista em Petróleo Patrício Quingongo aconselha a retirada da subvenção só depois de fazer-se um estudo socioeconómico que deverá apurar três cenários.

O primeiro cenário é proceder estudos no sentido de saber se o Ministério das Finanças estaria em condições de assumir tal subvenção, via Orçamento Geral do Estado (OGE), o segundo é verificar se a Sonangol estaria em condições de pagar mais impostos com os preços dos combustíveis actualizados.

Já o terceiro e último cenário recairia ao próprio cidadão, se estaria em condições de assumir directamente o ónus do preço actualizado.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Apenas um em cada três vendedores tem conta bancária

Jornal Expansão

4 De Setembro de 2020

Texto: Faustino Diogo

Um em cada três vendedores dos mercados de Luanda não tem conta bancária, segundo um estudo sobre os mercados informais do capital realizado pelo Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF).

O inquérito realizado no Kikolo 1 e 2, Congolenses, Catinton e 30 constatou que 63% dos vendedores não estão bancarizados e apenas 37% tem conta num dos bancos que operam no País.

Os mercados do Kikolo 2 e Congolenses são os locais com maiores taxas de bancarização, 62,4% e 57,5% respectivamente. No outro extremo, os mercados com mais comerciantes excluídos do sistema bancário são o do 30, com uma taxa de bancarização de 24,1 % e o do Catinton com 22,7%. No entanto, 69% dos comerciantes que não estão bancarizado gostaria de ter uma conta bancária, embora a maioria pense que não tem dinheiro suficiente (28%), mas há também os que não confiam nos bancos (10,6%) e há ainda os que não têm documentos (8).

Situação que deve ser invertida de acordo com o responsável da entidade promotora do estudo, que reconhece existir dificuldades para se aceder a esta franja da sociedade por falta de informação, apesar dos vários programas de incentivos à bancarização. "Se não houver este acesso à informação muito dificilmente quem queira fazer dinheiro vai arriscar o seu dinheiro. Mas quando há esta informação as pessoas já olham para o negócio com outros olhos. Por isso, os nossos números podem e devem ser melhorados em relação à bancarização" considera Luzolo de Carvalho, secretário Executivo do CNEF.

O responsável associa os níveis de literacia financeira ao grau de formação académica das pessoas, "porque quanto maior for a instrução académica, provavelmente mais facilidade temos de entender as vantagens e benefícios que os sistema formal nos possa trazer".

"No nosso estudo vemos que quem não tem nenhum grau de escolaridade tem uma taxa de bancarização aproximadamente de 13% e quem tem ensino

superior concluído tem uma taxa de cerca de 87%. A formação académica abarca quase 90%", explicou.

O estudo que tem entre os objectivos identificar o grau de inclusão financeira dos comerciantes indica que quem está neste segmento e tem conta bancária poupa mais em relação a quem não tem. Já entre os motivos apontados pelos comerciantes dos mercados informais de Luanda para a titularização de uma conta bancária, a segurança aparece como o principal (37,2%), seguido da poupança (29,4%) e depósitos (11%).

Números que o economista Miguel Santos considera que podiam ser melhores, caso os programas de inclusão financeira fossem de facto orientados para público-alvo.

"A questão da bancarização tem muito que se diga. Temos assistido a algumas campanhas que infelizmente acabam por não ter os resultados esperados porque são copiadas de outros mercados. É preciso sermos mais conhecedores da nossa realidade e isso parece que falta aos responsáveis públicos do sector", disse o economista.

Por isso, Miguel Santos acredita que este estudo pode ser aproveitado para melhorar os programas de inclusão financeira. "Se utilizarem de facto este estudo, os níveis de bancarização podem aumentar, mas é preciso associar a ele outras práticas de inclusão", concluiu. Nesta senda, o Conselho Nacional de Estabilidade Financeira considera que o estudo permite concluir que os comerciantes querem ser formalizados, mas muitas vezes não sabem como e, quando sabem, não conseguem devido à burocracia. Por isso, tem que haver um esforço de facilitação para que as pessoas reúnam condições para ter acesso à banca.

"O mais importante aqui é saber que as pessoas na sua maioria não têm resistência em ser formalizadas. Nós é que temos que encontrar uma forma de facilitar esta formalização", avançou o secretário Executivo do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira.



2.2 Banco Yetu vai apoiar pequenos agricultores e cooperativas no Huambo

Jornal de Angola
4 De Setembro de 2020
Texto: Miguel Ângelo

As medidas de restrição sobre a importação de bens de consumo, com recurso a divisas do tesouro nacional, tida como uma forma de incentivo à produção de elevado consumo interno, dominou, igualmente o “I Fórum de Auscultação Empresarial Agrícola”, realizado, há dias, no Huambo.

Na ocasião, os agricultores e cooperativas consideram a medida de “assertiva”. Para estes, esta acaba por “devolver à esperança” para poderem acreditar que podem se dedicar mais à produção destes bens de consumo e facilmente produzidos internamente.

E, oportunamente, o Banco Yetu estendeu a mão e anunciou dispor de recursos para financiar pequenos agricultores e cooperativas de camponeses, com valores a partir de um milhão a 150 milhões de kwanzas, com taxas de juros de 7,5 por cento, com prazo de reembolso até o máximo de 9 anos e período de carência de 6 a 18 meses.

Mateus Cassinda, gerente da agência da instituição no Huambo, confirmou haver crédito para financiar o sector real da economia. Mas, para aprovação dos créditos, deve-se apresentar projectos bem estruturados e que estão interligados com as garantias”, acentuou.

O bancário avança que o projecto não demanda valores avultados. “Pretendemos, de certa maneira, aliviar as dificuldades desses agricultores e cooperativas”, mas, alertou, que, mesmo a esse nível de empréstimo, precisa-se de cautelas, sobretudo, quando o solicitador possui a terra e não dispõe de nenhum documento que lhe confere legitimidade, no caso o direito de superfície.

“O nosso banco está a aceitar, nestes casos, declarações provisórias, passadas pelo Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA). Esse documento, incluindo o estudo de viabilidade, é peça fulcral para o processo ser submetido a Conselho de Crédito. Estando reunido essas condições, o banco só tem duas alternativas: avançar ou recusar o crédito”, evocou.

Títulos

Um dos responsáveis do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, na ocasião, garantiu que um trabalho aturado está a ser desenvolvido para se ultrapassar a burocracia e morosidade na emissão dos Títulos de Terra.

Mateus Cassinda, fixando-se nesta garantia do IGCA, disse que o banco está aberto a financiar os projectos e analisar todas as iniciativas. Produtores, cooperativas e associações empresariais para o relançamento dos projectos agro-pecuários no Huambo”, apontou.

2.3 Yetu empresta aos produtores a juro baixo

Jornal de Angola

6 De Setembro de 2020

Texto: Maximiano Filipe

Cerca de 200 pequenas e médias empresas agropecuárias, salineiras e da indústria transformadora de Benguela beneficiam de crédito caso submetam projectos de financiamento ao Banco Yetu, anunciou, sexta-feira, o gerente da instituição financeira no Lobito.

Mauro Silva afirmou num fórum empresarial que o Yetu concede 50 milhões de kwanzas por projecto, desde que esteja bem estruturado, à taxa de juro de 7,3 por cento ao ano, o que se compara com os juros de até 26 por cento pagos pelo crédito comercial.

Desde Fevereiro do ano passado, o banco recebeu 15 projectos de pequenos produtores, para a obtenção de financiamento nas áreas da produção de sal, indústria transformadora, agricultura, pecuária e pescas, mas os projectos estão a ser analisados para aprovação pela Administração do Banco Yetu, em Luanda, e o desembolso, possivelmente no final do corrente ano.

Com os empréstimos, o Banco Yetu pretende reforçar a participação no Programa de Apoio ao Crédito (PAC), o braço financeiro do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi).

2.4 Crédito para micro-negócios entra agora em fase de testes

10 De Setembro de 2020

Texto: Isaque Lourenço

A linha de crédito para o micro negócio de quatro (4) mil milhões de kwanzas destinada aos agentes económicos formais e informais já está em fase de testes na plataforma do Sistema Integrado de Gestão de Operações de Microcrédito (SIGOM).

No briefing com a imprensa de terça-feira, o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, fez saber que o sistema visa registar e controlar as operações de micro crédito e evitar a duplicação de pedidos por parte dos beneficiários.

Disse, por outro lado, ser condição indispensável para beneficiar-se do empréstimo a apresentação de bilhete de identidade, filiação a uma cooperativa ou associação e ter uma conta bancária.

Ainda no quadro do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), continua na forja o Projecto de Formalização, Requalificação e Expansão dos Mercados e Cantinas e, conseqüentemente, a base de dados da economia informal, segundo o MEP.

Mário Caetano João falou ainda de contactos efectuados na última semana com as universidades nacionais.

Pretende-se que estas integrem o Observatório da Economia Informal, órgão que terá a função genérica de acompanhar a elaboração da base de dados e contribuir para a melhoria das medidas públicas de redução da informalidade em curso.

Durante o período de 31 de Agosto a 4 deste mês, várias foram, de igual modo, as actividades realizadas no domínio do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

No domínio do Projecto de Melhoria do Ambiente de Negócios e Concorrência (PMANC), realizou-se uma visita às instalações do Guiché Único da Empresa, ao abrigo do Plano de Visitas do Projecto de Melhoria do Ambiente de Negócios e Concorrência, com o objectivo de constatar o funcionamento daquele balcão, bem como o levantamento dos constrangimentos operacionais.

A visita enquadrou-se no âmbito das reuniões semanais previstas no projecto, com o objectivo de apresentar o grau de execução das actividades para o período de Junho de 2020 a Março de 2021.

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, realizou dois encontros. Um com a ministra das Finanças, Vera Daves, e o outro com a da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias.

De acordo com dados do MEP, encontram-se registados 4.753 pedidos de apoio para o acesso ao crédito, mais 39 do que na semana transacta. Destes, 2.998 reuniram os requisitos e encontram-se activos na base de dados. Destes projectos activos, 2.439 estão na fase de constituição do dossier de crédito, representando cerca de 80 por cento dos projectos activos.

Foram ainda solicitadas a emissão de 14 Certificados de Não Devedor do INSS, ou seja, menos 25 do que na semana anterior (39), e foram entregues 3. No total, com a nossa intervenção, o INSS já entregou 83 certificados aos promotores. Também requereu-se a entrega de 11 Certificados de Não Devedor da AGT menos 15 do que na semana anterior (26).

Houve também o pedido de entrega de três Alvarás Comerciais, menos 13 do que na semana anterior (16). Foram entregues 11, mais 7 do que os quatro da semana anterior (4). Os indicadores disponibilizados atestam que, desde 2019 até ao momento, foi já desembolsado um total de 139,1 mil milhões de kwanzas ao sector produtivo, tendo proporcionado a geração de aproximadamente 27 mil postos de trabalho directos.

Este total corresponde a 82 projectos. As Medidas de Alívio Económico contribuíram com 8,9 mil milhões, de 48 projectos, o PAC com 6,3 mil milhões, de dois projectos, e o Aviso 10/20 do BNA, com 123,4 mil milhões, de um total de 30 projectos. Realizou-se o habitual encontro com os 14 bancos envolvidos e cujo objectivo foi debruçar-se sobre a operacionalização do PAC.

Durante o encontro foram abordados temas como a fase de aprovação dos projectos na banca, principais constrangimentos e perspectivas para o desembolso. Como habitual, foi solicitado maior engajamento da banca comercial na divulgação e simplificação das condições de acesso ao crédito nas agências bancárias, assim como o tempestivo desembolso dos projectos aprovados.

O BDA não recepcionou novos projectos do PAC, pelo que os últimos três aprovados (BIC, BAI e

BNI), referem-se a um montante aprovado de nove mil milhões de kwanzas. O Fundo de Garantia de Crédito também não reportou novas emissões, pelo que, até à data, foram emitidas um total de 11 garantias num montante de 15 mil milhões de kwanzas, proporcionando um financiamento de 24,7 mil milhões.

2.5 Rede de Transportes reforçada

Jornal de Angola

10 De Setembro de 2020

Texto: Ana Paulo

O Governo vai disponibilizar, em breve, cerca de três mil carrinhas à rede de transportes do comércio rural no sentido de apoiar o escoamento da produção segundo informou, ontem, em Luanda, o director Nacional de Desenvolvimento do Comércio Rural.

Joaquim Pipa passou este dado aos jornalistas à margem do encontro que o ministro da Indústria e Comércio, Victor, Victor Fernandes, realizou com empresários e representantes de associações empresariais.

Para a atribuição destes meios, o Ministério da Indústria e Comércio auscultou parceiros aos quais também fez saber que além da atribuição de carinha os contemplados deverão ainda beneficiar de crédito bonificado.

Ao intervir durante o encontro de auscultação com o representante de grupos e associações empresarias, Joaquim Pipa disse que os operadores do sector dos transportes que vão beneficiar de crédito bonificado, junto do banco de Desenvolvimento Angolano (BDA), Para a criação de uma rede de transportes que possam tirar produtos do campo para os grandes centros de venda.

Para Joaquim Pipa o apoio e incentivo à produção é uma solução do estado em apoiar os produtores nacionais.

O BDA abriu uma linha para financiar com 30, milhões de kwanzas, enquanto o Millennium Atlântico tem disponível uma linha de investimentos em cerca de 100 milhões de euros direccionados às empresas nacionais que actuam no sector de Exportação.

Na ocasião o ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, disse deixar com a Confederação Empresarial de Angola (CEA), composta por mais de 50 associações, a responsabilidade destas gerir a temática do código de barra, um instrumento que visa também facilitar a exportação dos produtos. Outro

desafio proposto á confederação foi a promoção do produto nacional, a aposta na formação dos produtores por intermédio das escolas de campo, em matérias como marketing de venda rural, a participação activa no plano de desenvolvimento Industrial de Angola, nas feiras de escoamento da produção, que serão realizadas a nível nacional.

Com relação a estes desafios, Victor Fernandes disse que o Ministério conta com a confederação na criação de um roteiro denominado por Angola Town, para o reforço da cooperação entre empresários angolanos e chineses, programa já proposto e que o governo vai acompanhar com a criação de equipas de apoio.

O governante propôs, por outro lado um plano de acção para o roteiro industrial destinado ás micros, pequenas e médias industrias associadas á produção nacional.

2.6 Transferidos às cooperativas 50 por cento do micro-crédito

Jornal de Angola

16 De Setembro de 2020

Texto: Isaque Lourenço

O Programa de Reconversão da Economia Informal concluiu, na semana de 7 a 14 do mês em curso, a transferência de 50 por cento (dois mil milhões de kwanzas): 1 dos fundos destinados ao apoio ao micro-negócio.

De acordo com o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, os referidos fundos estão domiciliados nas contas das sociedades e cooperativas de micro crédito.

No tradicional "briefing" semanal com os jornalistas, Mário Caetano João esclareceu que os recursos em causa destinam-se a apoiar e atribuir, ao menor custo possível, micro crédito às mulheres e jovens empreendedoras no comércio formal e informal.

Em termos de cadeias produtivas, o programa seleccionou os sectores da Agricultura, com destaque para a produção de cereais, leguminosas, oleaginosas, tubérculos e hortícolas, e a Avicultura de corte e de postura. Igualmente, há entre os segmentos seleccionados a aquisição de bovinos para engorda e abate, o processamento de alimentos e a produção de bebidas, bem como logística e distribuição de produtos agro-alimentares e de pescas e aquicultura

Dos 11 nichos, fazem ainda parte o sector de reciclagem de resíduos sólidos urbanos, a prestação

de serviços de transporte e de serviços de formação profissional, o desenvolvimento de "software" e Turismo e a produção cultural e artística.

Desembolso em sete dias

Os dados do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) reportam que o desembolso efectivo da linha de crédito ocorrerá dentro de sete dias. Neste momento, estão em fase conclusiva os ajustes finais do SIGOM (Sistema Integrado de Gestão das Operações de Micro crédito).

Esse programa visa registar os movimentos de crédito e evitar a duplicação de pedidos de crédito.

Quanto à supervisão da referida linha de crédito, o MEP deixa tal tarefa ao Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), enquanto a operacionalização será executada por sete sociedades de micro crédito e por uma cooperativa de crédito, constituída por KíxtCrédito, Facilcred, Multicrédito, Wiliete Crédito, Nespecred, Gingacred, KifCrédito e Cooperativa FAJE.

Formalizar as cooperativas

No domínio do Projecto de Melhoria do Ambiente de Negócios e Concorrência (PMANC), está em curso a formalização de 324 cooperativas, razão de 18 por província. O programa visa garantir o financiamento às cooperativas, pelo que, juntou, na última semana, os ministérios da Economia e Planeamento, das Obras Públicas e do Ordenamento do Território, Justiça e dos Direitos Humanos e os governos provinciais.

Para Mário Caetano João, a prioridade é formalizar as cooperativas agrícolas ainda em Setembro e atribuir títulos de concessão de terras aos associados em cooperativas. "Trata-se de um processo que deve seguir ao BDA, num curto espaço de tempo, ou seja, é pretensão do MEP que as cooperativas comecem a ser financiadas ainda este mês", disse.

Ainda no domínio da simplificação dos processos, a Administração Geral'llibutátia (AGT) fez saber que vai, doravante e no prazo de 24 horas, passar a emitir Certidões de Não Devedor e Cessação da Actividade de Contribuintes. Com isso, abre-se a possibilidade de as empresas estabelecerem com a AGT um plano de pagamento parcelar de dívidas tributárias, acelerando, deste modo, a emissão da certidão.

2.7 O crédito malparado, 34 por cento no semestre

Jornal de Angola

17 De Setembro de 2020

O crédito malparado na banca angolana recuou, nos seis primeiros meses deste ano, 34 por cento, segundo dados do Banco Nacional de Angola (BNA).

Embora seja considerado ainda elevado ante uma taxa real prevalente de 22 por cento, o processo de reestruturação do Banco de Poupança e Crédito é apontado como a principal razão da redução observada no período em referência.

De acordo com o governador José de Lima Massano, quando discursava no recente fórum banca, foram já efectuados diagnósticos em torno do ter acesso ao crédito e os resultados considerados consistentes. Crédito representa apenas 16 por cento do activo da banca e a taxa de transformação de depósitos em crédito ronda os 3S por cento.

Conforme adiantou o governador do banco central, do lado da oferta, a principal constatação prende-se com a fiabilidade da informação submetida aos bancos para análise e decisão, resultante da inexistência de contabilidade organizada em muitos casos. Também, é, frequentemente, referida a pouca viabilidade dos projectos submetidos. A fragilidade do sistema de registo de garantias e a morosidade no tratamento de disputas comerciais, consta dos principais condicionalismos.

Em contrapartida, adianta, do lado da procura, têm sido apontados como constrangimentos os procedimentos excessivamente burocráticos, por vezes pouco profissionais e morosos, de recolha de informação, análise e contratação, havendo reclamações sobre a falta de conhecimento e domínio pelos bancos do sector onde se insere a entidade que solicita o crédito.

"Os dados a 30 de Junho atestam que o crédito bancário tem ainda um peso modesto na economia. Os níveis de concentração do crédito por sector são elevados. O sector do comércio domina, com cerca de 2S por cento da totalidade do crédito concedido e tende a ser de curto prazo.

Ou seja, o crédito tem servido; essencialmente, de suporte à importação de bens de consumo, alguns com grande potencial de produção local, como é o caso de bens alimentares que compõem a cesta básica", disse.

José de Lima Massano disse, no entanto, que a em fase maior é colocada no custo do crédito, ou seja, as taxas de juro e comissões são consideradas excessivas e inviabilizadoras de projectos.

Entretanto, as fragilidades do ecossistema de concessão de crédito interno e externo à banca obrigam o banco central e demais players do sector a uma abordagem estruturante, para que o desejo demais crédito bancário à economia se efective, sem que se transforme num elemento de instabilidade do sistema financeiro.

Garantiu estar em curso um conjunto de medidas que concorrem para a melhoria abrange a concessão de empréstimos, tendo desta e a das propostas de Lei sobre o Regime de Recuperação de Empresas e da Insolvência e das Garantias Mobiliárias.

2.8 Micro negócios obtêm crédito na banca local

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2020

Texto: Ana Paulo

Os micros empreendedores do sector formal e informal podem, a partir de hoje, beneficiar da linha de apoio ao micro negócio, avaliada num valor máximo de sete milhões de kwanzas para cada um.

A informação foi avançada ontem, em Luanda, pelo secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, no habitual briefing semanal com jornalistas.

Conforme referenciou, o apoio ao micro negócio está plasmado no Decreto Presidencial nº 98/20, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

Para a obtenção do crédito, está definida uma taxa de juro aproximada de 2,06 por cento por mês, com um tempo de carência de seis meses. Neste âmbito, a classe empreendedora deve cumprir com os critérios exigidos pela Sociedade de Micro Créditos aderentes às linhas de apoio, nomeadamente, Kixicrédito, Facilcred, Multicrédito, Wilete Crédito, Nespectred, Gingacred, Kifcrédito e Cooperativa Faje.

São contemplados para linha de crédito, empreendedores que actuam nos sectores da Agricultura, Avicultura de corte e de postura, da Aquicultura, sectores da Logística e Distribuição de produtos agro-alimentares e Pescas, bem como áreas de processamento de alimento e produção de bebidas, e de aquisição de bovinos para engorda e

abate. Outros sectores a destacar são as áreas de reciclagem de resíduos sólidos urbanos, prestação de serviços de transporte, prestação de serviço de formação profissional, área de desenvolvimento e software e, por último, os sectores do "Turismo, Produção Cultural e Artística.

No balanço das actividades da última semana, o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, garantiu, garantiu estarem criadas as condições materiais, técnicas e operacionais para a execução da referida linha de apoio ao micro negócio.

Em relação às áreas de actuação, especificou o sector da Agricultura, onde a prioridade vai para os produtores de cereais, leguminosas, olea-ginosas, tubérculos e hortaliças. Ainda no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), está, de igual modo, incorporado questões de gestão de resíduos urbanos no projecto "Luanda Limpa".

Para reforçar o processo, Mário Caetano João disse estar em curso a versão preliminar do referido projecto, subjacente na promoção de quatro objectivos, sendo a valorização dos resíduos urbanos, coma criação de projectos sustentáveis; aumento da inclusão financeira; criação de emprego não qualificado e a contribuição para o crescimento económico.

O governante lembra estar disponível o valor de sete milhões de kwanzas para cada um dos micros empreendedores, constituindo-se numa grande oportunidade de os mesmos recorrerem às linhas de financiamento existentes. Relembrou aos interessados estarem à predisposição, a partir desta fase, das sociedades de micro crédito incorporada na iniciativa, mantendo-se a aposta no desenvolvimento dos negócios.

Requisitos

Para a obtenção do crédito, os beneficiários devem ter a contabilidade e o processo organizado, bem como idoneidade financeira, com projectos genuínos e já montados.

Por outro lado, serão também incorporados, neste mecanismo, os agentes informais a bancarizar, os quais deverão prestar uma garantia social, isto no sentido de o sector incentivar a inclusão financeira e, rapidamente, formalizar aqueles agentes ainda fora do circuito formal.

2.9 43,3% dos comerciantes não fazem poupança

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2020

Texto: Mateus Cavumbo

Perto de metade dos comerciantes de Luanda, confinados nos principais mercados, não faz poupança, estando a taxa calculada em 43,3 por cento, ou seja, 56,7 por cento dos comerciantes fazem poupança, mas apenas 25,9 por cento poupam para a reforma.

Os dados constam de inquéritos preliminares sobre “diagnósticos de inclusão financeira nos mercados informais de Luanda”, realizados pelo Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF), em parceria com o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG), do Banco Nacional de Angola (BNA) e da Comissão do Mercado de Capitais (CMC).

A publicação do relatório final está prevista para o mês de Outubro e o documento será disponibilizado ao público através do website do CNEF.

Da informação colhida pelo Jornal de Angola, indica que os comerciantes que não poupam para a reforma pensam em sustentar, fazendo reservas financeiras para os filhos (28,8 por cento), família alargada (17,6 por cento) e trabalho (9,6 por cento).

Bancarização

A taxa constatada é de 36,7 por cento, estando os mercados com a taxa de bancarização mais elevada o Kikolo 2 e os Congolenses, com 62,4 e 57,5 por cento, respectivamente.

Os mercados onde mais comerciantes estão excluídos do sistema bancário são o do 30, com uma taxa de bancarização de 24,1 por cento e o do 1.º de Agosto (Catinton) com 22,7 por cento de bancarizados.

“Quanto maior é o grau de escolaridade, mais elevada é a taxa de bancarização”, diz um dos inquéritos que avança para 69 por cento dos comerciantes não bancarizados gostariam de ser titulares de uma conta bancária.

O documento menciona que os comerciantes não são titulares de contas bancárias porque, entre outros, acreditam que não têm dinheiro suficiente para abrir uma conta (28,1 por cento), não têm tempo (17,3 por cento), não têm conhecimento (12,6 por cento) e não confiam nos bancos (10,6 por cento). A segurança (37,2 por cento), poupança (29,4 por cento) e depósitos (11 por cento) são os principais motivos para a titularização de contas bancárias. Os comerciantes bancarizados (66 por cento) poupam mais do que os não bancarizados (44 por cento).

Empréstimo

O inquérito revela que 56,2 por cento solicitaram o último crédito para investir no seu negócio, 11,9 por cento para pagar despesas de saúde e 10 por cento para pagar despesas familiares. Em 63,8 por cento dos casos a fonte de obtenção do crédito foi pessoal, seguida da kixiquila em 20,4 por cento. Apenas 9,8 por cento dos inquiridos contraíram crédito bancário.

Acesso à Internet

Apenas 35 por cento dos inquiridos têm acesso à Internet e o telemóvel (84 por cento) é a principal ferramenta de acesso.

O inquérito diz que 5 por cento dos comerciantes efectuam transacções online e daqueles que efectuam operações online, 31 por cento fazem transferências, 18 por cento compram produtos e 13 realizam pagamentos.

Seguro

Apenas 6 por cento dos comerciantes têm seguro, destes, 45,5 subscreveram o seguro de saúde e 33,6, o seguro automóvel e 53 por cento dos comerciantes não segurados gostariam de ter um seguro.

Identificação

77 por cento dos inquiridos têm bilhete de identidade e desta proporção, 92,1 têm o bilhete válido. Em alternativa a este documento, para efeitos de identificação os inquiridos recorrem à cédula de nascimento (42,1) e ao cartão de eleitor (40,4). 5 por cento dos comerciantes não têm documentos de identificação.

Os inquéritos ocorreram nos principais mercados informais da capital, nomeadamente, o Asa Branca, Kikolo, Congolenses, Mercado 1.º de Agosto (Catinton) e o Mercado do 30.

Ao todo, foram realizados 2.940 inquéritos entre Agosto de 2019 (inquérito piloto) e Março de 2020 (exercício final).

Devido à situação epidemiológica do país, não foi possível, também em 2020, dar ao exercício uma dimensão nacional, como previsto inicialmente, segundo o promotor dos trabalhos de campo.

2.10 Acordos habilitam cooperativas ao crédito em três províncias

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2020

Texto: Marcelo Manuel, Alfredo

Ferreira, Lourenço Bule.

Cinquenta e quatro cooperativas das províncias do Cuanza-Norte, Bengo e Cuando Cubango habilitaram-se a financiamentos situados entre os 50 e os 150 milhões de kwanzas junto do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA).

Os memorandos de entendimento para formalizar a concessão dos empréstimos foram assinados ontem, em Ndalatando, quarta-feira em Caxito e terça-feira em Menongue, de acordo com informações disponíveis na nossa Redacção que também apontam para que os desembolsos envolvem 18 cooperativas em cada uma daquelas três províncias.

Os empréstimos, com maturidade de 24 meses e juros bonificados de 7,5 por cento, decorrem do Decreto Presidencial 98/20, de 9 de Abril, que estabelece medidas de alívio dos efeitos negativos da pandemia da Covid-19 sobre a economia.

No Cuanza-Norte, as cooperativas foram habilitadas entre as 750 em operação na província, com o director do Gabinete para o Desenvolvimento Económico Integrado, Fernando Mesquita, a lamentar que a maior parte destas unidades produz sem a documentação exigida, principalmente do título de concessão de terra, facto que disse dificultar o acesso ao crédito bancário.

Fernando Mesquita sublinhou o facto de os produtores seleccionados receberem o dinheiro antes do arranque do ano agrícola, para possibilitar a adopção de estratégias que garantem a obtenção de colheitas satisfatórias.

Os produtores do Cuanza-Norte que assinaram os memorandos de entendimento para receberem créditos bancários prometeram aumentar a produção e a oferta de postos de trabalho.

No Bengo, o vice-governador para o Sector Político, Social e Económico, José Pedro, pediu aos membros das cooperativas maior responsabilidade no sentido de reembolsarem o crédito nos prazos previstos e

exortou os beneficiários a aplicarem bem o dinheiro, de modo a alavancar a agricultura desenvolvida na província.

A directora do Gabinete para o Desenvolvimento Económico Integrado do Bengo, Fátima Sebastião, anunciou que aquele acto de subscrição de memorandos de entendimento era apenas a primeira fase do processo que, depois, seguirá para uma análise em que o Ministério da Economia e Planeamento e o BDA decidem com as cooperativas o valor a receber.

No Cuando Cubango, os memorandos de entendimento para formalizar os empréstimos foram assinados em Menongue, entre o Gabinete de Desenvolvimento Económico Integrado do Cuando Cubango, o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), o serviço provincial do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e os presidentes das 18 cooperativas.

2.11 Crédito não cresce apesar dos inúmeros programas de apoio

Jornal Expansão

25 De Setembro de 2020

Texto: Nelson Rodrigues

O volume total de crédito à economia registou um crescimento marginal de 0,7%, para 4,3 biliões Kz, o acumulado dos primeiros sete meses deste ano em comparação com igual período do ano passado. Um valor muito abaixo das expectativas, tendo em linha de conta que existem vários programas específicos e muito maior facilidade de acesso em 2020.

Os números sobre o crédito constam do balanço actualizado das estatísticas financeiras e monetárias do Banco Nacional de Angola (BNA), que revela que Maio foi o mês com maior volume de crédito desde Janeiro, com um registo de 5,2 biliões Kz. De lá para cá, foi sempre a descer (ver gráfico).

O relatório estatístico do BNA não junta explicações sobre a subida marginal no stock de crédito por sector de actividade, mas analistas ligados aos principais bancos do mercado nacional associam a quase estagnação nos financiamentos à economia pelos vários receios, com destaque para os efeitos da Covid-19

De acordo com uma fonte do Banco Angolano de Investimento (BAI), os bancos ainda não sabem o que lhes reserva o futuro por conta do coronavírus, pelo que estão a fazer contenções na saída de novos empréstimos.

Acresce o facto de que maioria dos bancos está a prevenir riscos no balanço com o malparado já que, atesta a fonte, grande parte dos agentes económicas estão sem ou com rendimentos abaixo dos fluxos de caixa que apresentaram antes da crise ter início em Angola. "Temos um cliente, um grande grupo do sector do comércio, que tem a sua solicitação de crédito pendurada devido a todos esses factores", exemplificou a fonte, para quem o arrefecimento do crédito vai continuar ainda nos próximos meses.

Além dos receios dos efeitos da Covid-19, vários bancos têm vindo já a cortar no crédito, considerando que vários projectos não são sustentáveis, uma vez que em caso de dúvida de algumas das premissas, o banco não arrisca.

Falta de experiência

Há bancos que já admitiram mesmo que vários solicitantes de créditos (sejam processos entrados em 2019, sejam os de 2020) não dominam o sector a que se propõem investir.

Por exemplo, no caso do Banco de Negócios Internacional (BNI), vários clientes que remeteram solicitações de crédito, no âmbito do programa de substituição das importações, foram 'apanhados' com insuficiências, desde a existência de promotores com incidentes de crédito junto da Central de Informação de Crédito (CIRC) do Banco Nacional de Angola, ausência de contabilidade organizada das empresas, registo de incidentes fiscais e projectos sem viabilidade, além da falta de orientação e experiência dos promotores. Para a implementação dos projectos que se propunham desenvolver. A falta de experiência dos empresários é um factor que está a ser levado em conta.

Também o Banco Comercial Angolano (BCA) defende que a concessão de financiamento deve obedecer a utilização e implementação assumidamente rigorosa das boas práticas de avaliação e gestão de risco das operações de crédito. E por trabalhar com dinheiro que não lhe pertence que o BCA tem todos os cuidados na sua aplicação", defendeu recentemente, ao Expansão, o responsável pelos projectos de apoio ao crédito à economia real daquela entidade, José Marques.

Desde Janeiro o crédito já caiu 12%, passou 4,965 biliões Kz para 4,363 biliões. O sector da indústria extractiva foi o que registou maior crescimento no volume de crédito entre Julho deste ano e Julho do ano passado. O stock de crédito para o sector subiu 112,2%, ao sair dos 114.778 milhões para os actuais 243.568 milhões Kz. Segue-se o sector da educação,

que viu seu crédito subir 47,7% ao sair dos anteriores 18.695 milhões Kz para os actuais 27.613 milhões.

2.12 Sociedades de microcrédito investem em pequenos negócios

Jornal Expansão
25 De Setembro de 2020

Um consórcio de sociedades de microcrédito vai disponibilizar 4 mil milhões Kz para financiar os micro-empresendedores, sendo que cada um poderá receber até 7 milhões Kz para a implementação do seu projecto, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal.

De acordo com o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, do consórcio das empresas, fazem parte o Kixicrédito, Multicrédito, Facilcred, Kifcrédito, Nespcred, Wiliete Crédito, Gingacred, bem como a cooperativa do Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE). O governante acrescentou que estão criadas as condições técnicas, materiais e operacionais, para que sejam disponibilizados os 4 mil milhões Kz, na linha de apoio ao crédito, consagrada no Decreto Presidencial n.º 98/20, destinada a providenciar o acesso ao crédito dos micro-empresendedores, formais e informais do País. O responsável clarificou que o financiamento será efectivado, desde que os empresenedores cumpram com os requisitos exigidos pelas sociedades de microcrédito aderentes à linha.

Mário João explicou ainda que o programa contempla as áreas da agricultura, avicultura de corte e de postura, da aquicultura, sectores da logística e distribuição de produtos agro-alimentares e pescas, áreas de processamento de alimento e produção de bebidas, bem como de aquisição de bovinos para engorda e abate.

"Outros sectores a destacar são as áreas de reciclagem de resíduos sólidos urbanos, prestação de serviço de transporte, prestação de serviço de formação profissional, área de desenvolvimento de software e, por último, os sectores do turismo, produção cultural e artística", avançou o secretário de Estado para a Economia. Para a obtenção do crédito, os beneficiários devem ter a contabilidade e o processo organizado, bem como idoneidade financeira, com projectos genuínos e já montados.

Por outro lado, serão também incorporados, neste mecanismo, os agentes informais que terão que abrir contas bancárias, e deverão prestar uma garantia social, para incentivar a inclusão financeira e,

rapidamente, formalizar aqueles agentes ainda fora do circuito formal.

2.13 Crédito à produção nacional mobiliza várias cooperativas

Jornal de Angola
28 De Setembro de 2020
Texto: Elautério silipuleni, Hermínio
Fontes e Fernando Neto.

O Programa de Alívio Económico aprovado pelo Executivo angolano destinado ao apoio de 18 cooperativas, em cada província do país, visa disponibilizar um crédito a cada entidade no montante que vai de 50 a 150 milhões de kwanzas, para apoiar a produção de bens locais e aumentar o nível de empregabilidade nas comunidades.

Na ocasião, o representante da cooperativa Jamadal, José António, na província do Cunene, valorizou o projecto que surge para minimizar as dificuldades que as empresas atravessam, porquanto vai permitir que as mesmas possam trabalhar com as famílias no quadro da aquisição de produtos do campo.

Realçou que o processo vai dinamizar as actividades económicas, assim como contribuirá para o escoamento dos produtos do campo para os centros de consumo.

Benguela

O governo de Benguela incentivou os associados das cooperativas existentes na província a gerarem riquezas, através da produção de bens em apoio ao PRODESI.

O encorajamento à prosperidade foi apresentado, durante a cerimónia que marcou o Memorando de Entendimento sobre a Implementação das Medidas de Apoio Financeiro previstas no Decreto Presidencial 98/20, de 9 de Abril.

Financiado pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), através da consulta ao crédito do PAC, dando a possibilidade de cada cooperativa ter direito a 50 milhões de kwanzas, a vice-governadora para o sector Político, Social e Económico, Deolinda Valiangua, deu votos de confiança aos produtores. "A grandeza deste programa deve ser compreendida para a criação de riquezas a partir da produção nacional", explicou.

O director do Gabinete Provincial de Desenvolvimento Económico Integrado, Samuel Maleze Quinda, acredita no fomento maior da

produção agrícola 2020/2021 para assegurar a cesta básica, como também, os sectores da pesca, indústria, comercialização e distribuição. Dos 271 projectos, 30 já foram aprovados, estando nesta altura a decorrer o processo de desembolsos.

Micro-negócios

Sete milhões de kwanzas é o valor que está disponível, desde a semana passada, para cada micro-negócio, no âmbito das Medidas de Alívio Económico, aprovadas em Abril pelo Executivo, revelou na semana passada, o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João.

Segundo o secretário de Estado, estão criadas as condições materiais, técnicas e operacionais para que seja executada a disponibilização de 4 mil milhões de kwanzas na linha de apoio ao micro-crédito, consagrada no Decreto presidencial 98/20 e destinada a providenciar o acesso ao crédito dos micro-empresendedores formais e informais.

Ao falar no habitual “briefing” sobre as acções do Ministério de Economia e Planeamento (MEP), nos últimos sete dias, Mário Caetano João sublinhou que a classe empresenedora poderá doravante aceder ao montante máximo de sete milhões de kwanzas, desde que cumpram as exigências impostas pelas sociedades de Micro crédito envolvidas no programa.

Na última semana o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) transferiu dois mil milhões de kwanzas para as sociedades de micro crédito e cooperativas de crédito para o efeito.

Segundo o secretário de Estado, entre as sociedades estão a KixiCrédito, Facilcred, Multicrédito, Wiliete Crédito, Nespecred, Gingacred, KifCrédito e Cooperativa do Fórum Angolano de Jovens Empresenedores (FAJE).

Em relação as áreas elegíveis estão a agricultura, com destaque para a produção de cereais, leguminosas, oleaginosas, tubérculos e hortícolas. Constam também a Avicultura de corte e de postura, aquisição de bovinos para engorda e abate, processamento de alimentos e produção de bebidas, logística e distribuição de produtos agro-alimentares e de pesca, bem como aquicultura.

Pelo país, as cooperativas agro-pecuárias e outras estão a mobilizar-se para tornar real este programa.

2.14 Produtores do Zaire estão aptos para receber os financiamentos

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2020

Dezoito cooperativas agrícolas, na província do Zaire, estão aptas para receber créditos no valor de 50 milhões de kwanzas, a serem cedidos pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), no âmbito do PRODESI. Para o efeito, as referidas cooperativas assinaram, terça-feira, em Mbanza Kongo, o memorando de entendimento com o BDA, onde estão espelhados os requisitos para o acesso ao crédito.

O director do Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado, Sabino Maria da Conceição, disse à imprensa que assinado que está o memorando de entendimento, o próximo passo será a triagem da documentação para posteriormente ser remetida ao BDA. O responsável lembrou que este é o segundo grupo de operadores económicos a assinar o memorando de entendimento, para o acesso ao crédito bancário, depois de dez outras empresas do ramo logístico e distribuição o terem já feito, há meses idos.

“As empresas terão a função de comprar os produtos nas cooperativas agrícolas para vender nos principais mercados municipais e provinciais.

Sabino Maria da Conceição adiantou ainda que com o Programa, o Executivo pretende materializar a ideia de transitar da agricultura familiar de subsistência para a mecanizada.

“Queremos diversificar a produção, incentivando as cooperativas no sentido de se especializarem apenas em três culturas de acordo com as características de cada município, por exemplo, citrinos (laranja, limão, tangerina e toranja), além de várias espécies de banana”, indicou. Avançou que das dez empresas do ramo logístico e distribuição, três recebem já financiamento nos próximos dias, podendo imediatamente dar início ao processo de compra dos produtos do campo para serem vendidos nos mercados.

Sabino Maria da Conceição garantiu que a nível da província, tudo está a ser feito, no sentido de eliminar todo o tipo de burocracia, que tem dificultado os empresários tratarem documentos como alvará comercial e o direito de superfície.

“Queremos reduzir a nível zero, todos os bloqueios estruturais que minam o ambiente de negócios na província do Zaire”, revelou.

A cooperativa Tumbi Kong, uma das principais referências, possui 58 associados.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Exames rápidos a taxistas resultam em 44 reactivos

Jornal de Angola
1 De Setembro de 2020
Texto: Fula Martins

Testagem de taxistas e cobradores ontem em Luanda

Dos 1.359 taxistas testados ontem, nos municípios do Cazenga e Cacuaco, em Luanda, no seguimento da testagem massiva realizada pela Comissão Interministerial de Combate à Covid-19, 44 tiveram resultados reactivos.

Os cidadãos foram isolados e aguardam pelo resultado definitivo, que deve ser confirmado através do teste de Biologia Molecular RT-PCR.

Em declarações à imprensa, o secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda, disse que a Comissão Interministerial pretende testar um universo de cinco mil taxistas em Luanda.

Franco Mufinda afirmou que a selecção dos taxistas foi feita de forma aleatória, em função do elevado número de membros que cada associação de taxistas apresentou. “Trabalhamos em função das listas dos membros que as associações forneceram. Devido ao elevado número de taxistas, a Comissão Interministerial e as associações fizeram, de forma aleatória, a selecção de cinco mil taxistas”, disse. Questionado se o teste massivo aos taxistas é dirigido apenas aos motoristas, o secretário de Estado para a Saúde Pública disse que destina-se também aos cobradores, porque acabam por ser pessoas expostas ao contágio.

Franco Mufinda esclareceu que a Comissão Interministerial tem uma política de expansão, que visa a testagem da população nas províncias da Lunda-Norte, Uíge e Huambo. Explicou que com o aumento de mais laboratórios nas diversas regiões do país, a zona Leste vai ser suportada pela província da Lunda-Norte, que vai processar dois mil testes por dia. As províncias do Huambo e Benguela vão dar resposta às zonas Sul e Centro, com igual número em termos de processamento, e a província do Uíge vai apoiar a Região Norte, agregando-se a de Luanda.

A campanha massiva começou oficialmente a 9 de Julho, na província de Luanda, abrangendo mais de 10 mil pessoas, entre moradores e vendedores dos

mercados do Catinton, Quilómetro 30, Kikolo, Asa Branca, Mártires de Kifangondo, efectivos da Polícia Nacional, bem como no município do Cazengo, província do Cuanza-Norte.

3.2 Apenas um em cada três vendedores tem conta bancária

Jornal Expansão
4 De Setembro de 2020
Texto: Faustino Diogo

Um em cada três vendedores dos mercados de Luanda não tem conta bancária, segundo um estudo sobre os mercados informais do capital realizado pelo Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF).

O inquérito realizado no Kikolo 1 e 2, Congolenses, Catinton e 30 constatou que 63% dos vendedores não estão bancarizados e apenas 37% tem conta num dos bancos que operam no País.

Os mercados do Kikolo 2 e Congolenses são os locais com maiores taxas de bancarização, 62,4% e 57,5% respectivamente. No outro extremo, os mercados com mais comerciantes excluídos do sistema bancário são o do 30, com uma taxa de bancarização de 24,1 % e o do Catinton com 22,7%. No entanto, 69% dos comerciantes que não estão bancarizado gostaria de ter uma conta bancária, embora a maioria pense que não tem dinheiro suficiente (28%), mas há também os que não confiam nos bancos (10,6%) e há ainda os que não têm documentos (8).

Situação que deve ser invertida de acordo com o responsável da entidade promotora do estudo, que reconhece existir dificuldades para se aceder a esta franja da sociedade por falta de informação, apesar dos vários programas de incentivos à bancarização. "Se não houver este acesso à informação muito dificilmente quem queira fazer dinheiro vai arriscar o seu dinheiro. Mas quando há esta informação as pessoas já olham para o negócio com outros olhos. Por isso, os nossos números podem e devem ser melhorados em relação à bancarização" considera Luzolo de Carvalho, secretário Executivo do CNEF.

O responsável associa os níveis de literacia financeira ao grau de formação académica das pessoas, "porque quanto maior for a instrução académica, provavelmente mais facilidade temos de entender as vantagens e benefícios que os sistema formal nos possa trazer".

"No nosso estudo vemos que quem não tem nenhum grau de escolaridade tem uma taxa de bancarização aproximadamente de 13% e quem tem ensino superior concluído tem uma taxa de cerca de 87%. A formação académica abarca quase 90%", explicou.

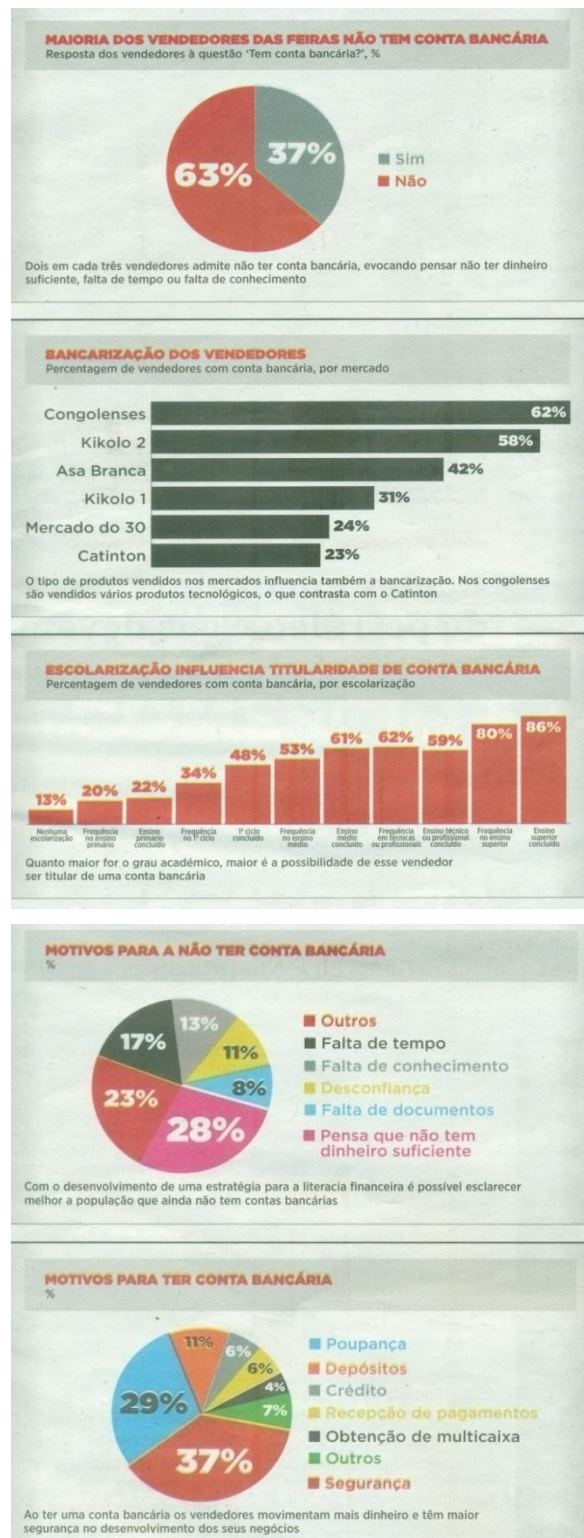
O estudo que tem entre os objectivos identificar o grau de inclusão financeira dos comerciantes indica que quem está neste segmento e tem conta bancária poupa mais em relação a quem não tem. Já entre os motivos apontados pelos comerciantes dos mercados informais de Luanda para a titularização de uma conta bancária, a segurança aparece como o principal (37,2%), seguido da poupança (29,4%) e depósitos (11%).

Números que o economista Miguel Santos considera que podiam ser melhores, caso os programas de inclusão financeira fossem de facto orientados para público-alvo.

"A questão da bancarização tem muito que se diga. Temos assistido a algumas campanhas que infelizmente acabam por não ter os resultados esperados porque são copiadas de outros mercados. É preciso sermos mais conhecedores da nossa realidade e isso parece que falta aos responsáveis públicos do sector", disse o economista.

Por isso, Miguel Santos acredita que este estudo pode ser aproveitado para melhorar os programas de inclusão financeira. "Se utilizarem de facto este estudo, os níveis de bancarização podem aumentar, mas é preciso associar a ele outras práticas de inclusão", concluiu. Nesta senda, o Conselho Nacional de Estabilidade Financeira considera que o estudo permite concluir que os comerciantes querem ser formalizados, mas muitas vezes não sabem como e, quando sabem, não conseguem devido à burocracia. Por isso, tem que haver um esforço de facilitação para que as pessoas reúnam condições para ter acesso à banca.

"O mais importante aqui é saber que as pessoas na sua maioria não têm resistência em ser formalizadas. Nós é que temos que encontrar uma forma de facilitar esta formalização", avançou o secretário Executivo do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira.



3.3 Luanda procura causa de filas em paragens de autocarros

Jornal de Angola

4 De Setembro de 2020

Texto: Alberto Quiluta

A governadora de Luanda, Joana Lina, criou uma equipa para avaliar o cumprimento das operadoras de transportes públicos em Luanda e encontrar as razões que levam os cidadãos a permanecerem em grande número nas paragens.

“Pela ginástica que se fez, já não deveríamos ter este acumulado de gente nas paragens a espera de autocarros”, disse.

Ao falar da situação dos transportes na cidade, ontem, durante a visita ao município de Belas, a governadora disse que, apesar de se terem colocado mais autocarros em circulação, ainda é preciso trabalhar para melhorar a questão dos transportes, na capital.

Joana Lina explicou que as operadoras levantam o problema do preço, que cobram aos utentes dos autocarros, que é 50 kwanzas. “A maior parte delas considera que sair da Avenida Fidel de Castro para a Centralidade do Kilamba ou 11 de Novembro não é rentável”, disse, sublinhando que as operadoras pretendem uma revisão dos preços, uma questão que, segundo afirmou, não cabe ao Governo da Província de Luanda, sozinho, resolver.

“Uma decisão sobre eventual subida de preços, deve ser tomada em conjunto com outros sectores, que devem, antes, analisar se pode ou não subir as tarifas”, realçou.

Falta de água em Belas

Durante a visita, a governadora disse ter constatado os problemas do município e as dificuldades que enfrentam as comunidades. “Para aquilo que foi possível observar, há vários problemas no domínio da água, saneamento básico e vias de comunicação”, disse, para garantir que o problema de água vai ser resolvido dentro de dias.

“Há já um trabalho bem feito e há, também, um financiamento que, muito brevemente, será colocado em operação para que as obras possam sair”, disse sem revelar os valores envolvidos. A governadora disse ter observado que a maior parte dos bairros no município de Belas está bem estruturado, “só precisamos de equacionar alguns problemas locais”, salientou.

Quanto ao bairro das Salinas, o Governo Provincial de Luanda garante encontrar uma solução para aquela área. “Vamos tentar buscar soluções definitivas. Não adianta estarmos permanentemente com paliativos.”, assegurou Joana Lina.

Época chuvosa

A administradora do município de Belas, Mariana da Cunha, falou do problema dos moradores que abandonam a zona em época de chuvas. Sublinhou que as construções nas Salinas foram feitas nas linhas de água e com o entulho na área provocou alteração no curso das águas.

Mariana da Cunha disse que vai continuar a trabalhar no sentido de melhorar o perímetro das salinas. “O trabalho está parado há dois anos. Já temos os equipamentos e vamos trabalhar para que as águas tenham o seu curso normal”, explicou.

3.4 Reflexões sobre possíveis soluções para a reconversão da economia informal em Angola

Jornal Expansão

4 De Setembro de 2020

Texto: Francisco Miguel Paulo

O mercado informal tem sido a bóia de salvação para milhões de pessoas neste momento de pandemia e de depressão económica profunda que afecta o País, pois a economia formal não consegue gerar mais empregos em relação aos que estão a ser destruídos. Dai o aumento da taxa de desemprego tendo em conta que há mais despedimentos do que contratações. Até o II trimestre de 2020, o INE estimou uma taxa de desemprego geral de 32,7% e para os jovens entre 15 e 24 anos a taxa é mais elevada, acima de 50%.

A formalização da economia informal passa necessariamente pelo registo, pelos órgãos da administração do Estado competentes, dos agentes económicos que operacionalizam este segmento da economia nacional. A atribuição do Bilhete de Identidade (hoje o seu número é também o número fiscal), o registo junto do Instituto de Segurança Social, a abertura de uma conta bancária e o cadastro ou registo estatístico junto de cada administração municipal ou comunal ou distrital seriam passos importantes que, no nosso entender, viabilizariam a formalização das actividades económicas.

As administrações municipais (comunais ou distritais) poderiam jogar um papel importante. Todos os agentes económicos informais deveriam ser cadastrados nas respectivas zonas de residência ou onde realizam as suas actividades. Este cadastro devia ser feito com a ajuda do Instituto Nacional de Estatística (INE) por meio dos seus serviços provinciais com a participação de um representante do ministério da tutela que regula a actividade económica que é exercida pelo agente económico. Os órgãos ministeriais de tutela podiam, por sua vez, procurar interagir com as empresas formais que oferecem os produtos ou serviços produzidos ou comercializados pelos agentes informais, no sentido de se estabelecerem parcerias com os mesmos, para possível desenvolvimento da cadeia de valor ou contratação desta mão-de-obra

Como exemplo, vejamos os indivíduos que ficam junto dos armazéns, lojas, praças e paragens dos táxis que prestam o serviço de transporte de mercadorias ou cargas das pessoas que fazem compras até um determinado destino e cobram em função do peso e da distância percorrida. As administrações distritais onde realizam tais actividades devem registar tais prestadores de serviços comumente conhecidos como trabalhadores ou roboteiros (no tempo do roque santeiro) e também os serviços municipais do Ministério dos Transportes coadjuvados pelos técnicos do INE (SPINE). Poder-se-ia encontrar formas de medição do volume de carga transportada e número de viagens realizadas para o devido registo na Contabilidade Nacional.

A administração distrital poderia encarregar-se do registo dos indivíduos no INSS e na AGT de modo a gozarem dos mesmos direitos e obrigações dos demais trabalhadores formais, ponderando sempre cada circunstância. O desconto mensal no INSS poderá ser estimado em função dos rendimentos médios mensais de cada indivíduo e analisar-se uma taxa que fosse de acordo com as condições laborais de cada indivíduo. Quanto ao pagamento de impostos pode-se analisar até que ponto os rendimentos médios mensais são iguais ou superiores ao limite de isenção estabelecido na tabela do IRT ou ver-se uma outra modalidade aplicável.

Os serviços municipais de comércio ou transporte podem contactar os gestores dos armazéns e lojas e ver a possibilidade de integrar tais indivíduos (os que desejarem) como seus funcionários e os rendimentos dos mesmos serem em função da actividade que realizarem durante o mês.

Quanto aos trabalhadores (roboteiros) dos grandes mercados (como o Katitón, Trinta, Sabadão, Asa Branca, etc.) que auxiliam os compradores a levarem

as compras à medida que vão de bancada em bancada, estes devem estar devidamente cadastrados pelas administrações dos mercados, atribuindo cartões de identificação, registando-os no INSS e na AGT e os que não possuem Bilhete de Identidade ajudá-los a obtê-lo. Estes poderiam fazer parte do quadro do pessoal da administração do mercado.

Um outro seguimento que podemos exemplificar é os serviços de moto-táxi que se realizam em quase toda a extensão do território nacional. Cada indivíduo que exerce esta actividade deve estar devidamente cadastrado pela administração distrital onde realiza tais serviços. O cadastro, além dos dados do moto-taxista, deve incluir os dados do dono da motorizada, os seus detalhes de contacto, a matrícula da motorizada, o ano da sua aquisição, etc. Os comandos municipais da Polícia Nacional ou as esquadras deveriam também ter acesso a esta base de dados de modo a facilitar a identificação de motos roubadas.

A inscrição dos moto-taxistas no INSS e na AGT poderia ser feita ou pelos próprios ou pelos respectivos donos das motorizadas, conforme o que for mais prático. As administrações municipais e o INE poderiam ver formas de garantir o registo do volume de actividades, como o número de viagens realizadas e o número de passageiros transportados.

As demais actividades informais como taxistas e cobradores, lotadores, vendedores ambulantes, prestadores de serviços de beleza, vendedores de água em cisternas, etc. podem de igual modo ser reconvertidos com a participação das instituições acima mencionados.

No caso dos agricultores familiares, apesar da actividade em si ser contabilizada no PIB em função dos dados enviados pelos serviços municipais de agricultura ao INE, os trabalhadores em si são informais pois muitos ou quase todos não estão registados no INSS e na AGT, pois a grande maioria não possui bilhete de identidade. As administrações municipais deveriam zelar por estes trabalhadores no sentido de beneficiarem dos devidos direitos.

Uma última nota ao INSS. O instituto pode ser mais proactivo e garantir a todos os trabalhadores que há vantagens de estar inscrito neste organismo. O Governo pode deliberar no sentido que todos os trabalhadores que descontaram para SS pelo menos um ano consecutivo e venham a perder emprego ou fiquem sem trabalho, tenham um subsídio por parte da SS proporcional, no mínimo, aos anos de desconto. Deste modo, as pessoas irão querer aderir à SS. O valor deste subsídio poderá ser calculado em função dos descontos feitos. Neste período de

pandemia e depressão económica, um mecanismo deste tipo poderia ajudar os milhares de pessoas que perderam os seus empregos e que andaram a descontar para SS.

3.5 Apartamentos e vivendas transformados em cantinas

Jornal de Angola

7 De Setembro de 2020

Texto: André Sibi

O Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI) está preocupado com a transformação de apartamentos e vivendas, em cantinas, salões de beleza e farmácias, nas centralidades, em Luanda.

Em declarações à imprensa, Jaqueline Coelho, directora de Marketing e Vendas da EGTI, esclareceu que não há necessidade de transformar apartamentos em cantinas, porque na centralidade do Zango 5 existem 74 terrenos infra-estruturados para receber os vários projectos de negócio, desde farmácias, centros comerciais, salões de festas e instituições bancárias.

Jaqueline Coelho disse que dos 74 espaços reservados, a EGTI tem 21 para o comércio, 13 para o uso misto, oito para serviços, igual número para equipamentos públicos, três lotes para o lazer, seis para saúde e dois terrenos para igrejas, razão pela qual serão tomadas medidas para corrigir, o mais urgente possível, este comportamento desviante.

Os mais de 41 mil candidatos inscritos e sorteados para a aquisição de terrenos infra-estruturados já estão a ser entrevistados para assinatura de contratos. De mais de 60 solicitações um terço já firmou os contratos de aquisição do espaço.

3.6 Produção de sabão emprega mulheres

Jornal de Angola

8 De Setembro de 2020

Texto: Elautério Silipuleni

Um grupo de mulheres camponesas do município do Cuanhama, província do Cunene, participa, desde finais de Agosto, numa formação sobre fabricação de sabão caseiro, com vista a obterem um ofício para sustento familiar.

A iniciativa é da Administração Municipal do Cuanhama, enquadrada no Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à

Pobreza, que visa retirar milhares de mulheres da situação de pobreza extrema, por meio da sua integração em actividades geradoras de rendimentos. Promover e reforçar competências familiares, com realce para as carenciadas, desenvolver acções de empreendedorismo feminino e promover a igualdade e equidade de género é o grande objectivo do momento.

O administrador municipal, Eugénio Ndamenaposy, informou que até ao momento foram já formadas e equipadas 25 mulheres das comunidades rurais de Oshimolo e Nehone, de um total de 80 mulheres do meio rural.

O administrador de Cuanhama encorajou as mulheres a desenvolverem, de forma prática, as actividades económicas nos respectivos locais de residência, de forma a aliviarem a pobreza dentro das famílias. Com a comercialização do produto, realçou o administrador, “já é possível famílias resolverem alguns problemas pontuais domésticos e outras necessidades que, também, precisam do incentivo do Governo”.

A ideia da Administração é estender o projecto a todas as comunas e aldeias do município do Cuanhama, para que todas as mulheres possam beneficiar e consigam sustentar-se. O sabão caseiro é feito com base na mistura de fuba de milho, soda, óleo de palma e água e não acarreta muitos recursos financeiros. Apesar desse esforço, as mulheres do Cuanhama necessitam de mais oportunidades para se inserirem no mercado de trabalho.

3.7 Agitação no São Paulo e Kicolo

Jornal de Angola

10 De Setembro de 2020

O mercado do São Paulo, distrito urbano do Sambizanga, com sete portões, todos com baldes com água e sabão à entrada, também abriu com poucos vendedores. A confusão um pouco no átrio do mercado e fora saltou à vista, vislumbrando-se pessoas a venderem no chão, sem distanciamento.

O mercado do São Paulo tem 2.552 lugares, dos quais apenas cerca de mil são ocupados actualmente. O administrador adjunto, José Mussoque, garantiu que é feita a desinfestação do local, além das limpezas com a colaboração dos vendedores.

Feliz por poder vender em cinco dias, Luísa Roberto, de 29 anos, vendedora do mercado do São Paulo, lamenta apenas as poucas horas de venda, porque afirma que é a partir da hora do fecho, às 15 horas, que aparecem mais compradores.

“Durante a fase anterior do Estado de Calamidade, com apenas três dias, o negócio era fraco e não conseguíamos levar comida para as crianças”, disse a mais velha Juliana Malungo, 52 anos, vendedora do mercado do Kicolo. A anciã, consciente da obrigatoriedade das medidas, afirmou que não há outro remédio senão cuidar-se para evitar consequências incapazes de suportar.

Pedro Alonso, de 30 anos, vendedor que sobrevive de pequenos biscates no referido mercado recebeu com agrado a medida de alargamento dos dias de venda. “Não conseguia arranjar trabalho com os poucos dias que estavam estipulados até ontem”, desabafou.

Segundo o chefe do património do mercado do Kikolo, que estava fechado nesta quarta-feira, grupos de sensibilização circulam no local para informar e alertar aos clientes, vendedores e outros para os cuidados a seguir.

Israel Kacut, funcionário administrativo do mercado, explicou que o mercado possui água canalizada, o que facilita a higienização do espaço e pessoas que lá acorrem.

Para evitar o aglomerado, como é costume, há um espaçamento de uma barraca entre os vendedores. Estes estão por grupos, vendendo em dias alternados. Muitas vendedoras ambulantes, vulgo “zungueiras” com os filhos às costas, saíram à ruas eufóricas com a boa nova de mais dias. É o caso da jovem Deolinda Uluka, 24 anos de idade, franzina, andar lento, visivelmente cansada, disse ao Jornal de Angola que gostou da medida porque vai vender mais produtos e obter lucros.

3.8 Manifestações de alegria nos mercados de Luanda

Jornal de Angola

10 De Setembro de 2020

Texto: Nilza Massango e Victória

Ferreira

A satisfação pelo alargamento dos dias de venda esteve ontem visível no rosto dos comerciantes nos mercados e praças percorridos pela reportagem do Jornal de Angola.

No distrito urbano do Hojiya-Henda, o mercado dos Kwanzas abriu com poucos vendedores. Nas duas entradas foi notável a colocação de baldes com água e sabão e, no interior, alguns vendedores mantinham o distanciamento entre as bancadas de venda enquanto uns poucos tenham, demonstrado, ainda, algum

desrespeito e ignorância pelas medidas de biossegurança agora em vigor.

O Jornal de Angola constatou, por exemplo, momentos em que vários vendedores baixavam as máscaras, ajustando-as queixo abaixo para conversas entre si e compradores.

A coordenadora do mercado, Umbolina Querinda, sempre atenta aos movimentos naquele recinto, garantiu que continuarão a ser feitas sensibilizações para o cumprimento das regras de distanciamento social dentro do mercado, entre vendedores e compradores. A responsável disse que, todos os dias é feita a limpeza do mercado de manhã, antes de abrir, e depois do encerramento.

Quanto à desinfestação do local, Umbolina Querinda explicou que é feita à segunda-feira, com a ajuda da Administração Distrital do Hoji-ya-Henda, que disponibiliza um carro de fumigação.

Maior confusão foi vista na parte exterior do mercado. A venda desordenada de artigos diversos era notável nas paredes, chão e passeios, largos e triângulos daquela zona do Cazenga.

Com máscaras abaixo da boca, muitos vendedores, de pé, sentados, abraçados, encostados, conversavam alegremente. Na rua Porto Moniz, Cazenga, muitas pessoas permaneciam juntas. Pela multidão de pessoas e constantes desrespeitos às normas de biossegurança contra a pandemia parecia que nada mudou.

Com máscaras abaixo da boca, muitos vendedores, de pé, sentados, abraçados, encostados, conversavam alegremente. Na rua Porto Moniz, Cazenga, muitas pessoas permaneciam juntas

3.9 Taxistas terminam formação para reforço da prevenção

Jornal de Angola

10 De Setembro de 2020

Texto: Fula Martins

Mais de 50 líderes associativos, entre responsáveis de grupos de taxistas, condutores de táxis e cobradores, estão em melhores condições de transmitir mensagens de prevenção da Covid-19, depois de concluírem ontem, no Centro de Formação de Jornalistas (Cefojor), uma formação sobre a pandemia e meios de biossegurança.

Depois da formação, organizada pelo Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, em parceria com o Ministério da

Saúde, o presidente da Associação Nacional de Taxistas de Angola (ANATA), Francisco Paciente, disse que os participantes vão disseminar a mensagem de prevenção com maior rigor.

Ao considerar os taxistas e cobradores elementos do conhecido grupo de risco, Francisco Paciente referiu que a formação ora terminada foi de extrema importância, uma vez que atribuiu outras valências aos operadores de táxi. Com cerca de 22 mil taxistas em todo país, a ANATA, segundo o seu presidente, tem mais ferramentas para levar a cabo formações junto dos associados, por sentir que os líderes associativos ganharam muito com a formação.

“Neste momento, os líderes dos municípios, distritos da província de Luanda e os responsáveis de ‘staffs’ vão começar a expandir os conhecimentos adquiridos nessa formação aos demais filiados da ANATA”, assegurou.

O formador Edmundo Mundo disse que o Ministério da Saúde tem um plano de continência que inclui a formação de vários actores sociais, no sentido desses indivíduos serem continuadores da transmissão de mensagens de combate à pandemia a outros cidadãos.

Explicou que a formação visou dar aos participantes uma série de componentes de prevenção da Covid-19 nas suas comunidades, bem como um maior entendimento das formas de transmissão, comunicação de risco, engajamento comunitário e enterro seguro das vítimas mortais da pandemia.

Sobre o enterro seguro das vítimas mortais, Edmundo Mundo explicou que o procedimento do funeral é diferente em relação a uma outra pessoa que morrem por outras patologias, uma vez que exige outros cuidados.

3.10 Vendedores de mercados de Luanda cumprem medidas de prevenção

Jornal de Angola

24 De Setembro de 2020

Texto: Edivaldo Cristóvão

No interior dos mercados da BCA, Asa Branca e do São Paulo é visível o cumprimento das medidas de prevenção contra a Covid-19, concretamente o uso de máscaras e o distanciamento entre as pessoas.

Feliciano Domingos, 55 anos, vende no mercado da BCA há três anos. Com o que ganha consegue custear as despesas com os quatro filhos, uma batalha

que trava sozinha há 15 anos, depois do falecimento do marido.

Feliciano, que antes vendia panos africanos pelas ruas de Luanda, optou por um novo negócio, numa altura em que o anterior deixou de ser lucrativo. Agora, vende tomate, pepino, cebola e cenoura.

Quanto à extensão dos dias de venda nos mercados de Luanda, Feliciano referiu que a medida vai ajudar a estabilizar o negócio de milhares de famílias e dar maiores garantias do sustento dessas pessoas. “Apesar de estarmos numa fase de pandemia, é necessário obedecer as medidas de prevenção impostas pelas autoridades, de forma a evitar a propagação do vírus. Por isso, devemos cumprir com os horários estabelecidos”, disse.

Realçou que, na altura em que a venda era feita em três dias, houve muita perda de produtos, uma vez que viu apodrecer inúmeras quantidades de tomate, cenoura, batata e outros produtos que adquire no Mercado Municipal do KM28, vulgo Mercado do 30. “Este negócio não é nada fácil, porque nem todos os dias são lucrativos”, disse, sublinhando que a situação varia de dia para dia.

Relativamente ao comportamento dos fiscais, disse que melhorou muito nos últimos dias. “Eles não respeitavam o negócio quando viessem fazer a cobrança”.

Feliciano Domingos pediu à administração local para melhorar as vias de acesso ao mercado, porque “a estrada está em péssimas condições e, quando chove, ficamos sem clientes, por esses não aceitarem colocar os carros naquele piso horrível”.

Angelina Samuel, 38 anos, vende no mercado há três anos. Vive no bairro do Grafanil, com o marido e cinco filhos. Disse que o negócio tem sido difícil, devido aos vendedores de rua, que praticam preços mais baixos e apelou à administração para acabar com a venda nas proximidades do espaço comercial. Sobre os fiscais, considerou razoável o comportamento dos agentes, mas condenou certas atitudes. “Há dias em que eles levam os produtos das vendedoras que não pagam a taxa”.

Em relação ao uso da máscara, referiu que quem estiver sem máscara, exigem o pagamento da multa.

“Só temos que obedecer às medidas de prevenção contra a Covid-19, se quisermos sobreviver à pandemia e continuar a vender nos mercados”, disse Luciana Domingas, uma mulher que todos os dias vai cedinho à rua para trabalhar e garantir o sustento da família.

Vendedora do Mercado da BCA, localizado na zona do Grafanil, Luciana Domingos tem noção dos perigos da Covid-19, por isso pediu para que se reforçem as medidas de protecção individual e colectiva, impostas pelas autoridades sanitárias.

400 Vendedores

O Mercado da BCA tem perto de 400 vendedores registados. Cada um deles paga a ficha no valor de 200 kwanzas por dia. Este montante inclui o pagamento da bancada e dos “caenches”, forma como é tratado o pessoal da segurança do espaço comercial e dos produtos que passam ali a noite.

Uma das fiscais do mercado da BCA é Mafuta Funete. Ela disse que o seu trabalho é cobrar pelas fichas diárias, tendo garantido que o dinheiro das multas é depositado na Conta Única do Tesouro.

“Além da cobrança de pagamento, também controlamos as medidas de prevenção contra a Covid-19, relativamente ao uso da máscara e o distanciamento, principalmente. Quem não respeitar procuramos sensibilizar, mas se for reincidente aplicamos a multa”, disse.

Acrescentou que tem havido poucos casos de pessoas que não cumprem as medidas de prevenção. “Elas têm cumprido as orientações das autoridades sanitárias. Quem mais desrespeita são os compradores”.

Realçou que antes das vendedoras entrarem no mercado, são obrigadas a lavar as mãos com água e sabão, sendo que os fiscais fazem mais um papel pedagógico do que de punição.

3.11 43,3% Dos Comerciantes não fazem poupança

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2020

Texto: Mateus Cavumbo

Perto de metade dos comerciantes de Luanda, confinados nos principais mercados, não faz poupança, estando a taxa calculada em 43,3 por cento, ou seja, 56,7 por cento dos comerciantes fazem poupança, mas apenas 25,9 por cento poupam para a reforma.

Os dados constam de inquéritos preliminares sobre “diagnósticos de inclusão financeira nos mercados informais de Luanda”, realizados pelo Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF), em parceria com o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), da Agência Angolana de

Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG), do Banco Nacional de Angola (BNA) e da Comissão do Mercado de Capitais (CMC).

A publicação do relatório final está prevista para o mês de Outubro e o documento será disponibilizado ao público através do website do CNEF.

Da informação colhida pelo Jornal de Angola, indica que os comerciantes que não poupam para a reforma pensam em sustentar, fazendo reservas financeiras para os filhos (28,8 por cento), família alargada (17,6 por cento) e trabalho (9,6 por cento).

Bancarização

A taxa constatada é de 36,7 por cento, estando os mercados com a taxa de bancarização mais elevada o Kikolo 2 e os Congolenses, com 62,4 e 57,5 por cento, respectivamente.

Os mercados onde mais comerciantes estão excluídos do sistema bancário são o do 30, com uma taxa de bancarização de 24,1 por cento e o do 1.º de Agosto (Catinton) com 22,7 por cento de bancarizados.

“Quanto maior é o grau de escolaridade, mais elevada é a taxa de bancarização”, diz um dos inquiridos que avança para 69 por cento dos comerciantes não bancarizados gostariam de ser titulares de uma conta bancária.

O documento menciona que os comerciantes não são titulares de contas bancárias porque, entre outros, acreditam que não têm dinheiro suficiente para abrir uma conta (28,1 por cento), não têm tempo (17,3 por cento), não têm conhecimento (12,6 por cento) e não confiam nos bancos (10,6 por cento). A segurança (37,2 por cento), poupança (29,4 por cento) e depósitos (11 por cento) são os principais motivos para a titularização de contas bancárias. Os comerciantes bancarizados (66 por cento) poupam mais do que os não bancarizados (44 por cento).

Empréstimo

O inquérito revela que 56,2 por cento solicitaram o último crédito para investir no seu negócio, 11,9 por cento para pagar despesas de saúde e 10 por cento para pagar despesas familiares. Em 63,8 por cento dos casos a fonte de obtenção do crédito foi pessoal, seguida da kixiquila em 20,4 por cento. Apenas 9,8 por cento dos inquiridos contraíram crédito bancário.

Acesso à Internet

Apenas 35 por cento dos inquiridos têm acesso à Internet e o telemóvel (84 por cento) é a principal ferramenta de acesso.

O inquérito diz que 5 por cento dos comerciantes efectuam transacções online e daqueles que efectuam operações online, 31 por cento fazem transferências, 18 por cento compram produtos e 13 realizam pagamentos.

Seguro

Apenas 6 por cento dos comerciantes têm seguro, destes, 45,5 subscreveram o seguro de saúde e 33,6, o seguro automóvel e 53 por cento dos comerciantes não segurados gostariam de ter um seguro.

Identificação

77 por cento dos inquiridos têm bilhete de identidade e desta proporção, 92,1 têm o bilhete válido. Em alternativa a este documento, para efeitos de identificação os inquiridos recorrem à cédula de nascimento (42,1) e ao cartão de eleitor (40,4). 5 por cento dos comerciantes não têm documentos de identificação.

Os inquéritos ocorreram nos principais mercados informais da capital, nomeadamente, o Asa Branca, Kikolo, Congolenses, Mercado 1.º de Agosto (Catinton) e o Mercado do 30.

Ao todo, foram realizados 2.940 inquéritos entre Agosto de 2019 (inquérito piloto) e Março de 2020 (exercício final).

Devido à situação epidemiológica do país, não foi possível, também em 2020, dar ao exercício uma dimensão nacional, como previsto inicialmente, segundo o promotor dos trabalhos de campo.

3.12 Voluntários reforçam sensibilização nos mercados

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2020

Texto: João Gomes

Sessenta jovens voluntários estão engajados em acções de sensibilização sobre as medidas preventivas contra a Covid-19, nos mercados de Shomukuyo e da Alemanha, na cidade de Ondjiva.

A actividade está enquadrada na segunda fase da campanha de combate à Covid-19, com duração de 30 dias, e é promovida pelo Gabinete Provincial da Juventude e Desportos, em parceria com o Conselho Provincial da Juventude (CPJ) no Cunene.

De acordo com o director do Gabinete Provincial da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos do Cunene, Marcelino dos Santos, o objectivo é despertar a consciência da população para o uso frequente da máscara, lavagem constante das mãos com água e sabão ou desinfectá-las com álcool em gel. Marcelino dos Santos informou que os jovens vão ajudar, também, no posicionamento dos vendedores para observarem o distanciamento social.

O primeiro secretário provincial da JMPLA no Cunene, Ireneo Nambalo, pediu o envolvimento dos militantes na sensibilização da população, para aumentar a consciencialização sobre os cuidados a ter com o novo coronavírus.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 “Debate sobre autarquias não deve ser partidarizado”

Jornal de Angola
4 De Setembro de 2020

Fernando Sacuaela Gomes, do “Projecto AGIR”, um grupo de jovens que promove o resgate da cidadania e a participação dos cidadãos na vida pública, alertou para a necessidade de se evitar a partidarização do debate sobre as autarquias.

Sacuaela, que falava, quarta-feira, em Luanda, num debate por videoconferência sobre as autarquias em Angola, defendeu que é o país que deve estar em primeiro lugar. “Devemos pensar na edificação de uma República para os cidadãos”, venceu, citado pela Angop.

O representante do Projecto AGIR disse ser preciso perceber que as autarquias podem ser vistas como meio para o lançamento de uma nova agenda pública com novos actores sociais. “O país chegou até ao momento com os actores que nós temos, logo precisamos desconstruir isso”, defendeu Sacuaela, para, em seguida, questionar: “o que é que se tem feito para se vencer os receios que o MPLA tem?”

Fernando Sacuaela realçou que o MPLA traçou uma estratégia para a aprovação das leis sobre as autarquias, no Parlamento, e conseguiu-a de forma quase unânime. “A democracia é mesmo isso”, considerou o activista.

No debate, a UNITA voltou a acusar o MPLA de incumprimento em relação à promessa sobre a realização, este ano, das eleições autárquicas, insistindo na tese segundo a qual o partido no poder teme o pleito.

O posicionamento do maior partido da oposição foi reafirmado pela deputada Mihaela Webba, para quem

o “MPLA, mais uma vez, não vai cumprir a promessa de institucionalizar as autarquias porque teme descentralizar e devolver o poder aos cidadãos”.

No entender da deputada, Angola ainda não é um Estado Democrático e de Direito, por não ter realizado eleições autárquicas. “As eleições autárquicas são necessárias para que Angola seja, de facto, um Estado Democrático e de Direito”, avançou Mihaela Webba, durante o debate no Facebook, promovido pela Mosaiko Angola, organização sem fins lucrativos.

Kambolo Tiaka-Tiaka, representante da Plataforma “Cazenga em Acção”, defendeu a inclusão das comunidades nos debates sobre autarquias.

MPLA reafirma autarquias para o “momento certo”

O secretário do Bureau Político do MPLA para os Assuntos Políticos e Eleitorais, Mário Pinto de Andrade, esclareceu, durante no debate, que o partido que representa não tem necessidade de temer a realização das eleições autárquicas, sublinhando que nas eleições gerais de 2017 venceu o escrutínio em mais de 150 dos 164 municípios do país.

“Não temos medo das eleições autárquicas. Estamos a seleccionar os nossos futuros presidentes de câmaras e candidatos a membros das assembleias municipais”, informou o político, para quem o MPLA tem a responsabilidade de realizar as eleições autárquicas com apoios de todos os partidos políticos e da sociedade civil.

Segundo Mário Pinto de Andrade, independentemente da forma como cada um olha para a problemática das autarquias, torna-se importante observar o que ocorre no mundo nos últimos meses, numa alusão à Covid-19.

Na óptica do secretário do MPLA para os Assuntos Políticos e Eleitorais, a questão da realização das autárquicas deve ser vista com serenidade e bom senso, pois “deverá acontecer no momento certo”.

Em Junho, a vice-presidente do MPLA já tinha reagido aos que diziam que o partido não estava interessado na implementação das autarquias. Na altura, Luísa Damião afirmou que foi o seu partido que colocou na agenda política a questão das eleições autárquicas, por ser um imperativo constitucional.

A segunda figura na hierarquia do partido no poder disse que se aguardava pela conclusão do pacote

legislativo autárquico, em discussão na Assembleia Nacional. Com efeito, afirmou, espera-se que “o processo decorra com responsabilidade, para o cumprimento dos objectivos preconizados na Constituição”.

5.2 Oposição e sociedade civil querem prazo para autarquias

Jornal de Angola

10 De Setembro de 2020

Texto: Bernardino Manje

Representantes da oposição e da sociedade civil no debate sobre as autarquias, na noite de terça-feira, na TV Zimbo, defenderam que o Executivo estabeleça um prazo para a implementação das mesmas.

Na terça-feira, o Conselho da República pronunciou-se, maioritariamente, não haver, de modo objectivo, possibilidade de realização das eleições autárquicas nos poucos meses que faltam para o ano finalizar.

O órgão de consulta do Presidente da República defendeu que se deve continuar a trabalhar no processo de preparação e organização das autarquias, que serão realizadas no momento em que as condições para o efeito o permitirem.

A oposição e a sociedade civil entendem que se deve estabelecer um prazo. O deputado Raul Danda, da UNITA, lembrou, durante o debate da Zimbo, que o Plano de Tarefas Essenciais para a Implementação das Autarquias vem desde 2015 e, com efeito, não entende por que, até agora, não estão reunidas as condições para a realização das eleições autárquicas.

“Já devíamos ter previsto o que fazer”, considerou Raul Danda, para quem não há vontade por parte do MPLA para a implementação do poder local autárquico. “Se não há vontade da maioria (no Parlamento), as coisas não andam”, disse, referindo-se a não aprovação de todos os diplomas que vão conformar o pacote legislativo autárquico.

Para o deputado, a questão das autarquias deve ser vista como um problema de todos e não apenas de um partido. “Não pode aparecer uma força política a dizer que vamos resolver isso no momento certo”, considerou Raul Danda, para quem, a partir do momento em que o OGE de 2020 não previa verbas para as autárquicas, já era sinal de que as mesmas não teriam lugar este ano.

Walter Ferreira, representante da sociedade civil, manifestou-se a favor das eleições autárquicas em 2021 e não em 2022, altura em que devem ser

realizadas as eleições gerais. “Ao realizarmos as autárquicas em 2022, poderemos enfrentar muitos problemas do ponto de vista de organização”, alertou.

Sérgio Calundungo, do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), defendeu que se avance uma data indicativa para as eleições autárquicas, até mesmo para responsabilizar as instituições. Advogou, também, que se elejam as tarefas essenciais e se garantam os recursos financeiros para o efeito.

Compromisso do MPLA

O secretário do Bureau Político do MPLA para os Assuntos Políticos e Eleitorais, Mário Pinto de Andrade, esclareceu que nunca se definiu 2020 como data para a realização das eleições autárquicas.

Mário Pinto de Andrade afirmou que o compromisso que o MPLA tem - e isto está no manifesto eleitoral de 2017 - é de que as eleições autárquicas sejam realizadas durante este mandato.

Contrariamente ao que vai dizendo a oposição, o também deputado e docente universitário reafirmou que o MPLA não tem receio das eleições autárquicas, até porque está preparado para o jogo democrático. O que o Executivo e o partido que o apoia pretendem, sublinhou, é organizar bem este processo.

“Ainda temos dois anos para terminar a legislatura e acho que não estamos a defraudar as expectativas da população (com a não realização das eleições autárquicas em 2020)”, considerou.

O Presidente da República, João Lourenço, realçou, na terça-feira, na abertura da reunião do Conselho da República, que, em Março de 2018, levou, numa sessão daquele órgão, a “intenção” da realização das autárquicas, em 2020.

A partir daí, disse, o Executivo cumpriu com a responsabilidade de exercer a iniciativa legislativa conferida pela Constituição, elaborando as propostas de lei, bem como a sua apresentação na Assembleia Nacional, para aprovação.

O Chefe de Estado reconheceu todo o esforço levado a cabo pela Assembleia Nacional na aprovação de parte do pacote legislativo autárquico, mas, sem apontar os culpados, admitiu que “nem tudo está feito, o trabalho não está ainda concluído”.

A aprovação das propostas de leis que faltam para concluir o pacote legislativo autárquico deverá ser

uma das prioridades do próximo ano parlamentar, que começa a 15 de Outubro.

Contrariamente aos consensos obtidos nas leis já aprovadas pela Assembleia Nacional, Walter Ferreira prevê dificuldades na questão sobre o gradualismo, que divide o MPLA e a oposição. Walter Ferreira defendeu que as partes devem fazer cedências neste aspecto. De contrário, disse, vai ser difícil concluir a aprovação do pacote legislativo, passo importante para a realização das eleições autárquicas e a consequente implementação do poder local autárquico.

5.3 Eleições autárquicas

Jornal Expansão

11 De Setembro de 2020

Na última página da edição 27 de Março, o *Expansão* fez um artigo com o título "Eleições Autárquicas adiadas para o próximo ano", onde se explicava que não havia nem tempo nem dinheiro para fazer as eleições em 2020. Lembro apenas um parágrafo desse texto escrito há cinco meses e meio: "Fontes junto do Governo confirmaram ao *Expansão* que "se o calendário já estava muito apertado, com os desenvolvimentos das últimas semanas, é impossível que se realizem em 2020. Além das questões operacionais, temos agora os constrangimentos financeiros". Nesse mesmo artigo, explicava-se que "nas condições actuais o ónus do adiamento já não irá cair sobre o Governo" e que "o próximo passo será a oposição entender esta realidade, abandonar a ideia das eleições este ano e negociar com o Governo e com o partido da maioria uma data para 2021, garantindo por via desse compromisso um momento certo para as eleições autárquicas",

Exactamente 168 dias depois os factos estão aí. O ónus do adiamento foi atirado pelo Presidente da República para a Assembleia Nacional, que não aprovou a legislação necessária para a realização das eleições, o ministro da Administração do Território assumiu a explicação aos jornalistas, a oposição mais uma vez não percebeu os factos por antecipação e deixou arrastar, ficou com parte das culpas, manteve o discurso, mas não conseguiu segurar um compromisso com o Governo e com a maioria para a sua realização. Ou seja, não há eleições em 2020, não há data, e agora o Governo está muito mais confortável. Trocou o compromisso de João Lourenço de 2018 que havia prometido eleições este ano por um "todos queremos as eleições autárquicas, mas estas só podem realizar-se quando estiverem reunidas todas as condições". Pode ser daqui a seis meses, um ano ou mesmo depois das legislativas.

Ninguém sabe, porque não há forma de avaliar que condições são essas e quando é que estarão todas reunidas.

Vou abrir um parêntese para dizer que os mais prejudicados com o adiamento das eleições autárquicas são os cidadãos, é a sociedade civil, que continua a ver adiada a possibilidade gerir uma parte dos seus destinos fora das motivações partidárias. Não tenho dúvidas que um independente terá sempre um maior compromisso com os eleitores, uma vez que não tem que dividir esse esforço com a máquina partidária que o elegeu. E também acredito que fora dos partidos estão excelentes quadros que darão ótimos autarcas. Mas esses vão continuar fora do poder porque, pelos vistos, ninguém que tem a responsabilidade de as realizar, quer, assim tanto, que as eleições se realizem com brevidade. Por agora, continuamos à espera que as condições estejam reunidas.

5.4 «Eventual vitória da oposição levou o MPLA a temer»

Novo Jornal

11 De Setembro de 2020

Uma eventual vitória esmagadora da oposição, "profetizada" pela sociedade civil, levou o Executivo, com a ajuda do partido no poder (MPLA), a inviabilizar um exercício que os angolanos nunca tiveram desde a independência nacional.

Na opinião dos líderes dos partidos políticos na oposição, o adiamento das autarquias, que já galvanizavam a sociedade angolana, remeteu a "um beco sem saída" a descentralização do Governo Central, responsável das assimetrias regionais que pouco ou nada ajudam no desenvolvimento do País.

"Foi uma autêntica vergonha", desabafou o presidente da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, segundo o qual já não tem dúvidas de que as eleições gerais de 2022, embora constitucionalmente consagradas, possam também ser adiadas.

"A eventual vitória esmagadora da oposição nas eleições autárquicas, adiadas esta terça-feira, 8, levou o MPLA a temer perder o poder em Angola", insinua.

O líder da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, que já estava preparado para o adiamento do pleito eleitoral, espera que o Executivo e o partido no poder assumam as suas responsabilidades face aos desafios de Angola.

"É um exercício indispensável para o amadurecimento da democracia angolana e para o desenvolvimento do País. O adiamento, não obstante à Covid-19, não foi bom para os amantes do desenvolvimento de Angola", considerou.

O líder do PRS, Benedito Daniel, afirmou que tudo apontava que Angola não realizaria eleições autárquicas em 2020, pois o MPLA "está convencido de que não as ganha".

5.5 Executivo e Parlamento trabalham para as autarquias

Jornal de Angola

13 De Setembro de 2020

Texto: César Esteves

O Presidente da República afirmou, ontem, no Cuito, que o Executivo e o Parlamento estão a “trabalhar afincadamente” para reunir as condições que vão tornar possível a realização das eleições autárquicas.

Ao falar durante uma conferência de imprensa, no final da visita ao Cuito, João Lourenço foi convidado a comentar a posição assumida, individualmente, por alguns conselheiros, no final da última reunião do Conselho da República, segundo a qual as eleições autárquicas deviam ser realizadas ainda este ano ou, o mais tardar, no próximo.

O Chefe de Estado afirmou que o que conta são as conclusões a que este órgão chegou, independentemente da posição assumida, individualmente, pelos membros, no decorrer da reunião. “Uma coisa é ver os conselheiros, individualmente, outra é vermos o Conselho da República, enquanto um colectivo”, sublinhou.

O chefe de Estado ressaltou que o Conselho da República considerou não haver condições para a realização, este ano, das eleições autárquicas, em virtude de algumas condições prévias, tais como o registo eleitoral oficioso, por um lado, mas, sobretudo, o facto de o pacote legislativo autárquico não estar concluído.

João Lourenço lembrou que o número de leis do pacote é grande e a Assembleia

Nacional fez um esforço enorme ao aprovar parte delas. “Só com a aprovação de todas as leis do pacote legislativo é que o Titular do Poder Executivo estará em condições de auscultar as forças políticas e a sociedade, para a definição de uma data de realização das eleições autárquicas”, salientou.

Enquanto tais condições não forem criadas, o Presidente da República considerou que tudo o que for dito a respeito do assunto será “política de acusações mútuas para tentar procurar culpado”.

“Mas eu diria que, neste processo, não há culpado; todos estão a trabalhar afincadamente, quer o Executivo, quer o Parlamento, no sentido de reunir as tais condições que vão tornar possível a realização das eleições autárquicas”, adiantou.

O Presidente da República respondeu a acusação feita contra si pelo secretário para a Informação da UNITA, Marcial Dachala, numa entrevista concedida a uma rádio alemã, segunda a qual está a deixar no ar ideia de que as eleições autárquicas podem não ser realizadas até 2022.

Em resposta, João Lourenço sublinhou que Marcial Dachala não é membro do Conselho da República e considera mais as posições assumidas pelos membros daquele órgão e que estiveram presentes na última reunião.

Realçou que, em momento algum, durante a reunião do conselho da República, abordou-se o que Dachala disse, por ser, ainda, prematuro.

“Nós estamos apenas em 2020 e as eleições gerais estão previstas para 2022”, lembrou o Presidente, para acrescentar que, na intervenção que fez, na abertura da reunião do Conselho da República, já havia garantido que o país conseguiu, finalmente, acertar o calendário de realização das eleições gerais, de cinco em cinco anos, para a eleição do Presidente da República e dos deputados à Assembleia Nacional.

“Não foi por mero acaso que eu disse isso. O que eu quis dizer é que, com relação a esta matéria, podemos ficar descansados. Entramos agora numa rotina em que, em cada cinco anos, faça sol ou faça chuva, haverá eleições gerais para eleição do Presidente da República e dos deputados à Assembleia Nacional”, reafirmou.

Sobre a possível criação, no país, de uma “frente patriótica da oposição”, para fazer frente ao MPLA nas próximas eleições gerais, João Lourenço disse: “Se isso é o reconhecimento de que, individualmente, os partidos políticos, concorrendo sozinhos, não têm a capacidade de enfrentar o adversário, no caso o MPLA, o que eu tenho a dizer é que está no direito de chamar os amigos e os vizinhos, para ajudá-los a derrotar o adversário”.

5.6 JURA crítica “incerteza” sobre as autarquias

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2020

Texto: Fula Martins

O líder da JURA (braço juvenil da UNITA), Agostinho Kamuango, mostrou-se preocupado com a incerteza quanto à realização das eleições autárquicas, inicialmente previstas para este ano.

Segundo Agostinho Kamuango, o anúncio, feito na semana passada, de que não havia condições para a realização, este ano, das eleições autárquicas, “defrauda as expectativas dos cidadãos”. “O adiamento constante das eleições autárquicas viola gravemente a Constituição do país, aprovada em 2010. Não é normal que, dez anos depois, Angola continua na incerteza quanto às autarquias”, sublinhou o líder juvenil.

Agostinho Kamuango espera que o pacote legislativo autárquico seja aprovado, ainda este ano, e as eleições autárquicas tenham lugar, definitivamente, em 2021. Em declarações à imprensa, o líder da JURA manifestou-se, igualmente, preocupado com o destino que se pretende dar aos órgãos de comunicação social recuperados pelo Estado.

5.7 Orçamento participativo implementado em Janeiro

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2020

Texto: Venâncio Victor

O Executivo começa a disponibilizar, anualmente, a partir de Janeiro próximo, 25 milhões de kwanzas para projectos de impacto social do município de Malanje, no âmbito da implementação do Orçamento Participativo, concebido para todos os municípios do país.

O objectivo é fazer com que os municípios participem nas acções da Administração Municipal e tenham algum poder na tomada de decisões na gestão do município, através de uma prévia auscultação das necessidades dos municípios, para ajudar na execução de projectos sociais.

O projecto, que está a ser desenvolvido pelo Ministério da Administração do Território, contempla, em Malanje, numa primeira fase, quatro municípios, entre os quais Cangandala e Calandula.

A nível do município sede, o Comité Técnico do Orçamento Participativo foi eleito no sábado. É composto por 11 membros, das Comissões de Moradores e sobas, que vão ajudar a Administração Municipal na tomada de decisões para a construção, gestão e fiscalização de projectos, através de uma prévia auscultação dos municípios.

O grupo deve apresentar, até Dezembro, a carteira de projectos a executar a partir de Janeiro, depois de ser submetida à apreciação e aprovação dos municípios.

O administrador adjunto de Malanje para a Área Técnica, Leonel Francisco, disse que a Administração Municipal não vai ter intervenção directa na gestão dos 25 milhões de kwanzas, mas apenas dar suporte técnico, essencialmente em questões ligadas à elaboração de projectos e à forma como vão ser desembolsados os valores.

Leonel Francisco pediu ao coordenador do Comité local maior entrega, apesar de se tratar de uma tarefa que se enquadra no voluntariado.

O gestor destacou a lisura do processo de eleição do Comité Técnico, referindo que foi um pleno exercício de cidadania participativa. “Hoje, os municípios escolheram aqueles que, segundo o Decreto Presidencial, são os membros do Comité Técnico que vão fazer a gestão dos 25 milhões kwanzas e que terão de trabalhar com a população que vai participar na tomada de decisões, fiscalizar e apoiar os projectos a serem implementados”, realçou.

Antero Mário, técnico do Ministério da Administração do Território, disse que a criação do Comité Técnico do Orçamento Participativo no município de Malanje foi antecedida de uma formação dos quadros da Administração local e das Comissões de Moradores.

O responsável frisou que o projecto tem como objectivo fazer com que os municípios tenham algum poder de decisão nas acções do dia-a-dia da Administração Municipal e que participem na gestão do município e contribuam no seu desenvolvimento.

5.8 Municípios podem fiscalizar execução das obras do PIIM

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2020

Texto: Adelina Inácio

Os municípios e membros da sociedade civil podem acompanhar a execução física e financeira dos projectos do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), com o lançamento, ontem, pelo Executivo, da Plataforma Tecnológica de Gestão do PIIM.

Com a plataforma, pretende-se dotar os órgãos centrais e locais de um sistema tecnológico moderno de gestão, permitindo identificar, localizar, gerenciar, monitorizar e acompanhar os níveis de andamento dos projectos.

Segundo dados avançados na reunião da Comissão Interministerial para a Implementação do PIIM, a plataforma vai, ainda, permitir a análise e controlo dos custos relacionados a cada projecto iniciado, em execução e concluído, bem como aferir o grau de cumprimento dos objectivos e metas predefinidas.

A coordenadora do Grupo Técnico do PIIM, Laurinda Cardoso, explicou que, doravante, municípios, sociedade civil e interessados podem aceder à plataforma dos projectos e acompanhar o nível de execução física e financeira dos projectos. Os cidadãos, acrescentou, vão, igualmente, ter informações sobre a localização dos projectos, as entidades que concorrem para a boa execução dos projectos e os índices de projecção de empregabilidade.

A também secretária de Estado para Administração do Território esclareceu que a plataforma também vai permitir acompanhar os empregos que são gerados do ponto de vista temporário e a planificação dos postos de trabalho a criar com o funcionamento das infra-estruturas a serem criadas a nível do PIIM.

O director-geral do Instituto Nacional de Fomento da Sociedade de Informação (INFOSI), Meick Afonso, esclareceu que a plataforma piim.gov.ao é visa dar mais transparência e divulgação de informações sobre o PIIM.

A plataforma, acrescentou, vai, também, servir para a monitorização dos indicadores dos projectos em execução e os já finalizados, dando sempre maior fiabilidade, em tempo real, de informações oportunas sobre a execução destes projectos.

Paras as zonas recônditas onde o acesso for deficitário, o director do INFOSI disse que os órgãos de comunicação social e outros agentes da sociedade poderão ser divulgadores da informação.

Promoção da transparência

Para a coordenadora do Grupo Técnico do Plano de Integrado de Intervenção nos Municípios, com este passo, o Executivo conseguiu reforçar os mecanismos de governação participativa e a promoção da transparência na execução da despesa pública.

Laurinda Cardoso informou que a Comissão Interministerial tem em carteira 1.749 projectos, dos quais 1.120 estão em execução em todo o país. Huíla, Moxico, Bié e Cuanza-Sul são as províncias com maior número de projectos em execução.

A responsável do MAT explicou que no encontro, orientado pelo ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, foi avaliado o grau de execução dos projectos do PIIM a nível nacional.

Segundo Laurinda Cardoso, o encontro serviu, também, para analisar os projectos executados, registo dos constrangimentos e medidas de solução para ultrapassar estes constrangimentos.

5.9 Bloco Democrático Critica Adiamento Das Autarquias

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2020

O presidente do Bloco Democrático, Justino Pinto de Andrade, considerou que com o adiamento “sine-die” das Eleições Autárquicas, ficou gorada a expectativa de que a escolha directa dos representantes das populações nos municípios contribuiria para a superação de algumas das dificuldades que o país vive.

Ao discursar na abertura da reunião do Conselho Nacional da organização, que integra a coligação CASA-CE, o político acusou o Governo de estar a gerir, no seu interesse, o processo de aprovação do Pacote Legislativo Autárquico, de modo a protelar a realização das Eleições. “Em seu socorro tem, agora, o condicionamento provocado pela Pandemia”, indicou.

O político criticou, igualmente, o controlo, pelo Estado, dos órgãos de comunicação social constituídos com dinheiro público, sugerindo que os mesmos poderão ser utilizados para “outras manobras”. “Mas não podemos desarmar a nossa vontade de devolver ao povo uma parte do poder de decisão que lhe tem sido subtraído. Devemos prosseguir no esclarecimento das populações”, sublinhou.

Justino Pinto de Andrade considerou, igualmente, que o “epicentro da corrupção” não é Sonangol, que, no seu entender, “funcionou, somente, como um dos tentáculos do Polvo”. Apontou como “epicentro da corrupção” no país o MPLA. Apelou para o “cerrar fileiras”, conjugando, de forma estruturada, as diversas forças de oposição.

O político lembrou que, nos últimos dias, o país tem vivido momentos de grande indignação pública por causa do elevado número de mortes de cidadãos pelas mãos da Polícia. “Não podemos aceitar a fácil desculpa, segundo a qual, os agentes que têm praticado tais actos carecem somente de uma melhor preparação”.

Para o líder do Bloco Democrático, a violência policial “é o culminar de pronunciamentos públicos de alguns dos seus responsáveis superiores que não tiveram o cuidado de se conter, passando para os efectivos mensagens que deviam funcionar como verdadeiros estímulos ao uso indevido da violência”. “Não basta apresentarem desculpas públicas. Devemos continuar a exigir a assunção das suas responsabilidades políticas”, sublinhou.

5.10 Defendida inclusão de ONG no Orçamento Participativo

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2020

Texto: Fonseca Bengui

A Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) defende a inclusão de actores não estatais no processo de capacitação das administrações municipais e comissões de moradores, para a implementação do Orçamento Participativo.

Em declarações ao Jornal de Angola, o secretário-geral da ADRA, Carlos Cambuta, considera positivo o processo em curso para a implementação, a partir do próximo ano, do Orçamento Participativo, mas entende que o Ministério da Administração do Território (MAT) devia incluir os actores não-estatais.

Segundo Carlos Cambuta, “os técnicos do MAT realizam a formação e regressam a Luanda”. “Não há sequência nem monitoria, que é um elemento central”, sublinhou, acrescentando que “os actores não-estatais podem complementar a acção do MAT”.

O Orçamento Participativo foi institucionalizado através do Decreto Presidencial 235/19, de 22 de Julho, que aprova o seu regulamento. É uma verba inscrita no orçamento da administração municipal ou ente equiparado, cuja execução tem a participação dos moradores.

Divide-se em orçamento dos municípios e orçamento participado da Administração Local. No primeiro caso, os municípios decidem livremente sobre os projectos a executar, bem como a respectiva gestão. No segundo, o processo de elaboração e aprovação se desenvolve com a participação dos municípios.

O Decreto Presidencial 234/19, também de 22 de Julho, fixa em 25 milhões de kwanzas o valor anual a atribuir a cada município como verba destinada ao Orçamento dos Municípios, no quadro do Orçamento Participativo.

Apesar de o Orçamento Geral do Estado para 2019 ter previsto o Orçamento Participativo, não chegou a ser implementado. Apenas agora o Ministério da Administração do Território está a desenvolver acções para a sua concretização, a partir de 2021.

O Orçamento Participativo visa, segundo o diploma que o institucionaliza, envolver os municípios na definição das despesas municipais, promover uma gestão participada, democrática e partilhada dos recursos públicos, estimular o exercício efectivo da cidadania, instituir mecanismos de acompanhamento e controle dos gastos públicos e estimular a participação do cidadão de forma inclusiva, propiciando que a administração pública actue de forma integrada para a satisfação dos interesses da população.

As verbas para o Orçamento dos Municípios só podem ser canalizadas para investimentos e gastos no funcionamento dos serviços de iluminação pública, áreas verdes e limpeza urbana, obras de saneamento básico ou de manutenção dos serviços, gastos nos centros comunitários, dentro dos quais se encontram as políticas sociais de alimentação, infância, juventude, terceira idade, desporto e mulher, actividades culturais e manutenção das bibliotecas municipais.

O Decreto permite que sejam realizadas outras despesas relevantes com impacto directo a um público-alvo específico.

A gestão do Orçamento dos Municípios é assegurada por um Comité Técnico de Gestão constituído por membros das Comissões e Conselhos de Moradores e representantes da Administração Local.

As propostas de projectos são apresentadas pelos cidadãos, Comissão e Conselho de Moradores ao Comité Técnico de Gestão do Orçamento dos Municípios, que decide, por meio de votação, os que devem ser executados.

"A ADRA olha o momento com muita satisfação, porque estimula a participação dos cidadãos", referiu Carlos Cambuta, que acredita que o processo faz parte da parte da estratégia para a implementação das autarquias no país.

Inclusão de sobados

O representante da ADRA considera que nos termos em que está legislado, muitos municípios não vão fazer parte do Orçamento Participativo, porque têm características rurais, por isso não têm comissões de moradores, mas sim, sobados.

Para Carlos Cambuta, as administrações municipais devem ter o "bom senso" de incluir os sobas na apresentação de projectos, no quadro do Orçamento Participativo. "O sobado conhece as reais necessidades da sua população. Por isso, deve ser considerado para a tomada de decisões", sublinhou Carlos Cambuta.

A 31 de Julho, o MAT deu início à revitalização das Comissões de Moradores, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O ministro Marcy Lopes considerou, na altura, que o processo vai ajudar a complementar a integração entre as pessoas e os órgãos da administração local.

5.11 UNITA pede aprovação urgente da lei principal

Jornal de Angola

30 De Setembro de 2020

Texto: Edna Dala

O Grupo Parlamentar da UNITA considerou, ontem, urgente a discussão e aprovação da Lei de Institucionalização das Autarquias, para que, no seu entender, não se adie mais o desenvolvimento do país.

Numa conferência de imprensa, que serviu para falar sobre o Estado Democrático no país, a segunda vice-presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Navita Ngolo, afirmou que "o desenvolvimento do país só será possível com a descentralização dos poderes político, administrativo e financeiro".

A descentralização política, administrativa e financeira, frisou, vai conferir um desenvolvimento célere das comunidades e garantir uma maior participação dos cidadãos na resolução dos problemas que os afecta e permitir maior interacção entre os governantes e governados.

Segundo a parlamentar, para o aprofundamento da democracia é necessário a descentralização político-administrativa, que só será concretizada com a implementação das autarquias em todos os municípios e em simultâneo.

A proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias tem estado a dividir o MPLA e os principais partidos da oposição no Parlamento. A proposta contém uma disposição que atribui à Assembleia Nacional a competência para determinar o número de municípios a serem seleccionados para as primeiras eleições autárquicas no país, no quadro do princípio do gradualismo.

Liberdade de imprensa

A deputada considerou, também, que a liberdade de imprensa no país continua "disfarçada em plural, quando na verdade continua partidarizada". Acrescentou que "os órgãos de comunicação social continuam a ser usados para maquilhagem da má governação e como veículos de propaganda a favor do presidente do MPLA".

Apelou para a reprivatização "transparente e célere" dos órgãos de comunicação social recuperados pelo Estado. Apelou, igualmente, para a criação de facilidades para o surgimento de mais órgãos de comunicação social.

Sobre o combate à corrupção, Navita Ngolo apelou à Procuradoria-Geral da República a investigar as denúncias contra o director do Gabinete do Presidente da República, Edeltrudes Costa, veiculadas por uma televisão portuguesa.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Construção e Obras Públicas assegura 19,5 mil novos empregos

Jornal de Angola

2 De Setembro de 2020

O sector da Construção e Obras Públicas foi o que mais se destacou em 2019 com a criação de 19 mil 529 novos empregos, num total de 56 mil 116 postos criados no II Trimestre deste ano.

Segundo o relatório do inquérito ao emprego, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o sector dos transportes segue em segundo lugar com a criação de 17 mil 207 novos empregos.

A Administração Pública não registou a criação de novos empregos no período.

O documento sustenta que as empresas efectuaram 15 mil 592 colocações directas, das quais 36 por cento são do sector de prestação de serviços, seguindo-lhe o do comércio por grosso e a retalho com 28 por cento.

Os pedidos de emprego situaram-se num total de 45 mil 636, dos quais 23 mil 495 candidatos possuem o 2º ciclo do ensino secundário que representa 51 por cento dos pedidos.

Domínio da formação

A formação profissional é um subsistema de ensino que no ano de 2018, para atender à demanda, contou com 772 instituições de formação profissional das quais 177 públicas e 595 privadas, sendo os centros de formação privados os que apresentam maior número na ordem de 77 por cento do total de centros a nível nacional.

Comparativamente ao período homólogo registou-se um aumento de 63 instituições de formação.

O Sistema Nacional de Formação Profissional (SNFP) lançou para o mercado de trabalho 48 mil 818 formandos nas mais variadas especialidades, sendo 35 mil 823 do sexo masculino e 12 mil 995 do sexo feminino, que corresponde a 73 e 27 por cento, respectivamente.

Quanto às condições de trabalho, as acções inspectivas incidiram sobre 5 mil 791 empresas.

Destaca-se a maior cobertura no sector do comércio com 47 por cento e dos serviços com 21. A nível nacional as inspecções abrangeram 161,6 mil trabalhadores, segundo os dados do INE.

6.2 Novos projectos sociais transformam a vida dos habitantes de Galangue

Jornal de Angola

3 De Setembro de 2020

Texto: Arão Martins Galangue

Acesso difícil. Há anos que a população clama pela reabilitação dos cerca de 105 quilómetros da estrada que separa a comuna de Galangue da sede municipal de Cuvango, na Huíla, onde estão a ser executados vários projectos inseridos no programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), e que vão contribuir para a melhoria do bem-estar social dos habitantes da região. A falta de água potável, habitação social, Energia eléctrica, escolas, e a degradação das vias de acesso está entre as principais preocupações das populações locais.

O administrador comunal de Galangue, Pedro Ndala, avançou que existem outras situações que se prendem com a falta de medicamentos e insuficiência de professores.

"O mau estado das vias de acesso inviabiliza o processo de escoamento dos alimentos cultivados na região, a partir dos campos agrícolas até aos centros de comercialização. A estrada tem uma extensão de 105 quilómetros e cria muitas dificuldades à circulação e transportação de pessoas e bens", disse o administrador de Galangue.

Pedro Ndala acrescentou que os mais de 37 mil habitantes, sobretudo os que vivem nas aldeias, aguardam ansiosos pela instalação de sistemas de captação e distribuição de água potável.

"Gostáramos que a região fosse inserida no Programa Água para Todos", solicitou.

No tocante a agricultura, disse que os agricultores que produzem essencialmente o milho, feijão, mandioca, batata-doce e rena necessitam de meios e equipamentos de apoio ao trabalho, como tractores com alfaias, enxadas, picaretas, catanas e limas.

"Muitas vezes, as sementes. Só chegam no final da época chuvosa. Isso impede o aumento dos níveis de produção, porque os camponeses lançam -nas à terra num período inapropriado", referiu, antes de Sublinhar que a Administração comunais

reencaminha todas as preocupações às instâncias superiores.

Corno resultado disso, a localidade ganhou, recentemente, uma escola de seis salas, construída na sede comunal, que vai facilitar a inserção das mais de sete mil crianças que se encontram fora do sistema normal de ensino. Para o ano lectivo 2020, suspenso devido à Covid-19, foram matriculadas mais de Seis mil crianças, só no ensino primário.

Energia para três mil habitantes

Com a recepção, na semana passada, de um gerador de 600 KVA, pelas mãos do governador provincial da Huíla, Luís Nunes, pelo menos três mil habitantes da sede comunal de Galangue Vão beneficiar de energia eléctrica. O projecto prevê ligações domiciliárias e a instalação de postes de iluminação pública. O administrador de Galangue disse que o equipamento é motivo de orgulho e alegria de toda a população local, que já estava cansada de utilizar velas e candeeiros a petróleo para iluminar o interior das suas residências. "É um grande motivo de orgulho. A presença do gerador deixa-nos satisfeitos", afirmou, para de seguida lembrar que a comuna não beneficiava de energia eléctrica desde a conquista da Independência Nacional, em 1975". Acrescentou que, a entrega do equipamento, com capacidade para iluminar as residências e ruas da vila comunal, demonstra a preocupação das autoridades competentes, de atender as preocupações manifestadas pelas populações locais.

Obra abandonada

Pedro Ndala está preocupado com a paralisação, desde 2011, das obras de uma escola de seis salas de aula, no âmbito do Programa de Investimentos públicos (PIP). "Os trabalhos estavam a ser executados pela empreiteira Auto Caji, e o processo-crime Já corre os seus trâmites normais junto dos órgãos de justiça da província da Huíla", disse o administrador comunal.

O responsável defendeu a equação do processo de construção do referido estabelecimento escolar, para melhor acomodar os alunos da região.

"Apresentamos, várias vezes, essa preocupação às autoridades da província, e agora acreditamos que, quando o tribunal decidir, as obras da escola vão ser concluídas para servir as nossas crianças", disse: Quem dama pelo aumento das quantidades de medicamentos e pela falta de enfermeiros e professores são as autoridades tradicionais locais. Além da fraca presença de efectivos policiais, que devem assegurar as acções de manutenção da ordem

e segurança pública na comuna, o soba grande de Galangue, Pascoal Kassanga, lamenta a falta de meios de transporte, subsídios para os sobas, meios de trabalho e sementes para os camponeses. "Consumimos água imprópria. Mas a prioridade deve ser mesmo e reabilitação das vias", disse o velho Kassanga.

Projecto em execução

Na comuna de Galangue, o PIIM está a facilitar a edificação de quatro residências geminadas, sendo duas para acomodar professores e enfermeiros, e outras duas para os efectivos dos Serviços de Inteligência e Segurança (SINSE) e da Polícia Nacional. O governador da Huíla, Luís Nunes, anunciou que os trabalhos de terraplanagem do troço que liga a sede do Cuvango à comuna de Galangue, cuja distância é de cerca de 105quilómetros, arrancam nos próximos dias. Informou que, no âmbito do PIIM já decorrem as obras de terra planagem na estrada Chipihdo/Cuvango/Galangue.

"Dentro de 15 dias, abrigada de terraplanagem do Governo Provincial da Huíla começa a reabilitar o troço KM50/Galangue", garantiu o governador. Luís Nunes anunciou que, a nível da província em execução da Huíla, a cerimónia de lançamento da Campanha Agrícola 2020/2021 acontece em Galangue, onde, no mesmo dia serão distribuídas motorizadas às autoridades tradicionais locais, para facilitar a locomoção dos mesmos.

"Estamos preocupados com este município, e principalmente com a comuna do Galangue. Por Isso, no âmbito do PIIM e não só, estão a ser executados vários projectos de impacto social. Por exemplo, vamos inaugurar, em Setembro, Uma escola e residências para albergar enfermeiros, professores, efectivos o Ministério do interior e, também, o administrador comunal", disse.

"O objectivo é resolver os problemas da população desta zona. Mesmo com a Covid-19, não podemos deixar de trabalhar", afirmou.

6.3 Demolidas dezenas de casas na urbanização Vila Cativa

Jornal de Angola

6 De Setembro de 2020

Texto: Edvaldo Lemos

Mais de 20 casas foram demolidas, na sexta-feira, nos arredores da urbanização Vila Cativa, Distrito Urbano do Sequele, município de Cacuaco, em

Luanda, por fiscais afectos à Administração local, constatou o Jornal de Angola.

Os moradores afectados pelas demolições disseram ao Jornal de Angola terem adquirido os terrenos junto de comissões de moradores, legalmente constituída pela Administração do Distrito Urbano de Sequele, tendo essa entidade acompanhado o crescimento da zona.

O administrador municipal de Cacuaco, Auxílio Jacob, disse, ao Jornal de Angola, ter orientado as demolições das casas, por se tratar de invasores de terrenos, que ergueram as mesmas sem o conhecimento da Administração e realizado obras à noite, para que não fossem apanhadas pela Fiscalização.

“A Administração teve que colocar ordem, por se tratar de invasores de terrenos. Ninguém tem competência para vender terrenos, sem o consentimento da Administração Municipal”, disse peremptório o responsável.

Auxílio Jacob apelou aos cidadãos interessados em adquirir parcelas de terra para a auto-construção dirigida em zonas sob sua jurisdição, para contactarem a Administração de Cacuaco para os devidos efeitos, legalização e orientação técnica.

José Carlos, morador do bairro, lamentou a forma como foram demolidas as casas, alegando ter acontecido “sem aviso prévio, sem um esclarecimento da acção administrativa levada a cabo pelos fiscais da Administração Municipal de Cacuaco”.

O responsável de uma comissão de moradores, que pediu anonimato, informou que as sete comissões de moradores reuniram-se, na quarta-feira, com a Administração do Sequele e a demolição não foi abordada.

A urbanização Vila Cativa é um bairro antigo e faz parte da circunscrição do município de Cacuaco, localizada próximo do quartel da 101ª Brigada de Tanques das Forças Armadas Angolanas (FAA), arredores da comuna da Funda, habitada por várias centenas de pessoas.

6.4 Apartamentos e vivendas transformados em cantinas

Jornal de Angola

7 De Setembro de 2020

Texto: André Sibi

O Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI) está preocupado com a transformação de apartamentos e vivendas, em cantinas, salões de beleza e farmácias, nas centralidades, em Luanda.

Em declarações à imprensa, Jaqueline Coelho, directora de Marketing e Vendas da EGTI, esclareceu que não há necessidade de transformar apartamentos em cantinas, porque na centralidade do Zango 5 existem 74 terrenos infra-estruturados para receber os vários projectos de negócio, desde farmácias, centros comerciais, salões de festas e instituições bancárias.

Jaqueline Coelho disse que dos 74 espaços reservados, a EGTI tem 21 para o comércio, 13 para o uso misto, oito para serviços, igual número para equipamentos públicos, três lotes para o lazer, seis para saúde e dois terrenos para igrejas, razão pela qual serão tomadas medidas para corrigir, o mais urgente possível, este comportamento desviante.

Os mais de 41 mil candidatos inscritos e sorteados para a aquisição de terrenos infra-estruturados já estão a ser entrevistados para assinatura de contratos. De mais de 60 solicitações um terço já firmou os contratos de aquisição do espaço.

6.5 Construções Anárquicas Preocupam As Comissões De Moradores No Zango 5

Jornal de Angola

7 De Setembro de 2020

Texto: Ana Paulo

As construções anárquicas e queimadas consecutivas feitas no interior da centralidade do Zango 5 são consideradas pelos coordenadores dos quarteirões como o principal calcanhar de Aquiles.

A centralidade do “Zango 5” é um projecto habitacional desenvolvido a sudeste da cidade de Luanda, município de Viana, no Zango 5, tendo sido concebido para albergar uma população estimada em 48.000 habitantes, que vão ocupar os oito mil fogos, em fase de conclusão. Desenvolvido numa área total de 416 hectares, o programa está subdividido em 32 sectores urbanos, separados entre si pelas vias primárias da urbanização.

Em declarações ao Jornal de Angola, o coordenador da Comissão de Moradores do Quarteirão H, Mateus Amaral, disse que a ausência de uma administração local do Estado resulta na total desorganização da centralidade. Até ao momento, acrescentou, são várias as obras feitas em residências.

Actualmente, segundo Mateus Amaral, é notável a existência de casas pintadas com cores diferentes e muros nas residências, nos edifícios são visíveis furos nas paredes e instalações eléctricas impróprias, obras estas, defendeu, injustificáveis porque as infra-estruturas estão preparadas com canais capazes para a realização destes serviços.

Mateus Amaral explicou ainda que alguns moradores estão a construir primeiro andar nas vivendas, outros a instalar parabólicas e aparelhos de ar-condicionado de forma desordenada nos edifícios, alterações estas que tornam os prédios e vivendas completamente incaracterísticos.

O quarteirão H é composto por 23 edifícios, dos quais 18 são de dois pisos e os restantes com apenas um piso. Mateus do Amaral, como responsável da área, não concorda com a quebra de padrão das estruturas arquitectónicas de origem.

Na sua óptica, tal situação ocorre por não existir até ao momento uma direcção administrativa do Estado no interior da centralidade, que trate de reger os serviços administrativos e garantir maior controlo e organização dos moradores.

“Sabemos que estamos sob tutela do Governo Provincial, mas, de quando em vez, aparece no local a administração comunal do Zango, e com esse impasse ficamos sem saber onde recorreremos para a resolução dos problemas, o que nos deixa na dúvida sobre quem realmente representa a centralidade”, lamentou. Mateus do Amaral entende que, para uma melhor gestão dos moradores, é essencial que se tenha um órgão regulador do Estado, no sentido de orientar as acções que devem ser realizadas, de modo a manter intactas as primeiras estruturas executadas pelos empreiteiros.

Ainda em relação à incerteza sobre quem representa a centralidade, o coordenador do quarteirão H disse que as mulheres gestantes, ao darem à luz, ficam sem saber que local de nascimento deve constatar na certidão de nascimento dos filhos.

Queimadas

As constantes queimadas de capim no interior da centralidade são mais uma das irregularidades cometidas pelos moradores. Com esta acção, os residentes estão a danificar o bem público, entre eles, os colectores para os serviços de saneamento básico, quadros e postos eléctricos, tampas de esgotos, entre outros elementos necessários de drenagem.

Após a denúncia de alguns moradores, a reportagem do Jornal de Angola foi constatar o cenário de queimadas recentes realizadas no interior dos quarteirões. Os vestígios defronte às casas, ao lado de postos de energia eléctrica e de redes de protecção dos edifícios, estão patentes como sinal de denúncia.

O coordenador do quarteirão H, Mateus do Amaral, disse que os bens públicos estão em destruição devido à teimosia de muitos moradores, que, mesmo com as chamadas de atenção, continuam a efectuar queimadas.

“Como coordenador dos quarteirões, não sabemos onde recorreremos, se nos dirigimos ao Governo Provincial, ao Fundo Habitacional ou à Administração de Viana”, desabafou.

Invasão e outras acções

Outro aspecto que vem perturbando os moradores da centralidade do Zango 5 são os assaltos à propriedade alheia, a ocupação ilegal, bem como a escassez de serviços sociais.

As primeiras residências da centralidade foram entregues aos candidatos aptos em 2018, mas continuam desabitadas, o que faz com que cidadãos usurpadores invadam os imóveis.

A reportagem do Jornal de Angola, com o apoio dos coordenadores de alguns quarteirões, pôde verificar no terreno inúmeras residências abandonadas, totalmente desabitadas. Ainda no local, foi também possível constatar, no quarteirão X, duas vivendas geminadas T3 vandalizadas, com janelas destruídas, a partir das quais, olhando para o seu interior, pode-se verificar que foram subtraídos alguns pertences, dentre os quais loiça sanitária. Uma das residências tinha na sala um lavatório abandonado no chão que pertencia à cozinha.

Em declarações ao Jornal de Angola, o responsável pela Comissão de Gestão do quarteirão X, Hermenegildo Gomes, disse que as vandalizações na área em que dirige têm sido frequentes, e que esta atitude tem tirado o sossego aos que ali habitam.

Hermenegildo Gomes é morador do quarteirão X numa das vivendas geminadas T. Segundo ele, os assaltos ocorrem de dia e de noite, e que com medo que a sua residência seja invadida, no horário de serviço recorre sempre a um familiar de confiança para tomar conta da casa e dos filhos, até que ele e a esposa regressem a casa.

“A menos de uma semana deparamo-nos com um ladrão a sair de um dos edifícios com uma mochila cheia e pesada. Ao percebermo-nos, fomos atrás dele, mas infelizmente não conseguimos apanhá-lo por ter fugido pela mata adjacente à centralidade”, contou, destacando que há ainda muita mata extensa que facilita a fuga dos meliantes, bem como bairros onde residem os infractores.

Ainda sobre a invasão, o representante adjunto da Comissão de Gestão do quarteirão X, Jerónimo Diogo, contou que os meliantes furtam contadores nos quadros da ENDE e levam os disjuntores, e que, após o furto, deixam as ligações muito bem alinhadas para que o proprietário da residência ligue com facilidade e sem constrangimentos, pensando que está tudo correcto.

“No caso da louça sanitária e torneiras desmontam com precisão e sem danificarem nada”, frisou Jerónimo Diogo, que acrescentou haver suspeitas de que fazem parte do grupo de infractores cidadãos de nacionalidade angolana, que trabalham com a empresa empreiteira responsável pela construção da centralidade, que até ao momento tem em sua posse chaves duplicadas das residências.

“Suspeitamos dos trabalhadores da empresa empreiteira porque uma das moradoras do quarteirão Y, ao efectuar a sua mudança, no último dia do carregamento das mobílias, ao destrancar a fechadura com as chaves, encontrou a casa totalmente vazia e no local verificou-se que as portas, janelas e fechaduras estavam intactas, sem sinais de arrombamento”, disse.

Fazem parte também dos infractores adolescentes que ali procuram por serviços, como capinar, deitar lixo, limpeza, mas o principal objectivo dos mesmos é fiscalizar a entrada e saída dos moradores para poderem vandalizar.

Ocupação ilegal

A ocupação ilegal de residências é mais recorrente no quarteirão X. Sem avançar dados, por ser competência da Polícia Nacional, Jerónimo Diogo disse que no quarteirão em que vive o fenómeno é visível a olho nu.

O quarteirão X é o maior a nível da centralidade, composto por 320 fogos habitacionais, dos quais a maioria está desabitada. Para maior controlo destas residências, os representantes da Comissão de Gestão do quarteirão têm realizado patrulhamento de proximidade, acção esta criada e orientada pelo comandante da esquadra local, no sentido de controlar a entrada de novos moradores e conhecê-los pessoalmente.

Os supostos invasores, segundo Jerónimo Diogo, já estão identificados e controlados pelas autoridades, que em conjunto com os órgãos reguladores trabalham no sentido de darem o devido tratamento. “Após a equipa conhecer os recém-chegados, os mesmos são sensibilizados a participarem nas reuniões e a aderirem ao grupo no WhatsApp, onde constam informações do quarteirão. Com esta acção, é fácil identificarmos os falsos proprietários, porque os mesmos recusam-se a fornecer os dados pessoais e a participar nas reuniões, abstendo-se de tudo que acontece na comissão de moradores.

Carência de serviços sociais

A centralidade do “Zango 5” não dispõe até ao momento de vários serviços sociais, nomeadamente administração local, centros médicos, agências bancárias, serviços de notariado, posto de identificação, serviços de táxi, supermercados, entre outros, o que tem dificultado a vida dos cidadãos.

Até ao momento, os moradores beneficiam apenas dos serviços da Polícia Nacional, EPAL e ENDE, bem como dos bombeiros, que estão em conexão com a esquadra instalada no interior da centralidade.

O coordenador da Comissão de Moradores do quarteirão H, Mateus do Amaral, explicou ao Jornal de Angola que, para os moradores terem acesso ao serviço médico e medicamentoso, vêm-se obrigados a percorrer longas distâncias. Como exemplo, explicou, as mulheres, para beneficiarem do atendimento materno infantil, dirigem-se até à “Casa Amarela”, no interior do Zango 4, e à comuna do Calumbo, que ficam a quatro quilómetros. Em relação aos transportes públicos, os moradores dependem de três operadoras privadas, dentre elas a

Cidrália e a Vultas, que têm como ponto de paragem apenas a entrada da centralidade, para aonde os residentes são obrigados a se deslocar para apanhar o autocarro. “Precisamos de ter, no interior da centralidade, táxis públicos para facilitar a deslocação dos moradores até ao centro da cidade e minimizar os custos”, defendeu Mateus Amaral.

O responsável pela Comissão de Gestão do quarteirão X, Hermenegildo Gomes, esclareceu que a nível da centralidade os moradores dificilmente são servidos por autocarros, por os mesmos chegarem depois das 6:30 ao local e, pela demora, acrescentou, uns caminham até à entrada da centralidade onde aguardam pela boleia de vizinhos de boa-fé. Outros ligam aos kupapatas dos Zangos vizinhos que chegam até à entrada, ao passo que outros ainda preferem caminhar até à estrada principal que liga o Zango a Calumbo.

Outro constrangimento vivenciado pelos moradores é a falha das duas redes móveis, Unitel e Movicel, no interior da centralidade. O sinal da operadora Unitel é baixo, o que faz com que os moradores fiquem incontactáveis não só no interior como no exterior da centralidade. Entre as duas redes, a que mais facilita a comunicação é a rede Movicel, opção escolhida pelos moradores porque, embora também com algumas falhas, facilita a comunicação.

Postos no local, a equipa do Jornal de Angola certificou que o acesso aos sinais das redes varia de quarteirão em quarteirão. Como exemplo, no quarteirão X a rede Unitel estava totalmente sem sinal, mas era possível falar através da Movicel.

Já no caso do quarteirão E, não havia sinal das duas redes, e, com estas falhas, a equipa do Jornal de Angola não conseguiu comunicar-se com o coordenador do quarteirão F, entretanto, contactado a partir do centro da cidade e na área do “Zango 4”, anunciando a chegada dos repórteres, conforme combinado.

Resíduos sólidos

Em relação aos resíduos sólidos, os moradores clamam por uma empresa de recolha de lixo e colocação de contentores para o seu depósito. O Jornal de Angola constatou que de facto no interior da centralidade não há contentores.

Para facilitar o trabalho, os coordenadores seleccionaram um local à entrada da centralidade, para que as entidades que visitarem a urbanização analisem a situação crítica em que vivem.

Segundo Jerónimo Diogo, até ao momento não há nenhuma operadora a recolher os resíduos sólidos, o

que obriga os moradores a levarem o lixo até à entrada, para evitarem cheiros nauseabundos, já que o lixo permanecia junto às residências por várias semanas. “A primeira vez que uma operadora recolheu o lixo na centralidade foi aquando da visita das entidades que ofereceram uma das residências ao músico Sebem”, lamentou Jerónimo Diogo.

Delimitação administrativa

Em busca de informação sobre a quem recai a gestão da “Centralidade do Zango 5”, situação que tem dificultado a resolução de vários problemas vividos pelos moradores, o Jornal de Angola contactou a administração municipal de Viana para possíveis esclarecimentos.

O administrador municipal adjunto para a Área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários do município de Viana, Bernabé Raimundo, esclareceu que tendo em conta a actual Divisão Político-Administrativa de Luanda, a centralidade do Zango 5 pertence ao município de Icolo e Bengo, mas, não obstante este facto, realçou que, tendo em conta a proximidade que tem com o município de Viana, e tendo em conta a proposta da alteração da nova Divisão Político-Administrativa para corrigir algumas distorções, o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado tem quase terminada a alteração de passagem da gestão da centralidade para o município de Viana, isto de forma a repor a fronteira que existia no passado.

Em função desta estratégia, para Bernabé Raimundo, como o processo deve obedecer a pressupostos legais, passando pela Assembleia Nacional e pela Presidência da República para a devida promulgação, até ser aprovado, acrescentou, e como a população já reside no seu interior, antecipadamente, deram a responsabilidade à administração municipal de Viana para constituir uma equipa responsável pelo acompanhamento da centralidade, enquanto decorre o processo legal.

Bernabé Raimundo disse ainda que há procedimentos que, em termos legais, a administração de Viana não pode decidir, mas que, por orientação superior, tem cumprido com algumas acções. “A administração pública rege-se pelo princípio da legalidade, e quando não tem base legal os processos são nulos”, sublinhou o representante municipal adjunto para a Área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários de Viana. “O administrador municipal de Viana, para assinar um direito de superfície ou uma licença, tem que ser com base na Lei, e, neste caso, se não estiver plasmado na Lei que a área da “Centralidade do Zango 5” lhe pertence, dificilmente fará sair ou assinar a documentação” – exemplificou.

Bernabé Raimundo destacou que esta situação tem provocado também constrangimentos em relação à recolha dos resíduos sólidos no interior da centralidade, sendo que, acrescentou, a empresa que recolhe o lixo no município de Viana tem limite de divisão política (territorial) do município, o que faz com que não chegue até ao interior da centralidade.

Bernabé Raimundo garantiu que, enquanto aguardam pela decisão definitiva das instâncias superiores, a administração municipal tem respondido pela centralidade, não por pertencer a Viana, mas sim, em termos daquilo que é a delimitação político-administrativa, ultrapassando a actual situação de uma forma ad hoc. “Recebemos esta responsabilidade de o fazer, até sair a norma que passe definitivamente a gestão para o município de Viana, daí que vamos continuar a trabalhar interagindo com a administração do município de Icolo e Bengo, que nos deu a legitimidade, por orientação do Governo Provincial”, garantiu.

6.6 Delimitação administrativa

Jornal de Angola

7 De Setembro de 2020

Texto: Ana Paulo

Em busca de informação sobre a quem recai a gestão da “Centralidade do Zango 5”, situação que tem dificultado a resolução de vários problemas vividos pelos moradores, o Jornal de Angola contactou a administração municipal de Viana para possíveis esclarecimentos.

O administrador municipal adjunto para a Área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários do município de Viana, Bernabé Raimundo, esclareceu que tendo em conta a actual Divisão Político-Administrativa de Luanda, a centralidade do Zango 5 pertence ao município de Icolo e Bengo, mas, não obstante este facto, realçou que, tendo em conta a proximidade que tem com o município de Viana, e tendo em conta a proposta da alteração da nova Divisão Político-Administrativa para corrigir algumas distorções, o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado tem quase terminada a alteração de passagem da gestão da centralidade para o município de Viana, isto de forma a repor a fronteira que existia no passado.

Em função desta estratégia, para Bernabé Raimundo, como o processo deve obedecer a pressupostos legais, passando pela Assembleia Nacional e pela Presidência da República para a devida promulgação, até ser aprovado, acrescentou, e como a população já reside no seu interior, antecipadamente, deram a

responsabilidade à administração municipal de Viana para constituir uma equipa responsável pelo acompanhamento da centralidade, enquanto decorre o processo legal.

Bernabé Raimundo disse ainda que há procedimentos que, em termos legais, a administração de Viana não pode decidir, mas que, por orientação superior, tem cumprido com algumas acções. “A administração pública rege-se pelo princípio da legalidade, e quando não tem base legal os processos são nulos”, sublinhou o representante municipal adjunto para a Área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários de Viana. “O administrador municipal de Viana, para assinar um direito de superfície ou uma licença, tem que ser com base na Lei, e, neste caso, se não estiver plasmado na Lei que a área da “Centralidade do Zango 5” lhe pertence, dificilmente fará sair ou assinar a documentação” – exemplificou.

Bernabé Raimundo destacou que esta situação tem provocado também constrangimentos em relação à recolha dos resíduos sólidos no interior da centralidade, sendo que, acrescentou, a empresa que recolhe o lixo no município de Viana tem limite de divisão política (territorial) do município, o que faz com que não chegue até ao interior da centralidade.

Bernabé Raimundo garantiu que, enquanto aguardam pela decisão definitiva das instâncias superiores, a administração municipal tem respondido pela centralidade, não por pertencer a Viana, mas sim, em termos daquilo que é a delimitação político-administrativa, ultrapassando a actual situação de uma forma ad hoc. “Recebemos esta responsabilidade de o fazer, até sair a norma que passe definitivamente a gestão para o município de Viana, daí que vamos continuar a trabalhar interagindo com a administração do município de Icolo e Bengo, que nos deu a legitimidade, por orientação do Governo Provincial”, garantiu.

6.7 Anatomia de uma «Irmadade»

Novo Jornal

11 De Setembro de 2020

Um mês depois de o Fundo Soberano ter sido submetido a uma "autópsia" e uma semana depois de os esqueletos da AAA terem sido retirados do armário, o que se passa em Angola em matéria de corrupção é que os angolanos ainda não sabem exactamente o que se passa em Angola.

As primeiras ondas de choque vieram de Londres. Em Luanda, os seus efeitos catastróficos reduziram a destroços a inocência hasteada no bairro Miramar.

Na Península Ibérica, os raios da faiscante notícia provocaram alterações na geografia do rosto envelhecido e solitário de um dos mais famosos turistas africanos em Barcelona, rasurando-lhe a pele e a cor.

Nos Alpes, a pontualidade suíça fez as honras da casa. Cirúrgica, Genebra içou a bandeira da Cruz Vermelha e de imediato fez soar o alarme.

Na Praia do Bispo, os danos da tempestade deixaram sem bússola os pescadores e, no rescaldo da ressaca, despedaçaram o tecto falso e as paredes do Mausoléu.

No seu interior, sacudido pelo abalo sísmico, jaz agora uma tumba sobressaltada pela traição de quem, fazendo parte das "maiorias silenciosas e desencantadas" do MPIA, jurava "nunca" se ter "envolvido em práticas imorais" ...

Em ambos os casos, submersos em mistérios acrobáticos, viu-se logo que essas aventuras encerravam um nível de malabarismo financeiro que não encontra paralelo no continente africano.

Uma e outra garantiam o sucesso da bilheteira. Uma e outra apareciam vergadas a uma esquizofrénica concorrência para ver quem "atingia os zeros".

Por isso é que, em casa, era ver quem mais e mais contas de multiplicar contabilizava. Por isso é que, em casa, o somatório das contas passadas por estas duas mãos pode ter atingido mais de quatro mil milhões de dólares!

Destapado o véu, em defesa da nossa "primeira dama de horror" - a corrupção - a histeria revela-se sempre igual a si própria. O ritual toma conta da praça, mas os representantes da majestade rejeitam a caricatura.

Nunca aceitam a carapuça, mas o auto-retrato, visto de fora para dentro é perfeito. Assenta-lhes que nem uma luva.

Furiosa, a Irmandade, reunida de emergência, prefere disparar, a torto e a direito, poluída gritaria. Desgastada e desorientada, vai a óbito de fantasmas. E acreditando em' perseguições, desenterra cadáveres.

Consumida a hóstia, depois de passado e reconhecido alvará para a apropriação indébita dos recursos públicos, fazem-se as contas da colheita dos dízimos. No final da missa, repete-se a cantilena da ordem: por aqui não há corruptos...

A pés juntos, o Santo Padre, em teleconferência, confessa que nunca os viu. Nem nunca ouviu falar deles. A igreja, no entanto, está lotada com a fauna.

É assim, de forma cínica, que, ao longo de anos, andamos a tentar enxaguar, no tanque da mais refinada cumplicidade, as nódoas que mancham os nossos colarinhos brancos.

Desta vez, não foi diferente. Quinze anos são contabilizados na AAA. No Fundo Soberano, foram menos. Bastou meia dúzia de anos. Mas, espalhadas e entrincheiradas um pouco pelas dobradiças das capelas da tribo mandante, há outras AAA. Outros Fundos Soberanos.

Há quem tenha nascido e morrido antes do Fundo Soberano. E há quem tenha nascido e morrido antes da AAA. Mas, há também, quem tenha crescido durante e depois da AAA. E durante e depois do afogamento e da ressurreição do Fundo.

Durante e depois dos 500 milhões. Durante e depois de 900 milhões. Como ninguém sabe o que se passou, nem como por aqui alguns continuam a atingir os zeros", só há uma certeza: nada garante que estas tenham sido as últimas subtrações...

Na parada, a tese da defesa da inocência apresenta-se fardada a rigor e armada até aos dentes. O resultado não passa, porém, de uma gargalhada.

A mesma que já não acredita na decência e na probidade da maioria dos nossos políticos, governantes e gestores públicos ou privados.

Do lado paterno de (quase) todos os lados, - e não apenas do lado do Fundo e da AAA - não há heranças. Do lado materno, que se saiba, idem aspas.

Sendo a origem humilde comum a todos, todos na origem abraçavam a simplicidade. A honestidade e a modéstia.

Com tempo, dinheiro e poder, o clientelismo surge como apólice de seguro para o florescimento subterrâneo das várias castas que tomaram de assalto a Irmandade. E surge também como fonte de satisfação do afiado apetite da tribo.

Foi assim em várias entidades empresariais. Na Sonangol ou na Endiama. Nas Telecomunicações ou na Banca. E também na Indústria, nas Pescas ou na fiscalização das Importações. E ainda na AAA e no Fundo Soberano.

E aqui chegados, sejamos claros: as duas figuras de proa agraciadas com a Medalha de Ouro do Fundo Soberano e com a Grande Ordem de Mérito da AAA só chegaram onde chegaram graças à força do poder e ao carisma das sombras que tutelam os respectivos clãs.

Um é o que é, por ter casado com quem casou. Outro foi o que foi, por ser filho de quem foi o que foi. Um e outro, sem essas sombras, não teriam chegado onde chegaram. Mas, se calhar, estariam a viver livres da tormenta judicial que, hoje, não os deixa dormir em paz...

A evocação da memória dos tutores desta vez não pode ser atribuída aos jornalistas. De Barcelona, escondida em saias paternas, chegou uma carta registada. Azar. As cuecas estavam à mostra.

Em Genebra, foi o Cantão local que decidiu associar o "premiado" à deferência histórica de que, pelo seu legado, o sogro goza na sociedade.

Em defesa da honra, o entrelaçado laureado exibiu a "obra-prima" e, em pleno tribunal suíço, reivindicou em voz alta os direitos autorais, Nada mau. Não é a primeira vez que o faz. Da outra vez, Ennes Ferreira apanhou-o na curva.

Desta vez, é a própria família que, através de um comunicado escrito a uma mão, mas subscrito a quatro mãos, se confessa em público.

Desta vez, recorrer a terceiros para assacar culpas pela evocação do nome do patriarca da família nesta caldeirada é uma patentice.

Desta vez, foi a própria família que, sem que ninguém, em momento algum, tivesse chamado à liça a figura de Agostinho Neto na acrobacia financeira do genro, se apressou, voluntariamente, a apresentar o auto de denúncia.

Agora, as acusações vindas de dentro para fora podem estar a fazer ricochete. O laudo da filha mais velha destaca "os desvios monumentais, descarados e obscenos" que ocorreram logo após a sua morte.

Mas também põe a nu "um clima de impunidade" que estimulou "a criação de uma burguesia nacional escolhida a dedo e não por mérito próprio" que se entregou "a delapidação do erário público para a acumulação do capital de algumas elites em detrimento da maioria" movida, anos mais tarde, por uma "galopante ganância e voracidade de velhos e jovens ambiciosos, deslumbrados pelo reluzir das pratas e de mil oiros"

Nada mais lapidar. Uma declaração de amor ao próximo, que descarna a imagem perfeita do peixe a morrer pela boca. Para quê então perder mais tempo à procura da identidade dalguns desses eleitos?

Para quê mais palavras se alguns deles se fizeram à vida nas diversas AAA e nos diversos Fundos que andam espalhados por aí?

O pior, porém, é que esses e outros eleitos, nascidos sem laços, mas agora encadernados com jaquetas, quando não gozam de estatuto de cidadão especial por via paternal, surgem investidos de imunidade diplomática por via marital.

Para ver quem brilha mais no firmamento, entretêm-se em encarniçadas disputas tribais. E o que tem estado por detrás dessas disputas? O dinheiro, pois claro, a porcaria do dinheiro!

Não espanta, por isso, que, nalguns casos, expelindo tiques de arrogância e misturando boçal ice com capital, se tenham transformado nuns monstrosinhos.

Mas, os modelos que saíram das linhas de 25 montagem da AAA e do Fundo Soberano não são únicos. Temo-los distribuído em série pelas várias camadas que formam a Irmandade.

E, hoje por hoje, continuamos a ver a sua reprodução ganhar, em cascata, a dimensão de (novos) polvos, que aspiram a tomar o lugar dos antigos accionistas da Corte.

A bordo do novo avião, o Comandante faz-se acompanhar por muitos co-pilotos e auxiliares de mecânica que, sendo portadores de licenças viciadas, se recusam a impor a si próprios e aos recém-admitidos na cabine de voo, "distanciamento social" para bloquear a expansão do assédio da nossa "dama de horror". Não tendo sido vacinados à partida, a cabine está agora infectada.

O vírus continua, assim, a provocar danos no sector empresariado público, estragos na administração central do Estado e a fazer das suas também já a nível da Comissão Interministerial de Combate à Covid-19,

Mesmo conhecendo o nome daqueles que estão contaminados, agora já não basta substituir a maioria dos membros da tripulação, a fuselagem empenada ou motor gripado. Agora, é preciso desinfetar também todo o pessoal de terra e desinfestar toda a zona aeroportuária e arredores.

Para quê?

Para que não voltemos a levar no lombo com os desvarios de gestão autocrática em novas AAA, novos Fundos Soberanos, sucursais e filiais...

Para que um dia, alguns Caps inteiros não tenham que ser obrigadas a reunir na cadeia...

Porquê?

Porque a tese de defesa que os sustenta hoje não passa de uma sátira sem graça. Não passa de uma

piada encharcada com falsa pureza virginal. Que alojando um péssimo exercício de marketing, mais parece uma anedota contada num funeral.

6.8 Construção de projectos de baixa renda é a solução para equilibrar a oferta de moradias

Jornal de Angola

11 De Setembro de 2020

Texto: Alberto Domingos

A directora-geral do grupo C&S-Investimentos Imobiliários, Deolinda Canifa Sena, garantiu o início, em breve, da construção de casas para atender a famílias de baixa renda em Luanda.

A responsável, que falava ao Jornal de Angola a propósito da queda de investimento no sector imobiliário, devido à crise e agora com o impacto negativo da pandemia de Covid-19, disse que o mercado imobiliário deve-se ajustar de acordo com a realidade.

“Há um grande número de famílias de baixa e média renda que se lhes derem oportunidade com a construção de projectos adequados, às suas condições económicas, poderão adquirir, desde que as formas de pagamento e as taxas sejam mais facilitadoras possíveis”, apimentou, para acrescentar que os grandes projectos, na maioria das vezes, são construídos com padrões elevados, o que encarece o valor, e na maior parte, estes projectos levam longos anos a serem adquiridos.

Deolinda Sena, licenciada em Engenharia Civil e perita avaliadora de imóveis reconhecida pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC), considera que se os projectos fossem direccionados para famílias de média renda, o tempo de aquisição seria mais rápido. “O Estado tem um papel crucial na criação de políticas habitacionais as mais actualizadas à nossa actual realidade”, afirmou.

Nessa fase, anunciou, os esforços do Projecto Kikuxi Village, sob gestão do Grupo C&S-Investimentos Imobiliários, estão concentrados no acabamento e entrega das moradias.

Depois, acrescentou, vai-se dedicar aos trabalhos de desenhar outros projectos para clientes com um poder aquisitivo menor, na qual a velocidade de vendas se á maior.

Em andamento

Oitenta e três habitações de tipologia T3 e T4 estão a ser construídas no condomínio Kikuxi Village, em Luanda numa área de mais de cinco hectares. O projecto insere-se na iniciativa "A Casa Própria".

Na mesma zona, encontram-se erguidas 80 habitações, e com a conclusão das moradias, vai totalizar 163 residências dentro do Kikuxi Village. De acordo com Deolinda Canifa Sena, a construção de mais residências insere-se nas acções de disponibilizar vivendas para famílias de média e alta renda a preços acessíveis. Nesta altura, adiantou; uma vivenda do tipo T3 completamente acabada e, pronto a entrar, está no valor de 58.380.000,00 kwanzas, e se for tosca (inacabada) fica a partir de 33.360.000,00 Kwanzas. Já uma T4, completamente acabada, adiantou, fica a 93.548.000,00kwanzasea tosca, fica a 55.800.000,00kwanzas. As moradias, disse, são apetrechadas com quintal, jardim, espaços comuns, segurança, campos multiusos e outras áreas de lazer e desporto. A responsável realçou que há anos que se percebeu que os preços praticados em vários projectos habitacionais da mesma dimensão do Kikuxi Village, em Luanda, são muito elevados e estavam, sobretudo, mais voltados para famílias de alta renda. Face a esta realidade, fez saber, o Grupo C&S-Investimentos Imobiliário lançou o Kikuxi Village em Janeiro de 2018, com a promoção imobiliária do consórcio Era Urbanizadora e a Pro imóveis. O acesso às moradias dentro do condomínio é feito de várias formas.

Tudo começa pela solicitação através das plataformas criadas ou outra conta oficial da empresa, depois solicitar um modelo de adesão oficial e preencher. Daí assegurou, pode fazer o pronto pagamento, por parcela ou por renda resolúvel. "No que toca ao financiamento, nós também conseguimos ajudar os interessados a obter junto dos bancos", garantiu.

6.9 Obras do PIIM fazem disparar preços dos materiais de construção

Novo Jornal

11 De Setembro de 2020

Texto: Hortêncio Sebastião

Os preços dos principais materiais de construção civil «dispararam» nos últimos dias. Construtoras apontam que a subida de preços se deve ao crescente volume de empreitadas em curso, particularmente afectas ao Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Na sequência do "boom" imobiliário que se instalou no País com o advento da paz, em finais de 2015 veio a registar-se um revés, mediante a generalizada paralisação das obras de construção civil e recuperação de infra-estruturas, em consequência da crise económica provocada pela baixa do preço do petróleo nos mercados internacionais.

Acto contínuo, as grandes edificações ficaram votadas quase ao abandono, muitas das quais até aos dias de hoje continuam estagnadas ou à espera de novos financiamentos.

Em contrapartida, a aprovação, pelo Executivo, do PIIM, em meados de 2019, seguida do desbloqueamento das verbas estimadas em dois mil milhões de dólares, procedentes do Fundo Soberano de Angola, que contempla 1.700 projectos nos domínios da construção civil nos sectores da Educação, Saúde, Administração e acções nos sectores dos Transportes, Energia e Águas, destinadas aos

164 Municípios, veio impulsionar a execução de empreitadas públicas.

Daí que, segundo os operadores do sector da Construção, terá despoletado a procura de materiais de construção civil, não obstante parte significativa dos grandes edifícios ainda se manter estagnada, por se tratar de empreitadas privadas.

Uma fonte ligada à construtora Monte Adriano, contactada pelo NJ, mas que solicitou anonimato, disse haver acentuada pressão sobre os materiais de construção, mormente a procura de cimento, ferragens, inertes e materiais de acabamento, como tintas e mosaicos junto dos fornecedores, o que levou ao encarecimento dos produtos, incluindo os Made in Angola.

Já uma fonte ligada à firma SICR Construções Lda, que se escusa de atribuir as razões da procura destes bens ao PIIM, admite que o surgimento do plano governamental interfere, de alguma maneira, na demanda.

Tomás Vieira, um cidadão que está a construir a sua casa no Zango-2 há dois anos, diz que os preços dos materiais subiram sobremaneira, de tal forma que preferiu paralisar temporariamente as obras, aguardando por épocas de custos mais acessíveis.

"É quase impossível continuar a construção da minha residência, pois os preços dos materiais quase duplicaram. E nesta época da Covid-19, prefiro parar", enfatiza Vieira.

Em meados de 2019, por exemplo, o saco de cimento da marca Tunga era adquirido ao preço médio de 1.300 kwanzas junto dos distribuidores oficiais em Luanda, actualmente quase duplicou, estando a ser comprado a 2,500 Kz.

Já a carrada de pedra de 24 metros cúbicos, que custava naquela altura 60 mil kwanzas, tem hoje o preço fixado de 110 mil Kz, enquanto a mesma quantidade de areia é vendida por 65 mil Kz contra os 35 mil do ano passado.

De igual modo, os preços do tijolo e bloco de cimento subiram, saindo de 200 e 100 kwanzas a unidade, respectivamente, passando para 310 Kz e 160 Kz, nesta ordem, nas diferentes distribuidoras, e estes adquiridos no mercado nacional.

O NJ consultou o engenheiro civil António Venâncio; segundo o qual a alta de preços dos materiais de construção civil pode ser estancada se as obras do PIIM forem adjudicadas com base em preços justos.

De acordo com o especialista, "tais preços justos resultariam de cálculos realistas e obtidos de estudos publicados que sirvam para o domínio geral do sector, servindo a lei da livre concorrência e se apresente como leal e sã para todos os empreiteiros, sobretudo quando reforçada de processos de adjudicação altamente transparentes".

Assim, advogou, igualmente, que este processo travará, seguramente, a subida crescente dos preços dos materiais por efeito da rejeição das especulações na sua comercialização e por força dos limites impostos pelas actualizações periódicas das tabelas e das normas inseridas nos cadernos de encargos aprovados para certo tipo de obras.

Orçamentos díspares

Observam-se, um pouco por todo o país, disparidades nos orçamentos das empreitadas, designadamente as obras públicas no âmbito do PIIM.

António Venâncio aconselha as empresas construtoras para a utilização de instrumentos credíveis oficiais que lhes permitam conhecer e comparar os seus limites de desempenho empresarial, verificar os seus patamares de produtividade em obra e, com isso, aprimorar os seus orçamentos para atingir os melhores níveis de lucro empresarial, sem necessidade de especular, nem incentivar a especulação junto dos fornecedores de materiais e de produtos de construção.

A título elucidativo, a construção de uma escola de sete salas na com una do Quirindo, na província do Kwanza-Sul, no âmbito do PIIM, custa aos cofres do Estado mais de 76 milhões Kz, enquanto uma outra com a idêntica capacidade e na mesma província, mas no município da Cela, está avaliada em mais de 85 milhões Kz.

"Enquanto os nossos empreiteiros estiverem iludidos na tese segundo a qual o lucro máximo advém dos preços máximos e dos orçamentos empolados, teremos uma escalada imparável dos preços de materiais, quer importados, quer nacionais", afirma António Venâncio.

Nesse sentido, alerta, os "empreiteiros precisam de conhecer bem as suas margens e os melhores diferenciais competitivos no mercado de obras, para poder apresentar os seus orçamentos, não só em razão dos preços dos materiais, mas também através da inteligente redução de desperdícios e melhoria constante dos factores de produção, como o bom desempenho técnico e alta qualidade, com menor gasto e alta produtividade do trabalho, incluindo a boa performance dos seus recursos humanos, quer na exploração dos equipamentos, quer na aplicação dos melhores e mais económicos materiais de construção".

Embora não se mostre apologista da adjudicação directa de empreitadas, António Venâncio defende, entretanto, que "não basta que se lancem concursos, mas é preciso que as propostas sejam elaboradas com orçamentos económicos, cujos preços unitários sejam os menos especulativos, que sejam concorrenciais e os mais competitivos para as licitações que forem surgindo no mercado de obras".

6.10 Projectos ajudam a transformar a economia familiar nos municípios

Jornal de Angola

11 De Setembro de 2020

Texto: Miguel Gomes

A implementação do programa Kwenda já é uma realidade e veio alimentar o debate sobre políticas públicas e o combate à pobreza. Pela primeira vez na história do país, as famílias angolanas mais pobres estão a receber fundos directamente do erário. A previsão é incluir 1 milhão e 600 mil famílias até 2022. O Fundo de Acção Social (FAS) garante transparência.

Para lá do apoio financeiro, o objectivo também passa pelo fomento da economia familiar,

descentralização da acção social e pelo reforço do poder local no combate à pobreza.

"Em última instância, o Kwenda é um programa dos municípios. O Fundo de Acção Social (FAS) é o operador principal, mas o que se pretende é que seja absorvido a nível municipal. No fundo, estamos a municipalizar o desenvolvimento. O Kwenda deve estar bem articulado com outras iniciativas das administrações municipais", afirma Belarmino Jelembi, director-geral do FAS.

É uma nova abordagem à protecção social (que segue os passos concretizados noutros países), que nunca foi olhada como uma forma efectiva de combater a pobreza que afecta uma larga franja da população angolana.

O índice de pobreza em Angola, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), é de 41 por cento dos cidadãos, cujos rendimentos mensais não ultrapassam os 12 mil 181 Kwanzas.

Por outro lado, segundo o INE, 65 dos 164 municípios do país enfrentam focos de pobreza multidimensional, ou seja, afectam comunidades que lutam contra uma combinação de factores de pobreza (falta de serviços públicos, emprego, infra-estruturas, educação, água potável, dieta nutritiva, entre outros).

Apesar destes factos compilados pelo INE, o país nunca desenvolveu o sistema de protecção social com profundidade e objectividade. Se implementar uma espécie de rendimento mínimo garantido para os mais pobres é exigente, apesar de realizável, também não existe a figura do subsídio de desemprego ou de outras prestações sociais.

Os programas que existem são pequenos em dimensão, descoordenados e praticamente desconhecidos da população mais desfavorecida. Belarmino Jelembi considera que a necessidade de articular a implementação do Kwenda com as administrações municipais é premente, mas também um dos pontos fortes do programa. Porque não será possível aplicar esta iniciativa correctamente sem uma relação franca e coesa com os poderes locais.

A articulação entre diversos níveis da administração pública também é fundamental para aproximar as autoridades locais e os cidadãos, para evitar mal-entendidos e pequenas contestações políticas daquelas sobre o programa.

Os primeiros passos foram estabelecidos nos municípios do Nzeto (Zaire), Cambundi Catembo (Malanje), Cacula (Huila), Cuito Cuanavale (Cuando Cubango) e Ombandja (Cunene). Durante a fase-

piloto, que terminou em Julho, foram cadastrados 10 mil e 674 agregados familiares.

Cerca de 5.400 agregados familiares receberam 25 mil e 500 Kwanzas e já começaram a ter a segunda prestação, enquanto outros vão sendo registados à medida que o Kwenda vai avançando para os restantes municípios. O município de Cacula é, por enquanto, a região com mais famílias registadas.

Já a selecção dos agregados familiares é feita através dos dados oficiais do INE.

Outras componentes

Para além das transferências monetárias de 25 mil e 500 Kwanzas por agregado familiar, entregues de três em três meses, e da municipalização da acção social (que inclui a edificação dos CASI - Centro de Acção Social Integrada nos municípios), o Kwenda pretende desenvolver outras componentes: a inclusão produtiva, com o apoio económico a negócios e iniciativas familiares, e o fortalecimento do Cadastro Social Único (CSU).

Em relação aos CASI, são estruturas desenhadas para interagir com os beneficiários do Kwenda e providenciar outros serviços (emissão de documentos, sistematização de informação dos agregados, entre outros aspectos).

A inclusão produtiva traduz-se no apoio a iniciativas económicas familiares. Durante a fase de cadastramento, é possível identificar as características dos agregados e seleccionar quem tem potencial para desenvolver o sector agrícola, comércio e outros, tradicionais.

No entanto, o país também não tem experiência de implementação de grandes programas de fomento económico e micro crédito. Os que foram implementados apresentaram maus resultados ou foram direccionados para grupos específicos que não sofrem de pobreza extrema. As poucas iniciativas de fomento dos pequenos negócios que resistem são da responsabilidade de organizações da sociedade civil.

“O nosso manual de inclusão produtiva permite classificar o tipo de iniciativa e o método de financiamento. No seio das famílias cadastradas, algumas não são elegíveis para receber as transferências monetárias, mas podem ser incluídas noutras vertentes do programa Kwenda”, explica Belarmino Jelembi.

Já o CSU deve transformar-se, no futuro, no único registo oficial dos beneficiários de protecção social em Angola. A base de dados será também uma forma

de controlar e garantir fiabilidade às informações recolhidas no terreno.

“Sendo um programa de grande dimensão, era importante realizar a fase-piloto para retirar ilações - sobretudo sobre o processo de cadastramento e de registo dos beneficiários, sistematização das reclamações e também para melhorar a implementação do programa do ponto de vista operacional”, explica Belarmino Jelembi, director-geral do FAS.

A escolha dos primeiros cinco municípios visou reflectir a “diversidade do país”, segundo o responsável. “No nosso contexto, as comunidades, por exemplo, de Cambundi Catembo e de Ombandja não partilham a mesma organização social e as mesmas referências. O que significa que o sistema de cadastramento não pode ser uniforme. Este é um dos desafios do programa”, considera.

O registo dos agregados familiares é feito de casa em casa. Foram treinados 160 Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECO), que estão adstritos às administrações municipais. Não sendo funcionários públicos, têm direito a um subsídio pelo

6.11 Enxotados pela madrugada

Jornal de Angola

17 De Setembro de 2020

Foram todos expulsos do Capari. Na madrugada do dia 2 de Setembro, aconteceu o inesperado. Ouviam-se choros e cânticos religiosos, centenas de cidadãos invadiram as ruas da centralidade. O barulho acordou os habitantes. Ninguém mais dormiu naquela urbe. As Forças da Ordem, Defesa e Segurança entraram no bloco 8, com todos os meios possíveis, e mandaram todos para fora.

O Governo do Bengo mobilizou três camiões. Transportaram tudo. “Os cidadãos foram desobedientes. A PGR notificou-os, mas apesar disso não queriam abandonar as residências, nem mesmo depois da decisão tomada pelo Tribunal”, disse, ao *Jornal de Angola*, o director do Gabinete Provincial de Infra-estruturas e Serviços Técnicos.

Mafuana Simão Pedro disse que não há negociações possíveis, com cidadãos que cometam crimes dessa natureza, tendo lembrado que a aquisição de moradias depende da realização de um sorteio aberto ao público.

“Não vão ser injustiçadas as pessoas sorteadas, em benefício de outras que ocupam os apartamentos de

forma ilegal. Se os invasores forem legalizados, outras centralidades serão ocupadas, porque as pessoas sabem que esta é a forma mais fácil de conseguir habitação”, analisou. Inúmeras dificuldades para sair de casa. No Capari também não há edifícios para os serviços de bombeiros, nem estruturas de apoio aos transportes intermunicipais e interurbanos.

Em Novembro de 2019, o Governo Central, através do então Ministério da Construção e Obras Públicas, entregou ao Governo da Província do Bengo dois edifícios, com oito apartamentos cada, para o funcionamento de um posto policial e um centro de saúde, na centralidade.

“Até agora nem água vai, nem água vem. Está tudo parado. É muito complicado viver sem esses serviços”, disse o presidente da Comissão de Moradores da Centralidade do Capari, Luís António Mateus, acrescentando: “já escrevemos muito para o Governo do Bengo e para a Administração do Dande. E até agora nunca obtivemos resposta”.

A coordenadora da Administração da Centralidade do Capari, Maria Gomes Luís, disse que os serviços de policiamento já funcionam de forma efectiva no local. “O comando local da polícia está a funcionar no bloco 5, prédio 126, e com isso as acções de patrulhamento melhoraram significativamente.

A população está mais tranquila”, disse. Maria Gomes Luís avança que a coordenação da centralidade trabalha em colaboração com a Administração Municipal do Dande, para a implementação, num curto espaço de tempo, de vários serviços sociais, como escolas e unidades de saúde.

6.12 Foram todos expulsos do Capari

Jornal de Angola

17 De Setembro de 2020

Texto: José Bule

Do lado de fora do bloco 8, na centralidade do Capari, Elisa Afonso, 42 anos, e outras dezenas de pessoas que ali viviam na condição de ilegais, movimentavam-se de um lado para o outro. Estavam impacientes, desesperadas. Falavam em voz alta. Rogavam pragas, ofendiam. Discutiam pelos seus direitos? Claramente que não! Efectivos da polícia, em serviço, não davam tréguas. Ninguém podia entrar nem sair do local.

“Mas tive mesmo de sair. Fui ao hospital, onde me aplicaram dois soros, e depois fui à farmácia comprar

remédios. Desobedecei a ordem dada pelos polícias, porque a minha saúde está acima de tudo. Agora, não me querem deixar entrar”, disse a mulher, que reconhece ser uma atitude condenável a forma como ocupou o apartamento durante cerca de cinco meses, naquela zona da centralidade.

Antes disso Elisa, mãe de quatro filhos, vivia numa casa arrendada na Nova Urbanização, no município de Cacucaco, em Luanda. Revela que chegou ao Capari por intermédio de uma amiga, que vive no bloco 10. “Ela me disse que o bloco 8 estava a ser ocupado por gente que saía de vários pontos de Luanda e do Bengo, também. Estou consciente que cometi um crime, mas só fiz isso porque as residências estavam abandonadas há mais de 13 anos”, justifica Elisa, que trabalha numa empresa privada de prestação de serviços.

A jovem tinha todos os seus haveres arrumados no ático. Oficiais de justiça do Tribunal Provincial do Bengo encerraram o apartamento em que vivia. Por esse motivo, enviou os filhos à capital do país. Estão sob o cuidado de uma irmã.

“Mas as minhas coisas estão lá dentro. Não sei onde levar, por isso peço que me cadastrem para pagar a casa no sistema de renda resolúvel”, disse a ocupante ilegal, que não obteve êxito nos sorteios em que participou, para a aquisição de residência nas centralidades do Zango 5, Capari e Sequele.

Outra ocupante ilegal tem 30 anos e estava muito próximo do portão de acesso ao bloco 8. Nádia Laurindo aguardava por uma oportunidade para entrar. Conta que descobriu a forma mais fácil de se instalar num dos apartamentos do Capari no dia em que resolveu visitar, pela primeira vez, a irmã, que acabava de transferir-se de um dos bairros do município de Cacucaco para a centralidade.

Cansada de ser expulsa pelos senhorios, sempre que atrasasse com o pagamento das rendas, com o apoio e ajuda do marido ganhou coragem, arrumou as “bicuatas” e foi invadir a residência, onde viveu cerca de dois meses e meio.

Nádia pensou que essa seria a melhor forma de obrigar o

Estado a cadastrá-la, para pagar o imóvel no sistema de renda resolúvel, em kwanzas, no valor de 20.899,31. “Morei aqui, com o marido e dois filhos, e agora não sabemos para onde ir. Espero que o Governo tenha compaixão por nós e permita que continuemos aqui na condição de inquilinos do Estado”, apelou a invasora, cujo marido trabalha em Viana, província de Luanda, numa empresa de

construção civil. “O que ganha serve para pagar rendas ao Estado”, declara.

Havia uma mulher inconformada com o longo tempo de espera. De 38 anos, Manuela Silva viveu cinco meses de borla numa das residências daquela zona habitacional. A professora, que lecciona numa escola localizada na Barra do

Dande, no período nocturno, estava furiosa. Não queria abandonar a centralidade.

“Sou professora. Ganho mais de 200 mil kwanzas. Estou em condições de pagar um apartamento. As minhas coisas estão todas expostas ao relento. Isso não é justo. Eu mereço uma oportunidade. Já não quero mais regressar a casa dos meus pais”, disse a antiga moradora de Viana, que na fase de inscrições chegou a dormir duas noites no Capari, mas não teve sorte, infelizmente.

Na opinião da professora Manuela, quem está em condições de pagar uma residência no sistema de renda resolúvel, deve ser legalizado. “A vida não está nada fácil. Estou desde 2011 a lutar para ter a minha própria casa”, explica.

Na sequência de rumores de que o Fundo de Fomento Habitacional, em parceria com a Imogestin, efectuará o cadastramento dos ocupantes ilegais da centralidade do Capari, para efeitos de legalização dos mesmos, há cerca de três meses, 150 residências do tipo T3, desocupadas há mais de sete anos, foram, literalmente, invadidas.

No local, o Jornal de Angola apurou que a maioria dos invasores é reincidente, e há dois meses foram obrigados a abandonar os apartamentos do bloco 8. Segundo uma fonte deste órgão de informação, entre os ocupantes estavam, também, alguns moradores dos blocos 6, 9 e 10, que viviam na urbe na condição de inquilinos.

Na sequência de rumores de que o Fundo de Fomento Habitacional, em parceria com a Imogestin, efectuará o cadastramento dos ocupantes ilegais da centralidade do Capari, para efeitos de legalização dos mesmos, há cerca de três meses, 150 residências do tipo T3, desocupadas há mais de sete anos, foram, literalmente, invadidas.

6.13 Crianças de áreas urbanas verdes têm QI mais elevado

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2020

Crescer num ambiente urbano mais verde aumenta a inteligência das crianças e reduz os níveis de comportamento difícil, concluiu um estudo realizado por investigadores de uma universidade belga.

A análise de mais de 600 crianças de 10 a 15 anos mostrou que um aumento de 3% na área verde num bairro aumentou a pontuação de QI de cada criança numa média de 2,6 pontos. O efeito foi visto tanto nas áreas mais ricas como nas mais pobres, de acordo com o estudo revelado pelo jornal britânico *The Guardian*.

Já há evidências significativas de que os espaços verdes melhoram vários aspectos do desenvolvimento cognitivo das crianças, mas esta é a primeira investigação a examinar o QI. A causa é incerta, mas pode estar associada a níveis mais baixos de stress, mais brincadeiras e contacto social ou um ambiente mais silencioso.

O aumento nos pontos de QI foi particularmente significativo para as crianças na extremidade inferior do espectro, onde pequenos aumentos podem fazer uma grande diferença, disseram os investigadores.

“Há cada vez mais evidências de que ambientes verdes estão associados à nossa função cognitiva, como habilidades de memória e atenção”, disse Tim Nawrot, professor de epidemiologia ambiental da Universidade Hasselt, na Bélgica, onde o estudo foi conduzido.

“O que este estudo adiciona com o QI é uma medida clínica mais difícil e bem estabelecida. Acho que os construtores de cidades ou planeadores urbanos devem priorizar o investimento em espaços verdes porque é realmente importante criar um ambiente ideal para as crianças desenvolverem todo o seu potencial”, acrescentou.

O estudo, publicado na revista *Plos Medicine*, usou imagens de satélite para medir o nível de espaços verdes em bairros, incluindo parques, jardins, árvores de rua e toda a outra vegetação.

A pontuação média de QI foi de 105, mas os cientistas descobriram que 4% das crianças em áreas com baixos níveis de vegetação tiveram pontuação abaixo de 80, enquanto nenhuma criança teve pontuação abaixo de 80 em áreas com mais vegetação.

Os benefícios de mais vegetação registados em áreas urbanas não foram replicados em áreas suburbanas ou rurais. Nawrot sugeriu que isso pode ser porque esses lugares tinham vegetação suficiente para todas as crianças que moravam lá beneficiarem.

6.14 Beneficiários de casas inacabadas têm prazo para concluir as obras

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2020

Texto: Adelaide Mualimusi

As pessoas que receberam as casas sociais inacabadas, no bairro Caxila III, arredores da cidade de Ondjiva, Cunene, no âmbito do Projecto Habitacional para as famílias afectadas pelas cheias de 2008, têm 30 dias para provarem que estão em condições de concluir as obras das residências, advertiu o Governo Provincial.

O vice-governador para o sector Técnico e Infra-Estruturas, Édio José, disse que o Governo Provincial receia que as casas possam degradar-se, pois, já passaram três anos desde que foram entregues aos beneficiários, cuja maioria não concluiu as obras.

Segundo o governante, por este motivo, foi criada uma Comissão Provincial Intersectorial para acompanhar o processo de distribuição das casas inacabadas, avaliar o grau de execução física dos imóveis e o estado de conservação, tendo em conta que muitas foram vandalizadas por estarem abandonadas.

“Nos últimos dias recebemos denúncias de que algumas pessoas estão a vender imóveis, ninguém tem o direito de revender ou ocupar ilegalmente infra-estruturas do Estado”, sublinhou.

Édio José revelou que as casas inacabadas fazem parte do Projecto de Construção de duas mil e 500 residências, destinadas às famílias afectadas pelas primeiras inundações de 2008.

“Os que se comprometeram a ocupar os imóveis inacabados, se não tiverem condições para a conclusão das obras devem manifestar a desistência oficialmente, pois, um número considerado de jovens

com poder financeiro está à espera desta oportunidade”, apelou.

6.15 Vítimas das chuvas beneficiam de apoio

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2020

Pelo menos 265 famílias vítimas das chuvas começaram, segunda-feira, a receber lotes de terreno para a autoconstrução dirigida, na localidade do Quilómetro Onze (Km 11), município do Cazengo, província do Cuanza-Norte, no âmbito do projecto do Governo Provincial de melhoria das condições de habitabilidade dos municípios.

A cerimónia formal de entrega dos primeiros títulos de concessão de espaços foi orientada pelo governador do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, segundo a Angop.

Os beneficiários são pessoas que viram as suas residências destruídas em Ndalatando, capital da província, em consequência das chuvas que assolaram a circunscrição em Abril último.

A zona de loteamento do "Krn 11" compreende uma renda de 262,32 hectares, para mais de três mil lotes, 500 dos quais já parcelados, para a construção de casas do tipo T2, T3 e T4.

No local, serão preparados, inicialmente, 2.940 lotes, sendo 860 na primeira fase, 1.100 na segunda e 980 na terceira fase.

O espaço será também aproveitado para o reassentamento de famílias que construíram em zonas de risco, corno encostas de montanhas, leitos de rios, cursos de água, assim como cidadãos interessados em adquirir espaços para a construção de moradias ou de estabelecimentos comerciais.

Cada família vai receber uma parcela de 12,5 por 15 metros, ao custo de 140.370 kwanzas, a serem liquidados num prazo de 18 meses (cerca de oito mil kwanza/mês).

Além do contrato-promessa, os beneficiários são contemplados, no acto de entrega, com a declaração de posse do terreno, licença de construção, croquis de localização e planta de construção da casa - modelo, que foi erguida no local.

O loteamento do "Krn 11" conta já com água potável, fornecida por um furo artesiano instalado no local, energia eléctrica da rede pública e arruamentos.

Estão ainda projectados para o local a construção de outros equipamentos sociais, como posto policial, escola primária, infantário, igreja, posto de saúde, bombeiros, área comercial e estruturas de recreação e desportivas. O bairro vai beneficiar de uma conduta de abastecimento de água, derivada da nova estação de captação de Ndalatando, que será construída no rio Lucala.

Outras 12 casas-modelo de diferentes tipologias estão em construção no novo bairro, o primeiro projecto urbanístico do género na província do Cuanza-Norte, desde a proclamação da Independência Nacional, a 11 de Novembro de 1975.

Na ocasião, o governador do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, disse que a idealização daquele projecto de reassentamento está focada na perspectiva de criação de uma nova dinâmica no domínio da melhoria das condições habitacionais da população.

Pretende-se, igualmente, com o projecto do Governo Provincial, promover um modelo de auto construção dirigida de habitações condignas em zonas urbanizadas e desencorajar as construções em áreas de risco.

O governador disse que, a par desses projectos, o Governo do Cuanza-Norte pretende, também, fomentar no local a agricultura, através da criação de cooperativas agrícolas, num loteamento agrário, onde estão a ser preparados mais de 75 hectares de terras para o cultivo, a serem entregues a 150 beneficiários, numa primeira fase.

Cada beneficiário vai receber meio hectare para actividade agrícola. Adriano Mendes de Carvalho referiu que a ideia integrar no processo produtivo os futuros moradores do bairro, incentivando-os a fazerem parte a cooperativa agrícola.

As chuvas de Abril deste ano provocaram em Ndalatando, segundo o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, a destruição de 265 casas e a inundação de 1.515, desalojando 1.778 famílias, devido ao transbordo dos rios Muembeji e Catenda.

No total, 8.902 pessoas foram afectadas. As zonas mais afectadas foram os bairros Ilha, Sambizanga, Quibuangoma. Posse e Camundai.

6.16 BNA manda converter prestações em kwanzas

Jornal de Angola

24 De Setembro de 2020

Os clientes particulares com créditos em moeda estrangeira para habitação própria e que não detenham rendimentos ou recursos nessa moeda estão legalmente autorizados a efectivar a sua conversão.

Um instrutivo do Banco Nacional de Angola, publicado ontem, sobre a "conversão de créditos habitação concedidos a particulares em moeda estrangeira" obriga os bancos comerciais a contactarem todos os clientes abrangidos pela referida orientação, no sentido de aferir se os mesmos pretendem converter os créditos em moeda estrangeira para a moeda nacional.

De acordo com o BNA, os bancos comerciais deverão considerar a conversão dos créditos em moeda estrangeira, independentemente do nível de imparidades (quando o valor real de um activo é menor do que o valor que está registado na contabilidade) registadas nessa moeda sobre cada crédito. Para tal, devem conservar o comprovativo escrito do contacto com o cliente, bem como da resposta deste.

Esta posição do banco central levou em consideração o Aviso nº 11/2014 de 17 de Dezembro que proíbe a concessão de crédito em moeda estrangeira com excepção do crédito a exportadores e ao Estado, tendo em conta o risco elevado intrínseco nos créditos contratados numa moeda diferente à dos rendimentos dos mutuários. Igualmente, considerou a evolução da taxa de câmbio nos últimos anos e a menor disponibilidade de moeda estrangeira. Este cenário resultou no aumento significativo da taxa de esforço dos clientes e, conseqüentemente, no agravamento do risco de incumprimento.

Por esta razão, entende a autoridade monetária e cambial ser oportuno estabelecer condições para facilitar a conversão para moeda nacional dos créditos em moeda estrangeira, contratados para a habitação própria por clientes particulares sem rendimentos ou recursos nessa moeda.

Termos da renegociação Como informação para a tomada de decisão do cliente, os bancos devem apresentar os termos e condições aplicáveis ao crédito em moeda nacional, incluindo uma simulação do plano financeiro que deve contemplar, no mínimo, a taxa de câmbio, de juros e o prazo.

Quanto à taxa de câmbio, deve ser a de referência publicada pelo Banco Nacional de Angola do dia da simulação, não sendo permitida a aplicação de qualquer margem.

Para os Juros, nos créditos com taxas de juro variável deve ser aplicada LUIBOR como indexante correspondente ao período de pagamento de juros, uma vez ser a Taxa Interbancária de Oferta de Fundos do Mercado de Luanda, aquela que os bancos cobram quando emprestam dinheiro entre si.

Taxa de juros mais flexível

Segundo o banco central, o cliente deve ser informado que a taxa de câmbio e a taxa de juro na simulação do plano financeiro podem sofrer alterações em função da alteração destas taxas entre a datada simulação e a celebração do contrato, devendo os bancos aplicar os melhores esforços para formalizar a conversão no mais curto espaço de tempo possível após confirmação da decisão do cliente, tendo em conta o prazo de vigência do presente Instrutivo.

Está vedada a cobrança de comissões de reestruturação, de pagamento antecipado do crédito em moeda estrangeira ou na conversão dos créditos em moeda nacional.

Também fica proibido o acréscimo de qualquer margem sobre a taxa de câmbio de referência publicada pelo Banco Nacional de Angola em vigor à data de formalização da conversão.

No entender do Governo do banco central, logo após o acordo dos termos e condições do processo de conversão com os clientes, os bancos devem celebrar os contratos com os clientes, com recurso à posição cambial (diferença entre os activos e os passivos em moeda estrangeira) para cobrir o valor líquido de provisões constituídas em moeda estrangeira.

Devem, ainda, assegurar o registo da alteração do contrato na hipoteca e praticar todos os actos necessários para a legalização do contrato e converter as imparidades constituídas em moeda estrangeira para moeda nacional no momento do registo do crédito nessa moeda nos livros.

Os bancos devem informar ao Banco Nacional de Angola no dia em que a conversão de cada crédito é formalizada e o contrato em moeda nacional celebrado, sobre o valor da moeda estrangeira vendida ao cliente para a conversão do crédito, considerando o disposto no número cinco do Instrutivo do banco central.

6.17 Associações da banca e do imobiliário satisfeitas com conversão do crédito

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2020

Texto: Victorino Joaquim

Os presidentes das Associações Angolana de Bancos (ABANC) e de Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Mário Nascimento e Cleber Correia, declararam-se favoráveis ao Instrutivo do BNA que, na quarta-feira, ordenou que os bancos comerciais convertam em kwanza o crédito à habitação concedido a clientes particulares em moeda externa.

O líder da ABANC, Mário Nascimento, considera que a medida traz dupla vantagem, nomeadamente, para os clientes e para os bancos comerciais, com os primeiros a poderem adequar as obrigações (dívida do crédito) às receitas (rendimentos/ salários), o que retira “do ombro dos clientes” o risco cambial e a incerteza.

O risco cambial, sublinhou Mário Nascimento, aumenta a probabilidade de os clientes não conseguirem pagar o crédito, pois a taxa de câmbio tem uma taxa de crescimento superior à dos salários.

Os bancos comerciais, por seu lado, têm a grande vantagem de, com esta conversão, verem reduzida a probabilidade de incumprimento, “pois o serviço da dívida é adequado aos rendimentos dos clientes”.

Além disso, com a conversão do crédito, embora os bancos continuem a constituir provisões e imparidade dos créditos, com o valor escriturado em kwanza há um tecto máximo conhecido, que é o valor do crédito em kwanza, e já não um valor que está dependente do câmbio e que é escriturado em moeda estrangeira.

O presidente da ABANC lembrou que, há alguns anos, a banca deu crédito à habitação maioritariamente em moeda estrangeira, independentemente de os clientes terem ou não salários em kwanza: o facto de antes muitos clientes terem salários em dólares ou indexados ao dólar, fazia com que a variação cambial não tivesse efeitos

negativos sobre a capacidade dos clientes em pagar os créditos.

Com o fim do pagamento dos salários em dólares ou indexados, e o difícil acesso à moeda estrangeira associado ao aumento da taxa de câmbio, faz com que os salários pagos em kwanza já não consigam cumprir as responsabilidades dos clientes, fazendo que o crédito entrasse em incumprimento.

Para o presidente da ABANC, os bancos operadores tendem a conformar-se às decisões implícitas no instrutivo, uma vez que este instrutivo é muito vantajoso para bancos e clientes, e o que levantava obstáculos à aplicação desta conversão por parte dos bancos.

O presidente da Imobiliários de Angola (APIMA), declarou ontem à Rádio Nacional de Angola, aplaudiu a medida tomada pelo BNA, considerando que vai facilitar o processo de compra de habitação no país.

“A medida é boa, especificamente para aqueles que têm financiamento. Quando se pagava em dólares, as pessoas pagavam como se fosse uma corrida dos átomos, em que não saíam do mesmo lugar”, disse o presidente da APIMA, lembrando que, no passado, o câmbio de cem dólares era pago por um valor inferior ao actual.

6.18 Esta em carteira lei que visa disciplinar intermediação

Novo Jornal

25 De Setembro de 2020

O Estado está a preparar um diploma legal que vai regular as actividades de intermediação imobiliária.

O projecto de lei, ainda em estudo, oferece várias vantagens, porquanto vai definir os requisitos para constituir uma sociedade imobiliária, estabelecer um órgão regulador ou licenciador desta actividade e prever a natureza jurídica dos angariadores imobiliários.

Segundo o Jornal de Angola, o Projecto de Regulamento Geral tia Lei de Mediação Imobiliária propõe que a actividade seja exercida apenas por operadores autorizados.

Estes operadores, diz o projecto de lei, terão ainda a obrigação de ter um contrato de prestação de serviços com uma imobiliária, além de possuírem um seguro de responsabilidade civil.

O projecto de lei também previne que o sector imobiliário seja utilizado para o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, como forma de tornar lícito o dinheiro adquirido de forma ilícita.

Sem precisar o montante, uma fonte do Instituto Nacional de Habitação garantiu ao Novo Jornal que, devido à falta de regulamentação, o Estado tem vindo a perder dinheiro que poderia ser arrecadado no sector imobiliário com os processos de compra e venda de imóveis.

O Instituto Nacional de Habitação (INH) deixa claro que a actividade de mediação e angariação imobiliária apenas deve ser exercida por empresas que estejam licenciadas e inscritas no INH, havendo 50 operadores com essas condições a operar no mercado.

6.19 FFH altera preços no Sequele e reclama pagamento das operadoras da rede móvel

Jornal Expansão

25 De Setembro de 2020

Texto: Faustino Diogo

O Fundo de Fomento Habitacional (FFH) propôs aos beneficiários originários das habitações (os que receberam casas directamente do FFH), na centralidade do Sequele, a redução do valor da prestação mensal em quase 35%, mas esta alteração não se reflectirá no valor total da habitação. Ou seja, o preço de custo das habitações mantém-se.

Segundo a proposta da instituição que tem a responsabilidade de gerir as centralidades do País, os moradores dos apartamentos do tipo T4, que agora pagam 39 mil Kz, vão passar a apagar 25 mil Kz, o que representa uma redução de 14 mil Kz. Já os T5 vão sair dos 55 para 35 mil Kz, menos 20 mil Kz.

Esta alteração do valor a pagar pelos beneficiários é justificada com a retirada da empresa que prestava serviços de limpeza aos edifícios onde residem os beneficiários directos da instituição, na sua maioria funcionários públicos. Ou seja, os moradores actualmente pagam mais para poderem suportar os custos cobrados pela limpeza dos edifícios, que, em muitos casos, já não acontece há algum tempo.

Com a saída da empresa de limpeza, todas as despesas de manutenção dos edifícios do Fundo de Fomento Habitacional ficam sob a responsabilidade da coordenação dos referidos edifícios. As medidas do FFH estendem-se também às operadoras de telefonia móvel. O Expansão apurou que está em

curso um processo de negociação para que o valor que as operadoras pagam pelo uso de espaços nos prédios passe a ser entregue ao Fundo. Ou seja, o FFH reclama para si o valor pago pela colocação das antenas em alguns edifícios nas centralidades em Luanda com a justificação de que os prédios são propriedade sua.

Situação que está a gerar descontentamento entre as coordenações dos prédios, por discordarem da posição do FFH.

"Se o Fundo de Fomento Habitacional diz que os prédios ainda são deles, porque é que não assumem os custos com a manutenção dos elevadores dos prédios, os sistemas de água e outros custos que os moradores têm suportado ao longo destes anos?", questiona o coordenador de um dos edifícios.

Para o nosso interlocutor, o dinheiro pago pelas operadoras reforça a contribuição que os moradores fazem para assegurar e garantir os serviços dos edifícios.

"A manutenção destes prédios tem custos altos. Os moradores já se organizaram e pagam uma taxa mensal e nunca vimos ninguém do Fundo, SONIP ou Imogestin, a preocupar-se ou a pagar a reparação e manutenção dos elevadores ou dos sistemas de águas. São os moradores que acabam por pagar estes custos.

E agora o Fundo vem com essa de que os prédios não são nossos, por isso, as operadoras devem pagar a eles", contesta.

Contactado, o Fundo de Fomento Habitacional avançou que está apenas a uniformizar o prazo de pagamento para 360 prestações, a pedido dos beneficiários e que o preço final dos imóveis não se irá alterar porque já são subvencionados pelo Estado. Quanto às antenas, o FFH diz desconhecer a situação.

6.20 Legalização SOS Habitat aguarda certidão de registo há 17 anos e vê-se limitada na sua actividade cívica

Novo Jornal

25 De Setembro de 2020

Texto: António Gaspar

Os anos passam, e a situação mantém-se: a organização não-governamental SOS-Habitat continua sem o processo de legalização finalizado. A culpa, acusa o coordenador da organização, é do

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH), que, no seu entender, está a ter "uma posição política e não administrativa" ao não entregar, volvidos 17 anos da solicitação, a certidão de registo para se concluir o dossiê de legitimação da ONG.

Em declarações ao Novo Jornal, André Augusto referiu que aquela organização tem em posse, há já algum tempo, os restantes documentos de legalização, nomeadamente: a certidão de admissibilidade de, o estatuto, entre outros, mas que precisa apenas da certidão de registo para concluir com o processo.

Para o responsável da SOS-Habitat, a falta de emissão deste documento impede o encerramento de todo o processo de legalização e tem criado obstáculos ao funcionamento normal da ONG a nível do País e «fora de portas».

"Em termos legais, tínhamos apenas 30 dias, depois de ter feito o pedido em 2003, nos serviços administrativos do MJDH, para receber a certidão de registo, pelo que a solicitação foi completamente ignorada por aquela instituição do Estado. Isto, para nós, demonstra um claro sinal da falta de vontade por parte daquele organismo de Justiça em trabalhar dentro das normas legais do Estado", lamentou.

Em face da ausência da certidão de registo, disse, a título de exemplo, que a SOS-Habitat tentou filiar-se a outras organizações de defesa dos direitos humanos africanos, mas que não o conseguiu por conta deste impasse burocrático, ligado à legalização.

"Não conseguimos filiar-nos a outras organizações que também defendem os direitos humanos, particularmente no continente africano, por não termos a certidão de registo", reportou o activista cívico.

Segundo André Augusto, a sua organização já pediu, "várias vezes", uma justificação ao MJDH, mas este "nunca manifestou nenhuma intenção acerca do documento pretendido".

Questionado sobre os financiamentos, foi peremptório: "Embora a situação seja complicada, os financiadores apeiam-nos com alguma regularidade".

Até ao fecho desta edição, o NJ tentou contactar o director de Comunicação institucional e Imprensa do MJDH, António Cruz, mas sem sucesso.

A SOS-Habitat é uma organização da sociedade civil que trabalha no âmbito da defesa do direito a terra e à habitação das populações carenciadas.

6.21 «Na legalização da actividade ganha o Estado»

Novo Jornal

25 De Setembro de 2020

O especialista em Economia defende a necessidade de uma eventual legalização da actividade, por entender que a "nova profissão" poderá beneficiar o Estado.

Eduardo Manuel observa que a formalização é uma questão complexa que envolve não só aspectos legais mas também ligados à "educação financeira, empresarial e cultural".

A legalização poderá regular todas as partes envolvidas, explica o economista.

"O País poderá tirar vantagem através da tributação dos rendimentos daí resultantes. Mas, a taxa a ser tributada terá de ser discutida, de modo a não incentivar a informalidade da actividade de intermediação, esclarece.

Eduardo sublinha, igualmente, que, com isso, serão salvaguardados os direitos das pessoas envolvidas no negócio, em caso de incumprimento dos acordos, como, por exemplo, a burla.

O também consultor económico e membro fundador da Ordem dos Economistas de Angola (O.E.A.) afirma que o negócio se torna fraudulento, quando envolve transacções de bens sem conhecimento dos seus proprietários, "bens roubados, bens ilícitos, por exemplo, imóveis do Estado considerados patrimónios culturais, drogas, animais em vias de extinção, seres humanos, etc".

Questionado sobre uma possível fuga ao fisco por parte dos proprietários de imóveis, ao contratar intermediários para a venda ou arrendamento dos seus imóveis, respondeu:

"Mais uma razão para a legalização da actividade, porque, se assim não for, a fuga ao fisco dos proprietários dos imóveis poderá agravar-se", justifica.

Por fim, o especialista reiterou que os intermediários são pessoas singulares ou colectivas que celebram acordos formais ou informais com terceiros, para, em sua representação, prestar serviços, produzir e vender bens mediante o pagamento de um valor monetário acordado entre as partes.

"São formais quando estão reconhecidos sob forma de sociedades comerciais ou em nome individual, exercem a actividade mediante a celebração de

acordo formal, cujo rendimento daí resultante é declarado para fins fiscais", fez saber.

"São considerados informais quando pessoas singulares ou colectivas celebram apenas acordos verbais e cujos rendimentos daí resultantes não são declarados para fins fiscais".

No Brasil, a actividade é reconhecida desde 1962 Corretor de imóveis é o profissional encarregue de intermediar as negociações de compra, venda, locação e permuta de imóveis residenciais e comerciais. A sua missão é oferecer suporte ao cliente do início à conclusão da transacção imobiliária, acompanhando e fornecendo todos os esclarecimentos necessários. Cuida dos detalhes burocráticos e jurídicos pertinentes ao processo, sendo essencial para esse tipo de operação. No Brasil, a profissão de imóveis é reconhecida desde 1962.

6.22 Negócio de intermediação de residências ganha <terreno> em Luanda

Novo Jornal

25 De Setembro de 2020

Texto: Dulcineia Lufua

Comprar, vender ou arrendar um imóvel (casa, escritório, terreno, fazenda, armazém, entre outros) em qualquer parte do País está cada vez mais facilitado com a entrada em "cena" dos intermediários ou corretores. Este serviço, que outrora era ignorado, saiu do anonimato e avança com passos largos, ganhando novas proporções, embora de maneira informal.

No passado, os anúncios sobre arrendamento ou venda de imóveis eram feitos pelos proprietários/senhórios, através de um spot, vulgo reclame, afixado nas esquinas das várias ruas, com os seguintes dizeres: "Arrenda-se uma casa". "Vende-se um terreno", acompanhados dos contactos dos seus titulares, bem como o endereço, para a localização da residência.

Em contrapartida, actualmente, os intermediários deram uma nova dinâmica a este negócio. Os anúncios evoluíram dos papéis colados nas equinas para as redes sociais, bem como de forma presencial. Os corretores de imóveis entram em contacto com os senhores e ficam encarregues de encontrar pessoas interessadas no aluguer ou compra, de modo a ficar com as comissões ou obter pelo menos 10% da venda.

Cada negócio feito rende aos intermediários 10 a 20% do preço total do imóvel em arrendamento ou venda, proposto pelo proprietário. A percentagem vale tanto em casas, terrenos, escritórios, armazéns, escritórios, entre outros imóveis.

Muitos desses cidadãos consideram a actividade um El Dourado, pois é dela que conseguem tirar dividendos para sustentar as suas famílias.

Henriques Quenzo, de 42 anos, é intermediário há mais de 10 anos. As comissões que recebe ajudaram-no a comprar dois terrenos e a construir a casa dos seus sonhos na zona do Mukulangola, município de viana, bem como pagar propinas para os quatro filhos em idade escolar.

O negociante tem "escritório" numa lanchonete situada no bairro Golfe 1, onde o encontramos. Em entrevista exclusiva ao Novo Jornal, Henriques detalhou como funciona a jogada.

Os clientes, contou, chegam até aos intermediários em busca de soluções para o arrendamento ou compra de residências. Os corretores têm a missão de localizar a casa com as mínimas condições exigidas, que pode levar até uma semana.

"Tão logo encontramos, voltamos a contactar o requerente, mostramos todas as, moradias com as respectivas condições exigidas. Caso a pessoa se interesse, ao fazer o pagamento, tem de reservar a nossa parte da recompensa, que é de 10%", explicou. Henriques acrescenta que o proprietário também tem a missão de entregar a sua parte do acordo, que, muitas vezes, é retirada do primeiro mês da renda paga.

Para o nosso interlocutor, actualmente, os intermediários passaram a ser "peças-chave" para quem quer ter uma casa e poupar tempo.

"Já nem se vêem muitos reclames sobre compra ou venda de casas nas ruas, como antigamente. As pessoas já não se dão tanto trabalho de andar à procura de habitação, preferem deixar tudo nas nossas mãos. Hoje conhecemos e somos conhecidos por vários indivíduos", fez saber. Satisfeito, o corretor de imóvel sublinha que deixaram de ser vistos como burladores.

Quenzo, que foi instruído por um amigo já falecido, realça que a actividade o levou a conhecer quase todos os bairros de Luanda. "Andamos quilómetros e pontos à procura de casas; armazéns, entre outros imóveis, para a satisfação dos clientes. Os nossos telemóveis não param de tocar, o que não constitui chatice, mas algo vantajoso, porque, no final do dia, haverá algumas 'michas' para não faltar pão à família.

"Se trabalhar com rigor e disciplina, por dia posso levar até 100 mil Kz para casa, só das comissões", revelou.

Pintor emprestado ao negócio imobiliário

Este tipo de actividade não se limita, somente, ao negócio imobiliário. O papel de intermediário, também denominado corretor, estende-se para as outras áreas, designadamente venda de automóveis e envio de diversas mercadorias para o interior do País.

"Negociamos carros, fazendas, roupas, ou melhor, tudo quanto aparecer, desde que seja algo lícito", disse Pedro Kiote, pintor de profissão. Pedro acredita ser um negócio moderno, que tem ajudado muitos cidadãos a sobreviverem e a evitarem más práticas, uma vez que o emprego "não está fácil".

Segundo o intermediário, nos últimos meses, o negócio deixou de ser rentável face, à situação sanitária do País. Quando não há clientes, Kiote, de 49 anos, 12 dos quais dedicados ao serviço de intermediação, exerce a sua profissão de pintor de residências, "para não faltar o que comer à casa".

Já Ludiakueno Mazowa, também conhecido como João Lourenço, aconselha as pessoas a não menosprezarem o trabalho por menor que seja. "Devemos dar valor ao trabalho, por mais que pareça insignificante aos olhos dos outros. Quando comecei, as pessoas zombavam de mim, não parei e, hoje pela minha insistência, vivo bem", confidenciou o homem voltado para o negócio de venda de terrenos e casas. Sobre a especulação de preços, disse tratar-se de farsa. "Os nossos preços são razoáveis e nunca passámos dos 10%", atestou.

6.23 Imobiliária quer acabar com supostas fraudes

Jornal de Angola

29 De Setembro de 2020

Texto: Isaque Lourenço

O BPC Imobiliária está a chamar, através das páginas do Jornal de Angola, os detentores de residências ou aqueles que pagaram e não as receberam até a presente data, a fim de apresentarem os comprovativos de titularidade ou concurso às habitações do Projecto Habitacional Distrito Residencial do Camama, em Luanda.

Na nota, o Gabinete de Apoio Jurídico do BPC Imobiliária adianta existir o intuito de organizar o cadastro e justa composição de direitos e obrigações emergentes do Projecto Habitacional Distrito

Residencial do Camama, estando para tal a solicitar a todos os proprietários de imóveis, resultantes da relação jurídica das partes toda a documentação relativa à conformação da situação jurídica do imóvel e respectivo vínculo do qual decoram os direitos ou obrigações e os contactos, num prazo de 45 dias.

Na realidade, há indícios de burlas e de fraudes nos negócios de aquisição das habitações. Também desconfiasse de que alguns falsificaram títulos de pagamentos, enquanto outros sem terem realizados os respectivos pagamentos gozam do usufruto de imóveis naquele condomínio privado.

Através deste acto, a nova direcção da Imobiliária quer tentar pôr ordem nas coisas e eliminar quaisquer indícios de má-fé ou acção dolosa no projecto. As indicações apontam para candidatos sem os imóveis já pagos há mais de 10 anos.

O Gabinete Jurídico ao assinar o documento diz reservar a si o direito de findo o prazo accionar quaisquer mecanismos legais à disposição para proteger os seus interesses e dos legítimos clientes.

A BPC Imobiliária aponta como objecto social a mediação imobiliária, concretamente a compra e venda de imóveis, tomar ou dar de arrendamento prédios e administrar prédios e condomínios.

7. TERRA

7.1 Banco Yetu vai apoiar pequenos agricultores e cooperativas no Huambo

Jornal de Angola
4 De Setembro de 2020
Texto: Miguel Ângelo

As medidas de restrição sobre a importação de bens de consumo, com recurso a divisas do tesouro nacional, tida como uma forma de incentivo à produção de elevado consumo interno, dominou, igualmente o “I Fórum de Auscultação Empresarial Agrícola”, realizado, há dias, no Huambo.

Na ocasião, os agricultores e cooperativas consideram a medida de “assertiva”. Para estes, esta acaba por “devolver à esperança” para poderem acreditar que podem se dedicar mais à produção destes bens de consumo e facilmente produzidos internamente.

E, oportunamente, o Banco Yetu estendeu a mão e anunciou dispor de recursos para financiar pequenos agricultores e cooperativas de camponeses, com valores a partir de um milhão a 150 milhões de kwanzas, com taxas de juros de 7,5 por cento, com prazo de reembolso até o máximo de 9 anos e período de carência de 6 a 18 meses.

Mateus Cassinda, gerente da agência da instituição no Huambo, confirmou haver crédito para financiar o sector real da economia. Mas, para aprovação dos créditos, deve-se apresentar projectos bem estruturados e que estão interligados com as garantias”, acentuou.

O bancário avança que o projecto não demanda valores avultados. “Pretendemos, de certa maneira, aliviar as dificuldades desses agricultores e cooperativas”, mas, alertou, que, mesmo a esse nível de empréstimo, precisa-se de cautelas, sobretudo, quando o solicitador possui a terra e não dispõe de nenhum documento que lhe confere legitimidade, no caso o direito de superfície.

“O nosso banco está a aceitar, nestes casos, declarações provisórias, passadas pelo Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA). Esse documento, incluindo o estudo de viabilidade, é peça fulcral para o processo ser submetido a Conselho de Crédito. Estando reunido essas condições, o banco só tem duas alternativas: avançar ou recusar o crédito”, evocou.

Títulos

Um dos responsáveis do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, na ocasião, garantiu que um trabalho aturado está a ser desenvolvido para se ultrapassar a burocracia e morosidade na emissão dos Títulos de Terra.

Mateus Cassinda, fixando-se nesta garantia do IGCA, disse que o banco está aberto a financiar os projectos e analisar todas as iniciativas. Produtores, cooperativas e associações empresariais para o relançamento dos projectos agro-pecuários no Huambo”, apontou.

7.2 Demolidas dezenas de casas na urbanização Vila Cativa

Jornal de Angola
6 De Setembro 2020
Texto: Edvaldo Lemos

Mais de 20 casas foram demolidas, na sexta-feira, nos arredores da urbanização Vila Cativa, Distrito Urbano do Sequele, município de Cacuaco, em Luanda, por fiscais afectos à Administração local, constatou o Jornal de Angola.

Os moradores afectados pelas demolições disseram ao Jornal de Angola terem adquirido os terrenos junto de comissões de moradores, legalmente constituída pela Administração do Distrito Urbano de Sequele, tendo essa entidade acompanhado o crescimento da zona.

O administrador municipal de Cacuaco, Auxílio Jacob, disse, ao Jornal de Angola, ter orientado as demolições das casas, por se tratar de invasores de terrenos, que ergueram as mesmas sem o conhecimento da Administração e realizado obras à noite, para que não fossem apanhadas pela Fiscalização.

“A Administração teve que colocar ordem, por se tratar de invasores de terrenos. Ninguém tem competência para vender terrenos, sem o consentimento da Administração Municipal”, disse peremptório o responsável.

Auxílio Jacob apelou aos cidadãos interessados em adquirir parcelas de terra para a auto-construção dirigida em zonas sob sua jurisdição, para contactarem a Administração de Cacuaco para os devidos efeitos, legalização e orientação técnica.

José Carlos, morador do bairro, lamentou a forma como foram demolidas as casas, alegando ter acontecido “sem aviso prévio, sem um

esclarecimento da acção administrativa levada a cabo pelos fiscais da Administração Municipal de Cacuoaco”.

O responsável de uma comissão de moradores, que pediu anonimato, informou que as sete comissões de moradores reuniram-se, na quarta-feira, com a Administração do Sequele e a demolição não foi abordada.

A urbanização Vila Cativa é um bairro antigo e faz parte da circunscrição do município de Cacuoaco, localizada próximo do quartel da 101ª Brigada de Tanques das Forças Armadas Angolanas (FAA), arredores da comuna da Funda, habitada por várias centenas de pessoas.

7.3 Delimitação administrativa

Jornal de Angola

7 De Setembro de 2020

Texto: Ana Paulo

Em busca de informação sobre a quem recai a gestão da “Centralidade do Zango 5”, situação que tem dificultado a resolução de vários problemas vividos pelos moradores, o Jornal de Angola contactou a administração municipal de Viana para possíveis esclarecimentos.

O administrador municipal adjunto para a Área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários do município de Viana, Bernabé Raimundo, esclareceu que tendo em conta a actual Divisão Político-Administrativa de Luanda, a centralidade do Zango 5 pertence ao município de Icolo e Bengo, mas, não obstante este facto, realçou que, tendo em conta a proximidade que tem com o município de Viana, e tendo em conta a proposta da alteração da nova Divisão Político-Administrativa para corrigir algumas distorções, o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado tem quase terminada a alteração de passagem da gestão da centralidade para o município de Viana, isto de forma a repor a fronteira que existia no passado.

Em função desta estratégia, para Bernabé Raimundo, como o processo deve obedecer a pressupostos legais, passando pela Assembleia Nacional e pela Presidência da República para a devida promulgação, até ser aprovado, acrescentou, e como a população já reside no seu interior, antecipadamente, deram a responsabilidade à administração municipal de Viana para constituir uma equipa responsável pelo acompanhamento da centralidade, enquanto decorre o processo legal.

Bernabé Raimundo disse ainda que há procedimentos que, em termos legais, a administração de Viana não pode decidir, mas que, por orientação superior, tem cumprido com algumas acções. “A administração pública rege-se pelo princípio da legalidade, e quando não tem base legal os processos são nulos”, sublinhou o representante municipal adjunto para a Área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários de Viana. “O administrador municipal de Viana, para assinar um direito de superfície ou uma licença, tem que ser com base na Lei, e, neste caso, se não estiver plasmado na Lei que a área da “Centralidade do Zango 5” lhe pertence, dificilmente fará sair ou assinar a documentação” – exemplificou.

Bernabé Raimundo destacou que esta situação tem provocado também constrangimentos em relação à recolha dos resíduos sólidos no interior da centralidade, sendo que, acrescentou, a empresa que recolhe o lixo no município de Viana tem limite de divisão política (territorial) do município, o que faz com que não chegue até ao interior da centralidade.

Bernabé Raimundo garantiu que, enquanto aguardam pela decisão definitiva das instâncias superiores, a administração municipal tem respondido pela centralidade, não por pertencer a Viana, mas sim, em termos daquilo que é a delimitação político-administrativa, ultrapassando a actual situação de uma forma ad hoc. “Recebemos esta responsabilidade de o fazer, até sair a norma que passe definitivamente a gestão para o município de Viana, daí que vamos continuar a trabalhar interagindo com a administração do município de Icolo e Bengo, que nos deu a legitimidade, por orientação do Governo Provincial”, garantiu.

7.4 Serviço de Protecção Civil prepara reassentamento

Jornal de Angola

9 De Setembro de 2020

Texto: Flávia Massua

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), numa acção conjunta com a Administração Municipal de Saurimo, está a concluir o loteamento de uma parcela de terreno equivalente a 74 campos de futebol nas localidades de Luar e Muangueji, para o reassentamento de 130 famílias que vivem em zonas afectadas por ravinas no bairro Mulombe, arredores da cidade de Saurimo.

Segundo o chefe do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do SPCB, Victorino Wangunua, os trabalhos, que decorrem a bom ritmo, visam a construção de moradias, através de um

programa de autoconstrução dirigida. “Com base no levantamento realizado em diferentes zonas de risco, concluiu-se que cerca de 14 mil famílias na capital da província têm de ser reassentadas”, realçou Victorino Wangunua.

O administrador municipal adjunto para área Técnica e Infra-Estruturas, Wilson Txipema, informou que o processo de distribuição de lotes às populações que vivem em zonas de risco teve início em 2018 e já beneficiou mais de duas mil famílias no município de Saurimo.

Wilson Txipema acusa alguns responsáveis ligados às autoridades tradicionais de agitarem populares que vivem em zonas de risco para não abandonarem estas localidades, por objectivos inconfessos. O coordenador do bairro Mulombe, Francisco Icule, está preocupado com a chegada das chuvas, porque a ravina na localidade, que tem 800 metros de comprimento, 40 de profundidade e 20 de largura, poderá causar grandes estragos às infra-estruturas adjacentes.

7.5 Terreno para refinaria está livre de minas

Jornal de Angola

12 De Setembro de 2020

Texto: Agostinho Narvise

O terreno onde vai ser construído a Refinaria de Cabinda está livre de minas, depois de a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, ter entregue, quinta-feira, à Sonangol, o certificado de garantia e controlo de qualidade do trabalho de desminagem da área.

A área onde vai ser edificado o projecto de construção da Refinaria, é de cerca de 315 hectares e nela foram detectadas e removidas três minas anti-pessoal, oito explosivos não detonados e sete munições.

A ministra Faustina Alves afirmou que o processo de desminagem constitui "grande desafio do Executivo, que tudo faz para ver o país livre de minas e de outros explosivos não detonados".

O presidente do Conselho da Administração da Sonangol, Sebastião Pai Querido, disse que a entrega do certificado de garantia e controlo de qualidade do trabalho de desminagem da área, onde vai ser construída a Refinaria de Cabinda, constitui uma das etapas mais importantes para o início das obras do projecto. "Hoje recebemos aquilo que vai marcar uma das etapas mais importantes do projecto, que é o

terreno onde vai ser construída a Refinaria de Cabinda, que terá capacidade para refinar 30 mil barris de petróleo por dia", sublinhou.

Para o PCA da Sonangol, a construção da refinaria visa, por um lado, desenvolver, ainda mais, a província de Cabinda e, por outro, melhorar a qualidade de vida dos habitantes, uma vez que vai criar dois mil postos de trabalhos directos.

Pai Querido disse que, apesar do ligeiro atraso que se verifica no arranque das obras, a Sonangol e parceiros estão engajados para que, até o primeiro trimestre de 2022, seja concluída a primeira fase da refinaria e entre em funcionamento.

Desminagem no país

Dezasseis anos depois da paz definitiva, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, fez um balanço positivo sobre o processo de desminagem no país. Faustina Alves informou que o processo permitiu a desactivação e destruição de 453.267 minas anti-pessoal, 26.842 anti-tanque, 6.101.788 engenhos explosivos não detonados, 3.079.395 quilos de material letal e 15.247.887 de metais recolhidos.

A também coordenadora da Comissão Executiva de Desminagem disse terem sido, igualmente, desminados vários quilómetros de linha férrea e de transporte de energia eléctrica de alta e média tensão, de extensões de fibra óptica, condutas de água, canais de irrigação e milhões de metros quadrados de terras para vários fins, com destaque para agricultura.

O processo de desminagem, disse, tem permitido o regresso do país à normalidade e o reassentamento de mais de cinco milhões de angolanos.

7.6 Lotes para construção vão ser distribuídos

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2020

Texto Andre Brandão

Habitantes de Ndalatando, provinda do Cuanza-Norte, vão receber, a partir da próxima semana, terrenos para a construção dirigida, no Projecto Habitacional Quilómetro 11, garantiu o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Mendonça Luís.

O governante revelou que todo o cidadão residente na capital do Cuanza-Norte pode se candidatar para a aquisição de terreno sem qualquer custo, sublinhado que os residentes em zonas de risco, concretamente

áreas montanhosas, nas linhas de água, margens de rios, e entre outros lugares perigosos para a habitabilidade, terão prioridade.

Segundo Mendonça Luís, o espaço foi preparado para albergar mais de três mil residências, três creches, igrejas, unidade do Corpo de Bombeiros' esquadra policial, campo de futebol restaurantes e estabelecimentos comerciais.

No local, fez saber ainda, está em construção uma escola com 12 salas aula e igual número de residências que vão servir de modelo. Vai ter 25 postes de iluminação conectados à rede pública e furos artesianos para abastecimento de água aos habitantes.

O vice-governador adiantou que as cerca de 50 casas de adobe existentes à entrada do projecto na Estrada Nacional 230, serão demolidas e os moradores vão ser realojados em locais ou incorporados no referido projecto. "As deslocações para o centro da cidade estarão asseguradas por três autocarros que terão horários pré-estabelecidos", garantiu, acrescentado que uma fábrica de blocos, que funciona próximo do local, vai comercializar materiais a preços "mais baixos em relação ao mercado".

7.7 Mais de 50% de fazendas cedidas estão inoperantes na Caála

Jornal de Angola
15 De Setembro de 2020

Setenta e sete das 138 fazendas registadas pelas autoridades do município da Caála, na província do Huambo, encontram-se inoperantes há vários anos, sobretudo por falta de capacidade financeira dos proprietários para o desenvolvimento da actividade agrícola.

Os dados foram tornados públicos ontem pelo chefe de secção da Agricultura da Administração do município, Avelino Alfredo, quando entrevistado pela Angop. Avelino Alfredo referiu que "a paralisação da maior parte das fazendas está relacionada com a falta de capacidade financeira dos proprietários e com dificuldades de obtenção de créditos para projectos agrícolas".

Na Caála, designada no passado a "Rainha do Milho", existem fazendas com um ciclo de paralisação produtiva variável, entre dois a três anos, por falta de condições apropriadas para se levar a cabo o trabalho. Sem mostrar a média anual de produção das 61 fazendas em pleno funcionamento, disse que os seus proprietários estão concentrados na

produção de cereais, leguminosas, hortícolas diversas, flores, frutas, raízes e tubérculos, que têm vindo a contribuir no desenvolvimento socioeconómico da Caála.

Esses fazendeiros contribuem, igualmente, para estimular a actividade comercial na região, situada a 23 quilómetros a Oeste da cidade do Huambo. O município da Caála possui uma extensão territorial de 3.680 quilómetros quadrados e cerca de 373 mil habitantes, subdivididos pelas comunas sede, Catata, Cuima e Calenga.

7.8 Ocupação de terrenos com os dias contados

Jornal de Angola
15 De Setembro de 2020

Cidadãos que ocupam ilegalmente terrenos nas imediações da Centralidade do Kilamba, em Luanda, estão a ser desencorajados pela Empresa Gestora de Terrenos Infraestruturados (EGTI), que aconselha os interessados a cumprir com todas as normas estipuladas.

Segunda uma nota de imprensa da EGTI, ontem realizou-se mais uma campanha de sensibilização com o objectivo de combater a ocupação ilegal de terrenos.

"Muitos cidadãos, por via da criação de lavras, violam os espaços sob jurisdição da EGTI, pondo em risco o figurino da cidade e o seu desenvolvimento", lê-se na mensagem.

A EGTI garante que estão a ser criadas todas as condições para combater a ocupação ilegal de terrenos, que decorre de forma acentuada. Apesar de estarem identificadas as causas e motivações dos conflitos de correntes da ocupação ilegal, acrescenta a nota, impõe-se definir um conjunto de medidas concretas, que visam combater este mal.

7.9 Enxotados pela madrugada

Jornal de Angola
17 De Setembro de 2020

Foram todos expulsos do Capari. Na madrugada do dia 2 de Setembro, aconteceu o inesperado. Ouviam-se choros e cânticos religiosos, centenas de cidadãos invadiram as ruas da centralidade. O barulho acordou os habitantes. Ninguém mais dormiu naquela urbe. As Forças da Ordem, Defesa e Segurança entraram no bloco 8, com todos os meios possíveis, e mandaram todos para fora.

O Governo do Bengo mobilizou três camiões. Transportaram tudo. “Os cidadãos foram desobedientes. A PGR notificou-os, mas apesar disso não queriam abandonar as residências, nem mesmo depois da decisão tomada pelo Tribunal”, disse, ao *Jornal de Angola*, o director do Gabinete Provincial de Infra-estruturas e Serviços Técnicos.

Mafuana Simão Pedro disse que não há negociações possíveis, com cidadãos que cometam crimes dessa natureza, tendo lembrado que a aquisição de moradias depende da realização de um sorteio aberto ao público.

“Não vão ser injustiçadas as pessoas sorteadas, em benefício de outras que ocupam os apartamentos de forma ilegal. Se os invasores forem legalizados, outras centralidades serão ocupadas, porque as pessoas sabem que esta é a forma mais fácil de conseguir habitação”, analisou. inúmeras dificuldades para sair de casa. No Capari também não há edifícios para os serviços de bombeiros, nem estruturas de apoio aos transportes intermunicipais e interurbanos.

Em Novembro de 2019, o Governo Central, através do então Ministério da Construção e Obras Públicas, entregou ao Governo da Província do Bengo dois edifícios, com oito apartamentos cada, para o funcionamento de um posto policial e um centro de saúde, na centralidade.

“Até agora nem água vai, nem água vem. Está tudo parado. É muito complicado viver sem esses serviços”, disse o presidente da Comissão de Moradores da Centralidade do Capari, Luís António Mateus, acrescentando: “já escrevemos muito para o Governo do Bengo e para a Administração do Dande. E até agora nunca obtivemos resposta”.

A coordenadora da Administração da Centralidade do Capari, Maria Gomes Luís, disse que os serviços de policiamento já funcionam de forma efectiva no local. “O comando local da polícia está a funcionar no bloco 5, prédio 126, e com isso as acções de patrulhamento melhoraram significativamente.

A população está mais tranquila”, disse. Maria Gomes Luís avança que a coordenação da centralidade trabalha em colaboração com a Administração Municipal do Dande, para a implementação, num curto espaço de tempo, de vários serviços sociais, como escolas e unidades de saúde.

7.10 Foram todos expulsos do Capari

Jornal de Angola

17 De Setembro de 2020

Texto: José Bule

Do lado de fora do bloco 8, na centralidade do Capari, Elisa Afonso, 42 anos, e outras dezenas de pessoas que ali viviam na condição de ilegais, movimentavam-se de um lado para o outro. Estavam impacientes, desesperadas. Falavam em voz alta. Rogavam pragas, ofendiam. Discutiam pelos seus direitos? Claramente que não! Efectivos da polícia, em serviço, não davam tréguas. Ninguém podia entrar nem sair do local.

“Mas tive mesmo de sair. Fui ao hospital, onde me aplicaram dois soros, e depois fui à farmácia comprar remédios. Desobedeci a ordem dada pelos polícias, porque a minha saúde está acima de tudo. Agora, não me querem deixar entrar”, disse a mulher, que reconhece ser uma atitude condenável a forma como ocupou o apartamento durante cerca de cinco meses, naquela zona da centralidade.

Antes disso Elisa, mãe de quatro filhos, vivia numa casa arrendada na Nova Urbanização, no município de Cacuaco, em Luanda. Revela que chegou ao Capari por intermédio de uma amiga, que vive no bloco 10. “Ela me disse que o bloco 8 estava a ser ocupado por gente que saía de vários pontos de Luanda e do Bengo, também. Estou consciente que cometi um crime, mas só fiz isso porque as residências estavam abandonadas há mais de 13 anos”, justifica Elisa, que trabalha numa empresa privada de prestação de serviços.

A jovem tinha todos os seus haveres arrumados no ático. Oficiais de justiça do Tribunal Provincial do Bengo encerraram o apartamento em que vivia. Por esse motivo, enviou os filhos à capital do país. Estão sob o cuidado de uma irmã.

“Mas as minhas coisas estão lá dentro. Não sei onde levar, por isso peço que me cadastrem para pagar a casa no sistema de renda resolúvel”, disse a ocupante ilegal, que não obteve êxito nos sorteios em que participou, para a aquisição de residência nas centralidades do Zango 5, Capari e Sequele.

Outra ocupante ilegal tem 30 anos e estava muito próximo do portão de acesso ao bloco 8. Nádia Laurindo aguardava por uma oportunidade para entrar. Conta que descobriu a forma mais fácil de se instalar num dos apartamentos do Capari no dia em que resolveu visitar, pela primeira vez, a irmã, que acabava de transferir-se de um dos bairros do município de Cacuaco para a centralidade.

Cansada de ser expulsa pelos senhorios, sempre que atrasasse com o pagamento das rendas, com o apoio e ajuda do marido ganhou coragem, arrumou as “bicuatas” e foi invadir a residência, onde viveu cerca de dois meses e meio.

Nádia pensou que essa seria a melhor forma de obrigar o Estado a cadastrá-la, para pagar o imóvel no sistema de renda resolúvel, em kwanzas, no valor de 20.899,31. “Morei aqui, com o marido e dois filhos, e agora não sabemos para onde ir. Espero que o Governo tenha compaixão por nós e permita que continuemos aqui na condição de inquilinos do Estado”, apelou a invasora, cujo marido trabalha em Viana, província de Luanda, numa empresa de construção civil. “O que ganha serve para pagar rendas ao Estado”, declara.

Havia uma mulher inconformada com o longo tempo de espera. De 38 anos, Manuela Silva viveu cinco meses de borla numa das residências daquela zona habitacional. A professora, que lecciona numa escola localizada na Barra do

Dande, no período nocturno, estava furiosa. Não queria abandonar a centralidade.

“Sou professora. Ganho mais de 200 mil kwanzas. Estou em condições de pagar um apartamento. As minhas coisas estão todas expostas ao relento. Isso não é justo. Eu mereço uma oportunidade. Já não quero mais regressar a casa dos meus pais”, disse a antiga moradora de Viana, que na fase de inscrições chegou a dormir duas noites no Capari, mas não teve sorte, infelizmente.

Na opinião da professora Manuela, quem está em condições de pagar uma residência no sistema de renda resolúvel, deve ser legalizado. “A vida não está nada fácil. Estou desde 2011 a lutar para ter a minha própria casa”, explica.

Na sequência de rumores de que o Fundo de Fomento Habitacional, em parceria com a Imogestin, efectuará o cadastramento dos ocupantes ilegais da centralidade do Capari, para efeitos de legalização dos mesmos, há cerca de três meses, 150 residências do tipo T3, desocupadas há mais de sete anos, foram, literalmente, invadidas.

No local, o Jornal de Angola apurou que a maioria dos invasores é reincidente, e há dois meses foram obrigados a abandonar os apartamentos do bloco 8. Segundo uma fonte deste órgão de informação, entre os ocupantes estavam, também, alguns moradores dos blocos 6, 9 e 10, que viviam na urbe na condição de inquilinos.

Na sequência de rumores de que o Fundo de Fomento Habitacional, em parceria com a Imogestin, efectuará o cadastramento dos ocupantes ilegais da centralidade do Capari, para efeitos de legalização dos mesmos, há cerca de três meses, 150 residências do tipo T3, desocupadas há mais de sete anos, foram, literalmente, invadidas

7.11 Vítimas das chuvas beneficiam de apoio

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2020

Pelo menos 265 famílias vítimas das chuvas começaram, segunda - feira, a receber lotes de terreno para a autoconstrução dirigida, na localidade do Quilómetro Onze (Km 11), município do Cazengo, província do Cuanza-Norte, no âmbito do projecto do Governo Provincial de melhoria das condições de habitabilidade dos municípios.

A cerimónia formal de entrega dos primeiros títulos de concessão de espaços foi orientada pelo governador do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, segundo a Angop.

Os beneficiários são pessoas que viram as suas residências destruídas em Ndalatando, capital da província, em consequência das chuvas que assolaram a circunscrição em Abril último.

A zona de loteamento do "Krn 11" compreende uma área de 262,32 hectares, para mais de três mil lotes, 500 dos quais já parcelados, para a construção de casas do tipo T2, T3eT4.

No local, serão preparados, inicialmente, 2.940 lotes, sendo 860 na primeira fase, 1.100 na segunda e 980 na terceira fase.

O espaço será também aproveitado para o reassentamento de famílias que construíram em zonas de risco, como encostas de montanhas, leitos de rios, cursos de água, assim como cidadãos interessados em adquirir espaços para a construção de moradias ou de estabelecimentos comerciais.

Cada família vai receber uma parcela de 12,5 por 15 metros, ao custo de 140.370 kwanzas, a serem liquidados num prazo de 18 meses (cerca de oito mil kwanza/mês).

Além do contrato-promessa, os beneficiários são contemplados, no acto de entrega, com a declaração de posse do terreno, licença de construção, croquis de localização e planta de construção da casa - modelo, que foi erguida no local.

O loteamento do "Krn 11" conta já com água potável, fornecida por um furo artesiano instalado no local, energia eléctrica da rede pública e arrumamentos.

Estão ainda projectados para o local a construção de outros equipamentos sociais, como posto policial, escola primária, infantário, igreja, posto de saúde, bombeiros, área comercial e estruturas de recreação e desportivas. O bairro vai beneficiar de uma conduta de abastecimento de água, derivada da nova estação de captação de Ndalatando, que será construída no rio Lucala.

Outras 12 casas-modelo de diferentes tipologias estão em construção no novo bairro, o primeiro projecto urbanístico do género na província do Cuanza-Norte, desde a proclamação da Independência Nacional, a 11 de Novembro de 1975.

Na ocasião, o governador do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, disse que a idealização daquele projecto de reassentamento está focada na perspectiva de criação de uma nova dinâmica no domínio da melhoria das condições habitacionais da população.

Pretende-se, igualmente, com o projecto do Governo Provincial, promover um modelo de auto construção dirigida de habitações condignas em zonas urbanizadas e desencorajar as construções em áreas de risco.

O governador disse que, a par desses projectos, o Governo do Cuanza-Norte pretende, também, fomentar no local a agricultura, através da criação de cooperativas agrícolas, num loteamento agrário, onde estão a ser preparados mais de 75 hectares de terras para o cultivo, a serem entregues a 150 beneficiários, numa primeira fase.

Cada beneficiários vai receber meio hectare para actividade agrícola. Adriano Mendes de Carvalho referiu que a ideia integrar no processo produtivo os futuros moradores do bairro, incentivando-os a fazerem parte a cooperativa agrícola.

As chuvas de Abril deste ano provocaram em Ndalatando, segundo o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, a destruição de 265 casas e a inundaçao de 1.515, desalojando 1.778 famílias, devido ao transbordo dos rios Muembeji e Catenda.

No total, 8.902 pessoas foram afectadas. As zonas mais afectadas foram os bairros Ilha, Sambizanga, Quibuangoma. Posse e Camundai.

7.12 Esta em carteira lei que visa disciplinar intermediação

Novo Jornal

25 De Setembro de 2020

O Estado está a preparar um diploma legal que vai regular as actividades de intermediação imobiliária.

O projecto de lei, ainda em estudo, oferece várias vantagens, porquanto vai definir os requisitos para constituir uma sociedade imobiliária, estabelecer um órgão regulador ou licenciador desta actividade e prever a natureza jurídica dos angariadores imobiliários.

Segundo o Jornal de Angola, o Projecto de Regulamento Geral tia Lei de Mediação Imobiliária propõe que a actividade seja exercida apenas por operadores autorizados.

Estes operadores, diz o projecto de lei, terão ainda a obrigação de ter um contrato de prestação de serviços com uma imobiliária, além de possuírem um seguro de responsabilidade civil.

O projecto de lei também previne que o sector imobiliário seja utilizado para o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, como forma de tornar lícito o dinheiro adquirido de forma ilícita.

Sem precisar o montante, uma fonte do Instituto Nacional de Habitação garantiu ao Novo Jornal que, devido à falta de regulamentação, o Estado tem vindo a perder dinheiro que poderia ser arrecadado no sector imobiliário com os processos de compra e venda de imóveis.

O Instituto Nacional de Habitação (INH) deixa claro que a actividade de mediação e angariação imobiliária apenas deve ser exercida por empresas que estejam licenciadas e inscritas no INH, havendo 50 operadores com essas condições a operar no mercado.

7.13 «Na legalização da actividade ganha o Estado»

Novo Jornal

25 De Setembro de 2020

O especialista em Economia defende a necessidade de uma eventual legalização da actividade, por entender que a "nova profissão" poderá beneficiar o Estado.

Eduardo Manuel observa que a formalização é uma questão complexa que envolve não só aspectos legais mas também ligados à "educação financeira, empresarial e cultural".

A legalização poderá regular todas as partes envolvidas, explica o economista.

"O País poderá tirar vantagem através da tributação dos rendimentos daí resultantes. Mas, a taxa a ser tributada terá de ser discutida, de modo a não incentivar a informalidade da actividade de intermediação, esclarece.

Eduardo sublinha, igualmente, que, com isso, serão salvaguardados os direitos das pessoas envolvidas no negócio, em caso de incumprimento dos acordos, como, por exemplo, a burla.

O também consultor económico e membro fundador da Ordem dos Economistas de Angola (O.E.A.) afirma que o negócio se torna fraudulento, quando envolve transacções de bens sem conhecimento dos seus proprietários, "bens roubados, bens ilícitos, por exemplo, imóveis do Estado considerados patrimónios culturais, drogas, animais em vias de extinção, seres humanos, etc".

Questionado sobre uma possível fuga ao fisco por parte dos proprietários de imóveis, ao contratar intermediários para a venda ou arrendamento dos seus imóveis, respondeu:

"Mais uma razão para a legalização da actividade, porque, se assim não for, a fuga ao fisco dos proprietários dos imóveis poderá agravar-se", justifica.

Por fim, o especialista reiterou que os intermediários são pessoas singulares ou colectivas que celebram acordos formais ou informais com terceiros, para, em sua representação, prestar serviços, produzir e vender bens mediante o pagamento de um valor monetário acordado entre as partes.

"São formais quando estão reconhecidos sob forma de sociedades comerciais ou em nome individual, exercem a actividade mediante a celebração de

acordo formal, cujo rendimento daí resultante é declarado para fins fiscais", fez saber.

"São considerados informais quando pessoas singulares ou colectivas celebram apenas acordos verbais e cujos rendimentos daí resultantes não. são declarados para fins fiscais".

No Brasil, a actividade é reconhecida desde 1962 Corretor de imóveis é o profissional encarregue de intermediar as negociações de compra, venda, locação e permuta de imóveis residenciais e comerciais. A sua missão é oferecer suporte ao cliente do início à conclusão da transacção imobiliária, acompanhando e fornecendo todos os esclarecimentos necessários. Cuida dos detalhes burocráticos e jurídicos pertinentes ao processo, sendo essencial para esse tipo de operação. No Brasil, a profissão de imóveis é reconhecida desde 1962.

7.14 Negócio de intermediação de residências ganha <terreno> em Luanda

Novo Jornal

25 De Setembro de 2020

Texto: Dulcineia Lufua

Comprar, vender ou arrendar um imóvel (casa, escritório, terreno, fazenda, armazém, entre outros) em qualquer parte do País está cada vez mais facilitado com a entrada em "cena" dos intermediários ou corretores. Este serviço, que outrora era ignorado, saiu do anonimato e avança com passos largos, ganhando novas proporções, embora de maneira informal.

No passado, os anúncios sobre arrendamento ou venda de imóveis eram feitos pelos proprietários/senhórios, através de um spot, vulgo reclame, afixado nas esquinas das várias ruas, com os seguintes dizeres: "Arrenda-se uma casa". "Vende-se um terreno", acompanhados dos contactos dos seus titulares, bem como o endereço, para a localização da residência.

Em contrapartida, actualmente, os intermediários deram uma nova dinâmica a este negócio. Os anúncios evoluíram dos papéis colados nas equinas para as redes sociais, bem como de forma presencial. Os corretores de imóveis entram em contacto com os senhores e ficam encarregues de encontrar pessoas interessadas no aluguer ou compra, de modo a ficar com as comissões ou obter pelo menos 10% da venda.

Cada negócio feito rende aos intermediários 10 a 20% do preço total do imóvel em arrendamento ou venda, proposto pelo proprietário. A percentagem vale tanto em casas, terrenos, escritórios, armazéns, escritórios, entre outros imóveis.

Muitos desses cidadãos consideram a actividade um El Dourado, pois é dela que conseguem tirar dividendos para sustentar as suas famílias.

Henriques Quenzo, de 42 anos, é intermediário há mais de 10 anos. As comissões que recebe ajudaram-no a comprar dois terrenos e a construir a casa dos seus sonhos na zona do Mukulangola, município de viana, bem como pagar propinas para os quatro filhos em idade escolar.

O negociante tem "escritório" numa lanchonete situada no bairro Golfe 1, onde o encontramos. Em entrevista exclusiva ao Novo Jornal, Henriques detalhou como funciona a jogada.

Os clientes, contou, chegam até aos intermediários em busca de soluções para o arrendamento ou compra de residências. Os corretores têm a missão de localizar a casa com as mínimas condições exigidas, que pode levar até uma semana.

"Tão logo encontramos, voltamos a contactar o requerente, mostramos todas as, moradias com as respectivas condições exigidas. Caso a pessoa se interesse, ao fazer o pagamento, tem de reservar a nossa parte da recompensa, que é de 10%", explicou. Henriques acrescenta que o proprietário também tem a missão de entregar a sua parte do acordo, que, muitas vezes, é retirada do primeiro mês da renda paga.

Para o nosso interlocutor, actualmente, os intermediários passaram a ser "peças-chave" para quem quer ter uma casa e poupar tempo.

"Já nem se vêem muitos reclames sobre compra ou venda de casas nas ruas, como antigamente. As pessoas já não se dão tanto trabalho de andar à procura de habitação, preferem deixar tudo nas nossas mãos. Hoje conhecemos e somos conhecidos por vários indivíduos", fez saber. Satisfeito, o corretor de imóvel sublinha que deixaram de ser vistos como burladores.

Quenzo, que foi instruído por um amigo já falecido, realça que a actividade o levou a conhecer quase todos os bairros de Luanda. "Andamos quilómetros e pontos à procura de casas; armazéns, entre outros imóveis, para a satisfação dos clientes. Os nossos telemóveis não param de tocar, o que não constitui chatice, mas algo vantajoso, porque, no final do dia, haverá algumas 'michas' para não faltar pão à família. "Se trabalhar com rigor e disciplina, por dia posso levar até 100 mil Kz para casa, só das comissões", revelou.

Pintor emprestado ao negócio imobiliário

Este tipo de actividade não se limita, somente, ao negócio imobiliário. O papel de intermediário, também denominado corretor, estende-se para as outras áreas, designadamente venda de automóveis e envio de diversas mercadorias para o interior do País.

"Negociamos carros, fazendas, roupas, ou melhor, tudo quanto aparecer, desde que seja algo lícito", disse Pedro Kiotte, pintor de profissão. Pedro acredita ser um negócio moderno, que tem ajudado muitos cidadãos a sobreviverem e a evitarem más práticas, uma vez que o emprego "não está fácil".

Segundo o intermediário, nos últimos meses, o negócio deixou de ser rentável face, à situação sanitária do País. Quando não há clientes, Kiotte, de 49 anos, 12 dos quais dedicados ao serviço de intermediação, exerce a sua profissão de pintor de residências, "para não faltar o que comer à casa".

Já Ludiakueno Mazowa, também conhecido como João Lourenço, aconselha as pessoas a não menosprezarem o trabalho por menor que seja. "Devemos dar valor ao trabalho, por mais que pareça insignificante aos olhos dos outros. Quando comecei, as pessoas zombavam de mim, não parei e, hoje pela minha insistência, vivo bem", confidenciou o homem voltado para o negócio de venda de terrenos e casas. Sobre a especulação de preços, disse tratar-se de farsa. "Os nossos preços são razoáveis e nunca passámos dos 10%", atestou.

7.15 Terrenos infra-estruturados comercializados em Novembro

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2020

Texto: Arcângela Rodrigues

Os terrenos infra-estruturados existentes a nível das centralidades do Lobito, Luhongo (Catumbela) e Baía-Farta, na província de Benguela, começam a ser vendidos à população a partir do próximo mês de Novembro, deu a conhecer o presidente do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos.

Pedro Cristóvão, que iniciou, ontem, uma visita à província de Benguela, com o objectivo de avaliar o estado dos terrenos sob a gestão da instituição que dirige, informou que todo e qualquer cidadão pode concorrer na compra de um terreno, desde que tenha capacidade para investir.

O responsável da EGTIEP disse que a nível da província de Benguela vai ser instalada uma área regional para atender todos os candidatos ou interessados.

Quanto ao modelo de aquisição, o interlocutor fez saber que serão aprovados e adequados a cada centralidade devido às especificidades, sendo que a tipologia de construção terá de acompanhar o padrão das mesmas.

De acordo com Pedro Cristóvão, está a ser feito um levantamento para se apurar o número de lotes de terrenos disponíveis em cada uma das localidades e na devida altura serão anunciados todos os requisitos necessários para a sua obtenção.

Os preços dos lotes de terrenos a disponibilizar, esclareceu Pedro Cristóvão, variam mediante à tipologia da centralidade, e neles podem ser implementadas instalações para o comércio, lazer, serviços de saúde, educação e outros.

Pedro Cristóvão revelou que alguns terrenos em algumas regiões do país foram ocupados ilegalmente por invasores, estando a ser traçado um plano para pôr fim a esta situação que passa pela retirada dos intrusos ou a integração adequada ao modelo da urbanização, com vista ao desenvolvimento e expansão da cidade.

O PCA da EGTI-EP realçou que cresce o número de moradores nas diferentes centralidades em Benguela e estes sentem a falta de serviços de proximidade, razão pela qual é necessário a criação de vários equipamentos sociais para uma melhor qualidade de vida das pessoas. O responsável esteve na, segunda-feira, na província do Cuanza-Sul.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Desmantelada rede de garimpo de água

Jornal de Angola
2 De Setembro de 2020

Um grupo de cidadãos que se dedicava ao garimpo de água potável na conduta da EPAL, na localidade do Musseque Kicoca, na província do Bengo, foi desmantelado, no fim-de-semana, informou, ontem, à Angop, a Polícia Nacional.

A operação resultou na detenção de seis elementos, acusados de crime de destruição de bens públicos. O grupo dedicava-se, também, à comercialização de água, bem como efectuava ligações ilegais em residências, na localidade do Musseque Kicoca. O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, inspector-chefe Paulo Miranda de Sousa, disse estarem em curso diligências para a detenção de outros promotores desta acção.

Apelou à população a denunciar actos do género, de forma a desencorajar o garimpo de água.

Parteiras tradicionais actualizam técnicas

Trinta e quatro parteiras tradicionais da comuna de Kicabo, município do Dande, na província do Bengo, actualizaram as técnicas de trabalho, visando a melhoria do atendimento às parturientes na comunidade.

A formação teve a duração de dois dias, durante os quais foram abordados temas ligados aos cuidados durante o parto e aborto, para que as parteiras tradicionais realizem partos seguros e contribuam na redução da mortalidade materno-infantil. No final da formação foram entregues kits de trabalho às parteiras tradicionais.

O acto de encerramento foi orientado pelo administrador municipal adjunto para a área Política e Social do Dande, Domingos Velho João, que considerou de grande importância o trabalho das parteiras tradicionais, sobretudo nas zonas rurais.

8.2 Banco Mundial vai conceder nova tranche de Usd 500 milhões

Jornal de Angola
3 De Setembro de 2020

O Projecto de Desenvolvimento do Sector de Águas (PDISA), financiado pelo Banco Mundial com uma linha de 150 milhões de dólares, tem em vista, para breve, a abertura de outra de 500 milhões, que permitirá prosseguir-se com a cifra de mais de 25 mil ligações domiciliárias efectuadas em cada uma das províncias abrangidas.

Segundo o secretário de Estado das Águas, Lucrecio Costa, as condicionantes financeiras, nos últimos cinco anos, levaram a que apenas 18 por cento das empreitadas em curso fossem concluídas.

O Ministério da Energia e Águas trabalha, ininterruptamente, para assegurar o acesso à rede pública de água às populações do país no mais curto espaço de tempo, tendo abastecido, no quadro do actual programa de contingência, entre 50 e 60 por cento dos consumidores pela rede não convencional.

Dados avançados indicam que o programa abasteceu 3,5 milhões de litros/dia, embora o ideal fosse atingir-se a cifra dos seis milhões de litros.

Mesmo sem ser o ideal, o secretário de Estado das Águas, Lucrecio Costa, esclareceu no espaço Grande Entrevista da Televisão Pública de Angola (TPA), que será preciso no futuro dedicar quatro a cinco por cento do Orçamento ao sector para estabilidade da situação.

Actualmente, disse, o sector beneficia-se de 2,1 ou 2,5 por cento, mas terá de no mínimo caminhar até aos 3,5 por cento para ter atenuada as enormes dificuldades actuais desde a captação, tratamento até a distribuição da água às habitações.

Para Lucrecio Costa, os investimentos no sector das águas devem acompanhar o crescimento da população, lembrando que, no mundo, há actualmente, cerca de 1,6 biliões de pessoas sem acesso à água. Quanto aos programas em curso, esclareceu que o “Água para Todos” deverá na sua nova abordagem integrar a estratégia de combate à fome e à pobreza, passando para os governos locais. Ainda assim, far-se-ão os ajustes necessários, atendendo as falhas verificadas.

8.3 Bungo ganha novo sistema de abastecimento de água

Jornal de Angola

3 De Setembro de 2020

Texto: António Capitão

A distância que percorre até ao rio Diu, e outros imprevistos que muitas vezes Eugénia Vumba enfrenta para ter acesso a água potável, a curto prazo podem entrar, definitivamente, no livro de recordações.

Residente na vila sede do município do Bungo, que dista 68 quilómetros da cidade do Uíge, Eugénia Vumba e demais munícipes não escondem a ansiedade com a sequência de movimentos de homens e máquinas que levará a construção do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água na localidade.

O mesmo sentimento persegue Pascoal Zola. Há anos que reside no Bungo, onde diz estar cansado da “seca”. Sobra-lhe motivos para reclamações. Pascoal Zola, que perdeu a conta das vezes que percorreu aproximadamente três quilómetros até ao rio, recebeu a boa nova com bastante entusiasmo. Deseja agora que haja celeridade no processo de construção para acabar, definitivamente com a falta de água e, por conseguinte, melhorar a qualidade de vida no município.

Anunciado há pouco mais de duas semanas pelo administrador municipal do Bungo, o novo sistema de captação, tratamento e abastecimento de água consta da carteira de investimentos do Ministério da Energia e Águas (MINEA). Confiante em dias melhores, em função da importância de que se reveste a obra, Panzo Joaquim realça que, se tudo correr como previsto, dentro de alguns meses as longas caminhadas com reservatórios de água para consumo ou uso nas tarefas domésticas deixaram de existir.

“A empresa construtora já iniciou a montagem do estaleiro e também mobilizou os equipamentos que vão dar o suporte técnico e logístico para a execução da empreitada”, informou.

Panzo Joaquim explicou, entretanto, que durante o processo de construção do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água, no quadro de um outro contrato celebrado entre o Ministério da Energia e Águas e a mesma construtora, vai ser recuperado o antigo sistema de abastecimento de água, inoperante há vários anos.

“A empresa assumiu o compromisso para, de forma provisória, recuperar o antigo sistema de abastecimento de água existente na vila do Bungo. Esperamos que este contrato seja cumprido com brevidade para a população voltar a ter água nas torneiras”, disse.

Novas infra-estruturas públicas

A par das iniciativas que visam acabar com a carência no abastecimento de água, o município do Bungo ganhou, durante o corrente ano, um conjunto de outras infra-estruturas públicas.

No âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), segundo Panzo Joaquim, o sector da educação conta com mais sete salas de aula na aldeia Gombe, que vai conferir melhores condições de ensino a um número estimado em 560 alunos.

“Embora as actividades lectivas estejam suspensas, devido a pandemia da Covid-19, os jovens e crianças da aldeia Gombe têm a certeza que no retorno as aulas vão poder estudar numa escola devidamente equipada com carteiras e quadros”, disse Panzo Joaquim. Segundo apurou o Jornal de Angola, a construção da ponte sobre o rio Diu, no troço que liga a Estrada Nacional 220 à aldeia Quimulunga, trouxe melhorias na circulação de veículos. As melhorias são também visíveis com a construção do sistema de captação e distribuição de água na aldeia Hinda e a reabilitação do edifício onde deve funcionar a repartição de identificação civil. Com a reabilitação desta última infra-estrutura, os munícipes deixam de deslocar-se às cidades de Negage e Uíge para obtenção do Bilhete de Identidade.

Com cinco projectos inscritos, o Bungo beneficia, igualmente, do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). Em fase avançada de construção está uma escola primária com sete salas de aula na aldeia Mulamba I, e uma outra de 12 salas de aula na vila do Bungo, para acolher alunos do II Ciclo do Ensino Secundário. No passado mês de Maio, foram adjudicadas as empreitadas para a construção de dois sistemas de captação e fornecimento de água às aldeias Quiputo e Quiombo. Neste particular, Panzo Joaquim disse que, das acções de constatação e fiscalização efectuadas pela administração municipal, as obras decorrem a ritmo acelerado e a conclusão está prevista para finais de Setembro.

“O PIIM é um programa que veio juntar ao Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza para relançar o desenvolvimento do município. Está a servir de pilar para promoção

do crescimento e progresso da nossa localidade”, considerou.

Panzo Joaquim referiu que o quinto projecto inscrito no PIIM visa promover o saneamento básico na vila do Bungo e salientou que está em curso os procedimentos para contratação da empresa que se vai encarregar por esta empreitada.

Expansão da rede eléctrica

Do plano de acção do ano corrente e para 2021, consta o projecto de expansão da rede domiciliar de energia eléctrica e da iluminação pública para a vila e bairros circundantes.

O administrador municipal do Bungo explicou que o fornecimento deste serviço à população é garantido por dois grupos geradores de corrente eléctrica com capacidades de 600 KVA cada.

Para garantir o normal funcionamento dos dois grupos geradores da central térmica do município, Panzo Joaquim referiu que a administração conta com o fornecimento mensal de gasóleo de uma empresa pública. Embora a quantidade seja insuficiente, descartou a interrupção no fornecimento.

“Estamos sempre atentos a manutenção técnica dos dois geradores para se evitar avarias que os podem deixar inoperantes. As quantidades de combustíveis que recebemos não são suficientes, mas procuramos fazer uma gestão dos recursos para que não falte energia na vila”, disse.

Promoção de jovens talentos

Além da energia e água, construção, educação, saúde e agricultura, o administrador municipal do Bungo disse que a administração tem prestado especial atenção aos sectores do desporto e da cultura, visando a valorização e promoção de jovens talentos residentes no município.

Panzo Joaquim avançou que, para dinamizar o desporto, a formação de técnicos e árbitros de futebol, andebol, basquete e artes marciais figura no primeiro plano para que a actividade seja massificada e a região possa competir nos campeonatos provinciais e nacionais.

“Temos muitos jovens talentosos em várias modalidades desportivas, como futebol, andebol, basquetebol e karaté. Estamos a direccionar alguns investimentos neste sector, com vista a valorizar o talento e género criativo dos jovens. Vamos começar a formar técnicos e árbitros para poder profissionalizar as nossas competições internas e,

num futuro próximo, termos competidores de alto rendimento”, referiu.

Panzo Joaquim destacou também a existência de jovens talentos na música, artes plásticas e artesanato, onde, inclusive, alguns já representam o município nos vários eventos.

8.4 Obras de reabilitação incidem na drenagem das águas pluviais

Jornal de Angola

3 De Setembro de 2020

Texto: António Eugénio

Em fase de reabilitação desde o mês de Julho, as obras no troço de aproximadamente sete quilómetros, que liga a rotunda do Camama-Viana, no bairro Calemba II, na província de Luanda, continuam a incidir na limpeza dos canais de drenagem das águas pluviais.

Previsto para ser reabilitado em toda a extensão, da qual perto de um quilómetro e meio será intervenida de forma profunda, com sistema de drenagem longitudinal, num período de seis meses, deve estar concluído em Fevereiro do próximo ano.

No local, o movimento de máquinas e homens afectos a empreiteira da obra, a empresa MCA, é constante. De modo a reduzir os constrangimentos aos automobilistas, foram abertas vias alternativas para a passagem de viaturas, com sinalização vertical e separadores. Ainda assim, tem sido difícil manter a ordem.

O Jornal de Angola pode notar, no local, que o trabalho ainda é incipiente. Muito ainda há por fazer, embora o engarrafamento tenha aumentado nos últimos dias. Circular naquele troço é, neste momento, uma verdadeira “gincana”. Para se ter uma ideia, da rotunda do Camama até à loja “Nosso Super”, o automobilista pode demorar quase 20 minutos, quando em situação normal a circulação pode ser feita em aproximadamente minuto e meio.

A confusão começa nos primeiros metros dos dois lados da estrada. Os cruzamentos e trocas de faixas são feitos ao gosto do automobilista. Devido ao desrespeito às regras impostas em função das obras, o risco de acidentes é cada vez iminente. O percurso é sinuoso e poucos escapam dos constrangimentos. Há, quase sempre, troca de palavras obscenas entre os condutores.

Rotunda do Calemba II

Na rotunda do Calemba II, o cenário pouco difere a do Camama. Curvas apertadas e enormes buracos dificultam a circulação. Para se ter uma ideia do grau de dificuldades, no sentido Viana, por exemplo, alguns buracos que persistem no pavimento deixam automobilistas e passageiros irritados. Porém, o actual curso das obras dá garantias que o cenário está próximo do fim.

Simão Pongo é taxista. Há muito que sofre os prejuízos do péssimo estado da via. Visivelmente triste, contou que muitas vezes ficou com o carro avariado devido ao mau estado da estrada e, por isso, pede ao empreiteiro o cumprimento do prazo de entrega da obra. “Uma vez quase capotava por causa de buracos existentes nesta estrada”, lamentou.

Apesar do arranque das obras, Jorge Barros, camionista de profissão, mostra-se céptico. A experiência deixa-lhe desconfiado, pois tem memórias de construtoras que iniciam obras e nunca terminam.

“Quero esperar pelo resultado final. Várias vezes escapei de acidentes por causa destes buracos”, lembra, Jorge Barros, salientando que a conclusão da empreitada vai encurtar a distância e o tempo de viagem.

Um jovem que se identificou por Filipe, proprietário de uma hamburgueria na zona, explica que, por conta do mau estado da estrada, o negócio deixou de dar lucros.

“As pessoas não vêm para aqui, porque acham que a comida fica cheia de poeira. É muito complicado”, disse.

Aquando do acto de consignação, realizado a sete de Julho deste ano, ficou-se a saber que estão orçadas em 1,2 mil milhões de kwanzas. A reabilitação do troço Camama-Viana tem como objectivo facilitar o acesso nos vários eixos do centro da cidade de Luanda, para as áreas habitacionais de Viana e Talatona, e reduzir o congestionamento naquela via.

8.5 Abastecimento de água potável pode melhorar

Jornal Economia e Finanças

06 De Setembro de 2020

Cerca de 5.000 habitantes da localidade de Muxaluando, município de Nambuangongo, na província do Bengo, vão beneficiar de água potável, com a conclusão das obras do projecto de reabilitação da captação existente.

Segundo uma nota do Ministério da Energia e Águas, o secretário de Estado para as Águas, Lucrecio Costa, acompanhado pelo vice-governador do Bengo, Domingos Guilherme, visitaram, na passada segunda-feira, as obras de reforço de abastecimento de água da região, que terá a uma capacidade de 55 metros cúbicos por hora (m³/h).

O projecto terá uma conduta adutora de água bruta em de 160mm, com cinco quilómetros (km) de extensão. A delegação governamental visitou ainda a estação de tratamento de água dimensionada para 50 m³/h, 5,15° km de rede de distribuição em Pead, u ligações domiciliare, 50 ligações por torneiras de quintal e 6 chafarizes.

No final da visita, revela a fonte, Lucrecio Costa e sua comitiva mantiveram um encontro de auscultação sobre o avanço da obra, deixando igualmente algumas orientações e recomendações.

Estiveram presentes na referida visita, directores nacionais, assessores, consultores do MINEA, administrador da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), responsáveis da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPAS), além de responsáveis do governo provincial do Bengo, administrador municipal do Nambuangongo, técnicos, entre outros.

O município de Nambuangongo tem como sede a vila de Muxaluando. Até 2014, o município tinha 61.024 habitantes. E composto pelas comunas de Cage, Canacassala, Gombe, Muxaluando, Quicunzo, Qxico e Zala.

8.6 Aumentam escolas com água da rede pública

Jornal de Angola

6 De Setembro de 2020

Texto: Manuela Gomes

Pelo menos 195 escolas, em Luanda, estão em condições de receber água potável, a partir da rede pública da EPAL, nos próximos dias, segundo a directora Nacional das Águas, Elsa Ramos.

Segundo a responsável, do diagnóstico realizado por técnicos da EPAL, foi possível apurar que um total de 42 escolas localizadas nos municípios de Cacucaco, Icolo e Bengo, Kilamba Kiaxi e Talatona, estão ligadas à rede de fornecimento de água.

Relativamente à energia eléctrica, a situação afigura-se menos preocupante tendo em conta o universo de escolas servidas pela rede pública, espelhou a responsável, na sexta-feira, durante um encontro realizado na sede do Governo Provincial de Luanda entre os ministros da Energia e Águas, João Baptista Borges, da Educação, Luísa Grilo e a governadora de Luanda, Joana Lina.

Nesse encontro, foi apresentado o balanço das acções desenvolvidas em torno das condições básicas para fornecimento de energia eléctrica e água potável às escolas e o presumível retorno às aulas.

Segundo Elsa Ramos, a EPAL está a envidar esforços para identificar todas as escolas da província fora da cobertura da rede pública de água, por forma a serem atendidas mesmo que numa primeira fase por abastecimento a partir de camiões cisternas.

Na ocasião, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, considerou o encontro necessário, porquanto deu para avaliar o trabalho das equipas técnicas que trabalham para definição de estratégias que garantam o funcionamento regular dos serviços de água e energia nas escolas.

A governadora de Luanda, Joana Lina, enalteceu a importância do evento que pode elevar o nível de engajamento das partes no processo do retorno às aulas, numa altura em que a cidade capital é o epicentro da pandemia da Covid-19.

Joana Lina sugeriu à elaboração de um relatório final para os passos subsequentes à sua materialização, estando a Direcção Nacional das Águas e a EPAL engajadas para a sua materialização na próxima semana.

A nível de todos municípios foi feito um levantamento conjunto entre o Gabinete Provincial da Educação e GPL em todas as escolas, documento entregue às áreas competentes dos respectivos sectores.

Participaram no encontro os secretários de Estado para Energia e Águas, vice-governadores da província de Luanda, presidentes dos Conselhos de Administração da ENDE e EPAL, funcionários das direcções nacionais da Energia e Águas.

8.7 ELISAL enfrenta problemas de vária ordem

Jornal de Angola

12 De Setembro de 2020

Texto: Alberto Quiluta

A Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (ELISAL) está mergulhada num mar de dificuldades, que passam pela deficiência de meios e das infra-estruturas devido à falta de investimento, o que impede o melhoramento do serviço do sistema de limpeza na capital.

As reclamações foram apresentadas, ontem, pelo presidente do Conselho de Administração, Gonçalves João Imperial, à governadora de Luanda, Joana Lina, durante a visita de campo efectuada naquelas instalações.

Entre outras questões que afecta o normal funcionamento da ELISAL, o responsável apontou os constantes desacordos com funcionários que há muito reclamam do aumento de salários e de outras regalias, que estão longe de serem satisfeitas, tendo em conta o actual contexto.

Gonçalves João Imperial disse que os salários estão assegurados, e recordou que os trabalhadores, que se encontram em casas devido à pandemia da Covid-19, continuam a receber o vencimento base. “Os funcionários consideram uma medida injusta, porque acham que deviam receber o mesmo valor como se estivessem em actividade, o que não é certo”.

O responsável garantiu que esforços têm sido feitos no sentido de garantir o bem estar dos trabalhadores, tendo em conta que as possibilidades da empresa não

vai por aí além.

O PCA da ELISAL defendeu a necessidade da vedação imediata do Aterro Sanitário e de alguns investimentos e alertou que parte dos equipamentos da empresa estão já com o tempo de vida útil vencido, necessitando de serem renovados a frota.

“É um investimento alto e a situação económica e financeira do país está muito aquém das necessidades. Por isso temos procurado encontrar formas de ultrapassar algumas dificuldades”, precisou.

A vice-governadora de Luanda para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Elisabeth Rafael, disse que se tratou de uma visita de constatação e para se apurar como a capital está em termos de tratamento dos resíduos sólidos.

O maior problema no Aterro Sanitário, disse, está relacionado com a vedação, muitos dos arames foram saqueados pela população, o que facilitou a invasão do Aterro, local onde é depositado os resíduos sólidos.

“Sabemos que, actualmente, existem muitas empresas de tratamento de resíduos sólidos, principalmente de plástico e de ferro, que acabam comprá-las”, disse a vice-governadora de Luanda.

8.8 Administração da Matala leva água às escolas

Jornal de Angola
13 De Setembro de 2020

A Administração Municipal da Matala, província da Huíla, está a restabelecer as ligações de água da rede pública às escolas do casco urbano, no âmbito do reinício das aulas.

Segundo a Angop, o plano inclui ainda a distribuição de água por motocisterna nas escolas da periferia. Para o efeito, serão restabelecidas as ligações de água em 17 escolas na vila e 54 serão abastecidas por moto-cisterna, sendo que estão a ser instalados reservatórios.

O objectivo é criar as condições básicas de biossegurança para o retorno gradual das aulas, já a partir de Outubro.

O director municipal da Educação, Isaías Abel Cambinda, avançou que os gestores escolares e os professores estão orientados a criar condições administrativas, enquanto a administração trabalha em outras vertentes.

Com uma população estimada em mais de 315 mil e 344 habitantes, a Matala tem matriculados 74 mil e 346 alunos.

8.9 Zonas sob cerca sanitária com dificuldades de água

Jornal de Angola
17 De Setembro de 2020
Texto: Pedro Suculate

Mais de 100 famílias que residem em bairros sob cerca sanitária, em Cabinda, estão a atravessar enormes dificuldades para a obtenção de água, devido ao reduzido número de camiões cisternas que a Administração Municipal dispõe.

De acordo com o administrador adjunto para a Área Social, Manuel Guilherme, a Administração Municipal tem apenas um camião e uma moto-cisterna que, em conjunto, transportam menos de trinta mil litros de água, quantidade insuficiente para atender as 19 áreas sob cordões sanitários.

Em declarações ao Jornal de Angola, Manuel Guilherme salientou que, para solucionar o problema, a Administração Municipal está a negociar com proprietários de camiões cisternas e de furos artesanais, no sentido de apoiarem na distribuição de água à população que vive em áreas sob cordões sanitários.

“Sempre que é possível a Administração Municipal vai dando apoio logístico, mas isso é insuficiente. Precisamos da ajuda da sociedade para que possamos acudir as dificuldades, sobretudo das famílias mais vulneráveis que, por conta da pandemia da Covid-19, são forçadas a não circular”, referiu.

Sublinhou que a Administração Municipal está a desenvolver um trabalho conjunto com a secretária provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, no sentido de se identificar as famílias mais vulneráveis, para que possam beneficiar de cestas básicas com vista a minimizar a carência de alimentos.

8.10 Projectos de água em construção registam progressos em Benguela

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2020

Texto: Sampaio Júnior

O secretário de Estado da Energia e Águas, Lucrecio Costa, classificou de bom o estado progressivo das obras das unidades de captação, tratamento e distribuição que estão a ser construídas nos municípios do Bocoio e Balombo, em Benguela.

A avaliação foi feita durante a visita que a delegação multi-sectorial, encabeçada pelo ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, efectuou à província de Benguela, na segunda e terça-feira desta semana.

O mesmo processo vai decorrer nos municípios do Cubal, Ganda e Chongoroi localidades que aguardam pelos desembolsos financeiros. Estão a ser feitas obras com qualidade comprovada que permitirão que as populações tenham água potável 24/24 ao dia, a partir do momento que entrarem em funcionamento os sistemas, avançou Lucrecio Costa.

O governante lamentou as dificuldades operacionais vividas pelas empresas de Águas de Benguela e do Lobito que perderam alguma capacidade operacional para fornecer água potável à população do litoral de Benguela.

"As cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e da Baía Farta recebem cada vez menos água como resultado do seu crescimento e como reflexo as empresas, estão a trabalhar no limite das suas capacidades. Precisamos de alargar os valores de produção técnicas, para melhor distribuir o líquido precioso às comunidades, visto que a água é vida", frisou.

Existe o projecto de água que visa trazer a melhoria no sistema. Com o novo investimento tudo indica, que a partir de 2021 tenha início as novas empreitadas, a preocupação do Executivo é premente e já existem programas neste sentido, salientou Lucrecio Costa.

"Obviamente, a rede precisa de crescer, mas para isso acontecer, tem de haver investimento na produção, só assim teremos harmonia no funcionamento do sistema para atendimento da demanda", defendeu.

Falando a propósito da falta de abastecimento de água em vários bairros da zona Alto Lobito, Lucrecio Costa avançou que existem passos dados

pela Administração Municipal do Lobito e pela Empresa de Águas do Lobito no quadro de uma parceria para comprarem meios técnicos que reforçarão o sistema de bombagem que levará a água para a zona Alta da cidade do Lobito.

Estas acções podem ser concluídas nos próximos seis meses avançou.

8.11 Jovem apoia captadores de lixo

Jornal O PAÍS

20 De Setembro de 2019

O projecto destina-se a melhorar a vida dos aptadores de lixo, evitando que recolham os resíduos sólidos dos contentores sem qualquer protecção para a saúde, correndo o risco de adquirir doenças graves.

Miguel Almeida frisou que o projecto surgiu depois de ter visto várias vezes crianças, adultos e portadores de deficiência entre os contentores de lixo a recolher latas e garrafas de plástico.

Esclareceu que está a cadastrar os captadores de lixo de forma a desenvolverem a actividade com protecção e sem riscos, oferecendo um salário mensal de 30 mil Kwanzas.

A recolha dos resíduos sólidos será feita nas residências de forma grátis, sendo que o interessado poderá ligar para o número 930304395 ou acessar as páginas www.facebook.com/angolatas ou www.facebook.com/angobidões.

Os resíduos sólidos recolhidos serão vendidos às empresas de reciclagem, obtendo-se daí o valor a pagar mensalmente aos trabalhadores.

Duas semanas depois da entrada em acção do projecto, conta já com seis captadores de lixo inscritos e a trabalhar.

8.12 Garantir o abastecimento regular de água

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2020

De um total de 308 escolas, apenas 14 do segundo ciclo e de ensino técnico-profissional e magistérios são orçamentadas, afirmou o director do Gabinete Provincial da Educação. José Luís Amélia explicou que as 14 escolas orçamentadas possuem o mínimo de condições para o reinício das aulas, quer do ponto de vista de distanciamento físico, quer da lavagem das mãos.

A grande preocupação de José Luís Amélia reside no facto de a maior parte das escolas não ser orçamentada. São 229 escolas do ensino primário que estão sob responsabilidade das administrações municipais e que precisam de ser potenciadas com condições de biosegurança.

"Existe uma concertação entre o Gabinete Provincial da Educação e as administrações municipais para o abastecimento de água às escolas e fornecimento materiais de higienização, como sabão lixívia-e detergente

A maior parte das escolas possui tanques ou reservatórios de água, mas precisa-se garantir o abastecimento regular destes reservatórios, para permitir a lavagem constante das mãos", referiu José Luís Amélia, garantindo que as comissões técnicas municipais de combate e prevenção contra o coronavírus vão apoiar as escolas.

José Luís Amélia assegurou que as referidas comissões vão dar instruções sobre a desinfectação das salas de aula, além de fornecer termómetros infravermelhos de medição da temperatura corporal. Reforço de medidas "As aulas iniciam daqui a pouco. Estou seguro de que as administrações farão chegar água e materiais de biossegurança às escolas", realçou. Mas, salientou ser importantes que se reforcem as medidas de protecção individual.

José Luís Amélia considerou que o prolongamento da suspensão das aulas, para a protecção da vida das crianças contra contaminação por Covid-19, apresenta-se como uma medida positiva, mas avançou que podia prejudicar a realização do sonho de jovens que ambicionam candidatar-se a um posto de emprego no próximo ano.

"Existe uma geração que vê gorado o sonho de candidatar se para um emprego ou dar continuidade dos seus estudos no próximo ano. O mais grave é que não se pode determinar o fim desta doença", disse.

O responsável aconselhou os pais e encarregados de educação, no sentido de acompanharem as crianças à escola, principalmente os da iniciação à 4ª classe, de modo a evitar que se contaminem fora da escola, no percurso casa - escola e vice-versa.

8.13 Reservatórios de mil litros de água instalados nas escolas

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2020

Texto: Matias da Costa

Reservatórios de mil litros estão a ser instalados nas escolas sem abastecimento de água da rede pública, na província do Bié, para a prevenção e combate à Covid19, numa altura em que se aproxima o reinício das aulas, previsto para 5 de Outubro próximo.

A informação foi avançada pelo director do Gabinete Provincial da Educação, Evaristo Vitangui, que realçou serem alternativas provisórias para a reabertura das escolas.

Evaristo Vitangui disse que os reservatórios de água estão a ser colocados, fundamentalmente, nas escolas construídas com material precário e naquelas localidades onde existem alunos a estudar debaixo de árvores.

O director do Gabinete Provincial da Educação disse igualmente que outra medida a ser aplicada é a divisão, em dois grupos, do número total de alunos por cada sala, obedecendo orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

"Temos moto-cisternas que terão a responsabilidade de abastecer com água potável as escolas que necessitarem deste líquido", frisou.

Esta medida, destacou, vai continuar até o Governo do Bié concretizar as acções em curso, como a construção de escolas definitivas no interior da província. Por outro lado, Evaristo Vitangui salientou que serão recuperados centenas de furos de água e manivelas construídas no âmbito do Programa "Água para Todos", que foram vandalizados pela população.

A província do Bié possui mil e 396 escolas, desde a iniciação ao décimo terceiro ano, das quais 80 por cento são de construção definitiva, com um universo de 625.777 alunos e 13.937 professores.

8.14 Terrenos infra-estruturados comercializados em Novembro

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2020

Texto: Arcângela Rodrigues

vida das pessoas. O responsável esteve na, segunda - feira na província do Cuanza-Sul.

Os terrenos infra-estruturados existentes a nível das centralidades do Lobito, Luhongo (Catumbela) e Baía-Farta, na província de Benguela, começam a ser vendidos à população a partir do próximo mês de Novembro, deu a conhecer o presidente do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos.

Pedro Cristóvão, que iniciou, ontem, uma visita à província de Benguela, com o objectivo de avaliar o estado dos terrenos sob a gestão da instituição que dirige, informou que todo e qualquer cidadão pode concorrer na compra de um terreno, desde que tenha capacidade para investir.

O responsável da EGTIEP disse que a nível da província de Benguela vai ser instalada uma área regional para atender todos os candidatos ou interessados.

Quanto ao modelo de aquisição, o interlocutor fez saber que serão aprovados e adequados a cada centralidade devido às especificidades, sendo que a tipologia de construção terá de acompanhar o padrão das mesmas.

De acordo com Pedro Cristóvão, está a ser feito um levantamento para se apurar o número de lotes de terrenos disponíveis em cada uma das localidades e na devida altura serão anunciados todos os requisitos necessários para a sua obtenção.

Os preços dos lotes de terrenos a disponibilizar, esclareceu Pedro Cristóvão, variam mediante à tipologia da centralidade, e neles podem ser implementadas instalações para o comércio, lazer, serviços de saúde, educação e outros.

Pedro Cristóvão revelou que alguns terrenos em algumas regiões do país foram ocupados ilegalmente por invasores, estando a ser traçado um plano para pôr fim a esta situação que passa pela retirada dos intrusos ou a integração adequada ao modelo da urbanização, com vista ao desenvolvimento e expansão da cidade.

O PCA da EGTI-EP realçou que cresce o número de moradores nas diferentes centralidades em Benguela e estes sentem a falta de serviços de proximidade, razão pela qual é necessário a criação de vários equipamentos sociais para uma melhor qualidade de

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Criminalidade aumenta na província do Cunene

Jornal de Angola

7 De Setembro de 2020

Texto: Adelaide Mualumusi

Um total de 55 crimes de natureza diversa foi registado durante a semana passada pela Polícia na província do Cunene, mais 25 em relação ao mesmo período anterior, segundo o porta-voz da corporação, intendente Nicolau Tuvecalela.

O oficial superior da Polícia revelou que, no aludido período, foram detidos 46 cidadãos, entre os quais um efectivo das Forças Armadas, outro da Polícia e dois namibianos, por suspeita de crimes diversos.

Entre as ocorrências, foram registados crimes de desobediência, resistência, falsificação de documentos, uso e tráfico de drogas, furtos, ofensas corporais, roubos, crimes contra propriedades e estupro. O porta-voz da Polícia disse que no mesmo período foram detidos cinco cidadãos envolvidos em roubo de gado e de 493 litros de combustível, nos municípios de Namacunde, Ombadja e Curoca.

Nicolau Tuvecalela informou que os crimes contra pessoas resumiram-se em ofensas corporais, cometidas em residências, via pública e em estabelecimentos comerciais, cujos actores apresentavam estado de embriaguês.

No período em análise, a Polícia registou 114 infracções por desobediência ao Código de Estrada, que resultaram na apreensão de uma viatura, 68 motociclos, retenção de 29 cartas de condução, 12 livretes e três títulos de propriedade.

9.2 Moradores do bairro Sapú II clamam por mais segurança

Jornal de Angola

9 De Setembro de 2020

Texto: Mário Cohen e André da Costa

Moradores do bairro Sapú II, no Distrito Urbano do Kikuxi, município de Viana, em Luanda, manifestam-se preocupados com o crescente número de assaltos à mão armada, em residências e na via pública, e

pedem, à Polícia Nacional, o reforço das acções de patrulhamento.

A falta de iluminação pública e o fraco policiamento dos efectivos da Polícia Nacional, sustentam, têm contribuído para a insegurança no bairro.

Mateus Adão, morador, disse ao Jornal de Angola que as áreas mais críticas são as das Casas Azuis, Cepa, Casas Verdes, rua direita do mercado 11 de Novembro, Kididi Kiame e do Paraíso no Campo.

O morador explicou que, há dias, um jovem que faz serviço de moto táxi foi baleado por meliantes na zona da Cepa, três ruas depois do posto policial das Casas Azuis.

O mototaxista, conta o morador, foi alvejado na região do abdómen, encontrando-se a receber assistência médica no Hospital Geral de Luanda, onde foi levado por amigos e familiares.

Os meliantes, acrescentou Mateus Adão, depois de dispararem contra o mototaxista, levaram a sua motorizada e meteram-se em fuga, em direcção à zona da Cepa, uma área muito escura, por não ter iluminação pública.

Antónia João, também moradora do bairro, há mais de seis anos, explicou que na entrada dos camiões de areia, para quem vem do Ulengo (centro de diversão infantil), tem havido concentração de jovens que usam drogas do tipo liamba, contribuindo para a insegurança pública.

Os moradores queixam-se de verem constantemente os seus bens materiais, como telefones, fios de ouro, calçados, entre outros, serem roubados, muitas vezes em plena luz do dia.

José Morais explicou que moradores do Paraíso no Campo e das Casas Azuis já pensaram na hipótese de criar grupos, denominados Brigadas de Vigilância Comunitária, no sentido de verem reduzidos os assaltos, como acontece no Distrito Urbano do Sambizanga.

O chefe do Departamento de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, inspector-chefe Nestor Goubel, confirmou a ocorrência de alguns crimes no bairro Sapú, concretamente na fronteira com o bairro da Fofoca, no município de Viana.

Explicou que quando se fala do bairro Sapú incluíse partes do município do Kilamba Kiaxi, de Viana e do Talatona. Frisou ainda que a corporação tem feito patrulhamentos, em coordenação com efectivos das Forças Armadas Angolanas, em várias zonas do

bairro, no sentido de garantir mais segurança aos cidadãos.

O Comando Municipal do Kilamba Kiaxi da Polícia Nacional, acrescentou, tem intensificado as patrulhas apeadas e auto, com mais presença policial.

Segundo o inspector-chefe Nestor Goubel, a Polícia Nacional tem mantido encontros com a Comissão de Moradores e com grupos de jovens e de ex-marginais, no sentido de se manterem várias zonas do município do Kilamba Kixi seguras. "O trabalho é contínuo e tem sido feito em colaboração com os cidadãos".

9.3 Rixas Entre Grupos Assombram Moradores

Jornal de Angola

10 De Setembro de 2020

Texto: Cristina Silva

Assaltos à mão armada e rixas entre grupos rivais de adolescentes, no Bairro dos Combustíveis, município do Cazenga, assombram os moradores. O Jornal de Angola apurou, no local, que as brigas acontecem no período nocturno, envolvendo os rapazes da localidade com outros provenientes dos bairros Paraíso, Mulenvos e Kamassende, todos do município de Cacuaco. "Infelizmente, existem no bairro muitos quintais com residências desocupadas, que servem de refúgio para os meliantes", denunciou uma idosa, que não quis ser identificada. Revoltada, a anciã afirma que no Bairro dos Combustíveis ocorrem muitos assaltos, e ninguém faz nada por isso.

Maria Soba vive na localidade há mais de 25 anos. A mulher avança que, devido à onda de assaltos e brigas violentas entre adolescentes, os moradores enfrentam dias de intranquilidade. "Neste bairro, os jovens que realizam assaltos à mão armada vêm de fora. Saem de outros bairros e assaltam as nossas residências sob indicação de alguns ex-moradores", denunciou.

Lembrou que na rua Adelino, por exemplo, uma senhora, que se encontrava em casa, em repouso pós-parto, foi assaltada quando o marido estava no serviço. "Os bandidos sabiam que ela estava sozinha em casa. Os marginais levaram tudo", disse. Neste momento, prosseguiu a moradora, é quase impossível andarmos à vontade no bairro, sobretudo no período nocturno. Por falta de iluminação pública, à noite, as ruas ficam muito escuras. "Isso ajuda a promover as acções maliciosas dos bandidos", disse.

Tal como acontece com outros moradores do bairro,

Maria Soba conta que, também, já viveu momentos de agonia, numa das ruas da localidade. "Já sofri um assalto aqui no bairro. Uns jovens meliantes mandaram-me parar e revistaram-me de cima a baixo. Em plena luz do dia, me receberam o telefone e o dinheiro que tinha na mão", lamentou. "Não é um bairro problemático" Quanto à criminalidade, a comandante da esquadra policial do Bairro dos Combustíveis, inspectora Conceição Manuel, garante que a localidade não consta da lista das áreas mais problemáticas do município. Explicou que, em média diária, o registo é de apenas um a dois crimes. Segundo a oficial da Polícia Nacional, a falta de cultura de denúncia dificulta a actuação dos efectivos na zona. "Infelizmente, os munícipes não fazem participação dos crimes. Isso dificulta a nossa intervenção", disse, antes de sublinhar que os roubos, assaltos à mão armada e ofensas corporais, são os crimes mais frequentes na zona. "Estamos a trabalhar junto das comunidades e distribuir cartilhas, com informações que ajudam a orientar o cidadão, assim como os contactos telefónicos dos responsáveis das respectivas áreas, a fim de facilitar a intervenção policial", acautelou.

Para a comandante Conceição, desde que o bairro saiu da jurisdição do município de Cacuaco, a localidade regista agora um maior abrandamento nas acções criminais. "Com relação à criminalidade na zona, no passado, a partir das 18 horas os moradores sentiam inúmeras dificuldades para circular. Mas hoje a situação é diferente. As pessoas andam a qualquer hora do dia, sem receio. Melhorámos a segurança pública no bairro", disse. Relativamente às rixas entre grupos rivais de adolescentes, a comandante fez saber que a Polícia, sempre que recebe uma denúncia, desloca-se ao local da briga e recolhe os meninos envolvidos. "Mas, por serem menores de idade, são inimputáveis perante à lei. A procuradoria coloca-os em liberdade. Neste momento, estamos a trabalhar com os pais e encarregados de educação de alguns adolescentes, catalogados pela corporação, para que não se envolvam em crimes", proferiu a comandante

A inspectora Conceição Manuel manifesta-se preocupada com a fraca autoridade que muitos progenitores têm sobre os filhos. "As crianças não ouvem os pais, e há encarregados de educação que não sabem o que fazer com os meninos que não param de aprontar, que estão sempre envolvidos em problemas", alude.

9.4 Apenas 27 efectivos da Polícia patrulham 24h/24h distrito urbano do Sambizanga

Novo Jornal

25 De Setembro de 2020

Dados oficiais a que este semanário teve acesso dão conta que, a nível do distrito urbano do Sambizanga, há 120 efectivos da Polícia Nacional para um número estimado de 190 mil habitantes, o que perfaz um (I) polícia para mil 583 cidadãos. Entretanto, apenas 27 efectivos patrulham o Sambizanga-Sede, 24h/24h. No País, o rácio é de um (I) polícia para 800 cidadãos, enquanto o rácio mundial recomenda um (I) polícia para 250 pessoas.

Com o surgimento das Brigadas de Vigilância Comunitária, nos últimos três meses, segundo Tomás Bica, citando um relatório da Polícia Nacional (da 9: Esquadra), o distrito não registou crimes violentos com grande impacto na vida dos cidadãos, como homicídios, furtos, assaltos a mão armada, vandalismo, agressão física e rixas de gangues. Desde a criação das brigadas, já foram desactivados 47 grupos de marginais, que integravam 1.706 adolescentes e jovens, sendo que muitos destes, conforme apurou o NJ, faleceram praticando delito. A idade dos marginais, de acordo com a administração local, varia entre 13 e 25 anos. As brigadas também recuperaram e devolveram 150 bens diversos. Todavia, o grande desafio de Tomás Bica está na reintegração social dos ex-marginais, por falta de centros de formação, postos de trabalho e serviços como biblioteca, centros recreativos e desportivos.

9.5 Criminalidade polícia Nacional acaba com patrulhamento da «Turma do Apito) no Sambizanga

Novo Jornal

25 De Setembro de 2020

Texto: Hélder Caculo (textos)

As Brigadas de Vigilância Comunitária (BVC), instaladas em diferentes bairros do distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, iniciativa do administrador Tomás Bica, que já permitiu desactivar 47 grupos de delinquentes, deixam de exercer papel operacional, de intervenção e de patrulhamento das ruas, actividades que a Polícia Nacional (PN) entende ser da sua exclusividade.

Em declarações ao Novo Jornal, o comissário Mateus André, 2.º Comandante provincial de Luanda da PN, disse reconhecer a importância das BVC nas acções

de combate à criminalidade, mas realçou a necessidade urgente de uma reestruturação das mesmas.

"As sociedades regem-se por regras e, portanto, há atribuições de pertença de algumas instituições. Qualquer cidadão, à luz da lei, pode deter um infractor, mas deve, imediatamente, apresentá-lo, num período útil, às autoridades competentes. As BVC realizam uma actividade que entendemos ser uma atribuição específica da PN, e é por esta componente operacional e de intervenção que pretendemos retirá-las", sublinhou o comissário.

O oficial superior fez estas declarações na terça-feira, 22, após uma reunião com o administrador distrital do Sambizanga, na qual também participaram administradores comunais e quadros seniores do Comando provincial de Luanda da PN e do Serviço de Investigação Criminal (SIC).

"Entendemos o papel útil que tem sido desenvolvido, mas não devemos admitir que venham atropelar a lei. É na base disso que criámos um grupo técnico, para que, dentro de oito dias, possa apresentar provas que sustentam essa nossa avaliação. O grupo técnico vai trabalhar no sentido de conformar os desvios que esse processo, a nível do Sambizanga, conheceu e com o qual estamos todos de acordo, quer a Polícia, quer a Administração do Sambizanga", destacou.

Em relação à actuação das brigadas, que nesta altura já contam com mais de mil voluntários, iniciativas que já se verificam também nos municípios do Cazenga e de Viana, as principais preocupações da PN prendem-se com possíveis casos de julgamentos civis que possam ocorrer nas comunidades e que possam dar lugar à "justiça por mãos próprias", durante a detenção de supostos marginais, e ainda com o surgimento de milícias, o que, acontecendo, pode facilitar o cometimento de outros crimes e dificultar o trabalho dos efectivos.

"Depois de terminarmos o serviço no sambizanga, é nossa tendência uniformizar procedimentos a nível desta parceria entre a PN e a sociedade civil, para que não surjam pessoas a desvirtuar todo um trabalho que se pretende com algum êxito, que traga a tranquilidade que todos desejamos. Entendemos que o sossego e a segurança são factores de desenvolvimento e liberdade das pessoas", frisou o comandante.

O trabalho da «Turma do Apito» vai continuar, mas será limitado a campanhas de sensibilização dos cidadãos e a denúncias sobre crimes de que tenham conhecimento, de modo a auxiliar o trabalho da PN.

Por exemplo, pretende-se que cada brigada seja coordenada por um agente da Polícia.

Brigadas vão apenas ajudar na sensibilização e denúncias Tomás Bica, administrador do Sambizanga, afirmou que as BVC foram criadas com base na Lei n.º 15/16, de 12 de Setembro - Lei Orgânica dos Órgãos da Administração Local do Estado -, e na Lei n.º 7/16, de 1 de Julho -Lei das Comissões de Moradores, que, entretanto, segundo apurou este semanário, ainda não estão regulamentadas.

"A constituição destas brigadas foram ancoradas nesses dispositivos legais, associados ao plano de Desenvolvimento Nacional, atendo 'ao clamor das famílias, dos pais e dos encarregados de educação, em face da situação gritante da criminalidade, alicerçada pelo maior testamento político deixado por Agostinho Neto, de que "o mais importante é resolver os problemas do povo", e, na verdade, o problema do povo [no Sambizanga] era a questão de insegurança", sublinhou.

Com as mudanças no modus operandi «Turma do Apito» a serem definidas nos próximos dias pela PN, vão estar estabelecidas as fronteiras entre o trabalho das brigadas e dos efectivos da PN. "portanto, o trabalho das brigadas vai continuar. Elas vão continuar a auxiliar a PN. O que vamos fazer é redimensionar e definir qual é a tarefa de cada um em todo esse processo", disse Tomás Bica, que sublinhou a necessidade de serem melhoradas as condições de trabalho dos efectivos da Polícia naquele distrito, que, fez saber, "por exiguidade de meios rolantes, têm alguma dificuldade de penetrar em determinadas áreas".

Por exemplo, a polícia local não tem uma única carrinha para patrulhamento, segundo o próprio administrador.

Psicólogo criminal defende continuidade das brigadas

O psicólogo criminal Xano Moreira defende a continuidade das brigadas, uma vez que considera positivo o facto de o distrito urbano do Sambizanga ter registado progresso no combate à criminalidade, mas diz ser necessário um trabalho conjunto entre estas e os efectivos da PN, de modo a evitar-se excessos e surgimento de milícias.

"A meu ver, estes grupos de vigilância são benéficos, pois lidam directamente com os problemas criminais e geograficamente conhecem bem os locais onde os criminosos da zona se organizam e conseguem vigiar, a tempo integral, os tais delinquentes, diferente da

Polícia, que, para actuar, depende das denúncias, meios operacionais e de tempo", esclareceu.

Para o especialista, a criminalidade no País continua a ser motivada por vários problemas sociais, como o desemprego, a falta de centros de formação profissional, a falta de iluminação pública, de escolas e o fraco policiamento no interior dos bairros. Por isso, o psicólogo considera que, sendo a criminalidade um problema social, a sociedade civil não deve estar isenta nessa luta.

"Devemos ser participativos e íntegros no combate ao crime, ajudando as nossas forças de segurança através de denúncias, de criação de grupos de vigilância, organizados pelas administrações e orientados pela PN, para garantir um bom policiamento de proximidade através do diálogo permanente entre a Polícia e a população", frisou.

O psicólogo criminal concorda que as BVC não façam trabalhos de repressão e de patrulhamento, sendo estes da responsabilidade da PN, mas devem colaborar com os efectivos da ordem, tendo em conta o número reduzido de efectivos e a falta de meios operacionais.

"A PN não conseguirá fazer tudo sozinha, ou seja, não pode combater a criminalidade de forma isolada. Será um grande perigo se, da noite para o dia, estes grupos deixarem de existir, pois a criminalidade pode aumentar de forma descontrolada. Muitos destes jovens que se uniram às brigadas podem ter um passado criminal e podem voltar ao mundo do crime. Se há excessos nas suas actuações, é por falta de diálogo", destacou.

10. AMBIENTE

10.1 País lucrou 23 milhões com negócio de madeira

Jornal de Angola

7 De Setembro de 2020

Texto: Armando Estrela

Angola lucrou em 2019, com o negócio da madeira, cerca de 23 milhões de dólares, dos quais 9,2 milhões correspondem a pagamentos efectuados em euros, de acordo com o relatório de gestão e contas apresentado pela Empresa Pública Florestal Madeiras de Angola (Madang-EP) ao sócio maioritário.

Dados oficiais indicam que as receitas relacionadas com a exportação de madeira cifraram-se, em 2018, em 34,8 milhões de kwanzas, enquanto em 2016 totalizaram 67,2 milhões.

Os principais mercados exportadores continuam a ser a Ásia (China, Vietname e Índia), para as madeiras de espécie mais densas, como Mussivi, Takula, Kungulo, Mucula e Mutete, a Europa (França, Itália, Portugal e Alemanha), para madeiras mais leves, e o Médio Oriente (Emirados Árabes Unidos), para madeiras da espécie mais densas e pesadas.

Também no exercício de 2019, a Madang-EP conseguiu entregar ao Estado mais de 15,175 milhões de kwanzas, que representam uma variação positiva de 100 por cento nos negócios, comparativamente ao ano de 2018. Isto é, de 2018 para 2019 verificou-se um aumento exponencial nas receitas operacionais, de zero kwanzas para 25.175.779 kwanzas, dos quais 15,1 milhões resultam da prestação de serviços e 10 milhões de outros proveitos.

Apesar dessa evolução, a Empresa Pública Florestal Madeiras de Angola teve, em 2019, um resultado líquido negativo, de 10,9 milhões de kwanzas (menos 7,60 milhões em 2018), por força dos custos operacionais e financeiros que se cifraram em 36 milhões.

Para perceber melhor os resultados, é importante realçar que a Madang-EP é uma das empresas públicas de interesse estratégico do país, pouco falada e pouco conhecida, que devia ser a “flor dourada” do sector madeireiro nacional, criada a 31 de Agosto de 2017, com a finalidade de gerir as participações públicas nas actividades relacionadas com a exploração de recursos florestais.

O grande forte da empresa, criada em Agosto de 2017 com a finalidade de gerir as participações públicas nas actividades relacionadas com a exploração de recursos florestais, é de possuir poder para exercer qualquer tipo de actividades comerciais relacionadas com madeira e seus derivados, gerir as plantações florestais públicas e de prestar serviços de florestação para o estabelecimento e restabelecimento de plantações florestais.

Doptada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com capital social integralmente detido pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), a unidade apenas foi implementada a sensivelmente dois anos, isto é, a 3 de Outubro de 2018.

Além das atribuições anteriores, a empresa tem ainda o privilégio de constituir novas empresas, em parceria com outras privadas de direito angolano, investidores estrangeiros associados ou não a nacionais, que se dediquem à actividade de corte, transporte, semi-transformação, transformação e comercialização de madeira, florestação e reflorestação e adquirir parte ou a totalidade do capital de empresas constituídas nos termos da legislação vigente e do seu Estatuto Orgânico.

No “relatório de gestão e contas” entregue ao IGAPE a empresa não apresenta qualquer parecer dos auditores interno e externo e justifica a ausência de pareceres do Conselho Fiscal e de auditor independente com duas grandes motivações. Na primeira, a direcção da Madang-EP explica que tal se deve ao facto de “até ao momento este órgão (Conselho Fiscal) não ter sido nomeado pelas entidades competentes”.

Já para o auditor externo, a empresa diz que não contratou esse tipo de serviço, “devido a circunstâncias de os insuficientes recursos financeiros da empresa não possibilitarem a contratação desses serviços”.

Potencial

Angola tem um potencial florestal estimado em 69,3 milhões de hectares, que correspondem a 55,65 por cento do território nacional, segundo dados preliminares do “Inventário Florestal Nacional 2015”.

Com um volume total de madeira estimado em mais de 57 milhões de metros cúbicos, Angola é a segunda nação rica em florestas naturais na região Austral de África, depois da Republica Democrática do Congo (RDC).

Estima-se que o volume de madeira comercial seja de 48,8 metros cúbicos por hectare na floresta folhosa verde e de 4,6 metros cúbicos por hectare na floresta folhosa decídua e semi-decídua, ou seja, floresta aberta de miombo. Entre 1999 e 2017, assistiu-se por diversos factores, (exploração ilegal, anárquica e sem reposição e morte por idade das árvores), à destruição completa do Polígono Florestal de Matadi-ya-Ginga, em Malanje e a redução de 63,27 por cento da área histórica de 148 mil hectares.

10.2 Serviço de Protecção Civil prepara reassentamento

Jornal de Angola

9 De Setembro de 2020

Texto: Flávia Massua

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), numa acção conjunta com a Administração Municipal de Saurimo, está a concluir o loteamento de uma parcela de terreno equivalente a 74 campos de futebol nas localidades de Luar e Muangueji, para o reassentamento de 130 famílias que vivem em zonas afectadas por ravinas no bairro Mulombe, arredores da cidade de Saurimo.

Segundo o chefe do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do SPCB, Victorino Wangunua, os trabalhos, que decorrem a bom ritmo, visam a construção de moradias, através de um programa de autoconstrução dirigida. “Com base no levantamento realizado em diferentes zonas de risco, concluiu-se que cerca de 14 mil famílias na capital da província têm de ser reassentadas”, realçou Victorino Wangunua.

O administrador municipal adjunto para área Técnica e Infra-Estruturas, Wilson Txipema, informou que o processo de distribuição de lotes às populações que vivem em zonas de risco teve início em 2018 e já beneficiou mais de duas mil famílias no município de Saurimo.

Wilson Txipema acusa alguns responsáveis ligados às autoridades tradicionais de agitarem populares que vivem em zonas de risco para não abandonarem estas localidades, por objectivos inconfessos. O coordenador do bairro Mulombe, Francisco Icule, está preocupado com a chegada das chuvas, porque a ravina na localidade, que tem 800 metros de comprimento, 40 de profundidade e 20 de largura, poderá causar grandes estragos às infra-estruturas adjacentes.

10.3 Efeitos das alterações climáticas preocupam ministra do ambiente

Jornal de Angola

12 De setembro de 2020

Texto: Manuela Gomes

A ministra da Cultura, Turismo e Ambiente lembrou' ontem, em Luanda, a vulnerabilidade de países como Angola aos efeitos nefastos das alterações dinásticas, impactos e a tendência para os problemas se agravarem.

Adjany Costa, que presidiu à mesa redonda sobre Acção Climática, apontou as inundações, cheias, secas, erosão dos solos e o aumento do nível das águas do mar como os principais danos em Angola.

A par destes efeitos, disse a ministra, as alterações climáticas têm o potencial de afectar directamente os sectores da Saúde, Agricultura, infra-estruturas, a segurança alimentar e energética.

No domínio das emissões, segundo a ministra, Angola ocupa um lugar cimeiro no continente africano em matéria de emissões percapita, pelo que "urge a identificação de oportunidade para a promoção da economia de baixo carbono à escala nacional".

A ministra afirmou ser, este compromisso que determinou a ratificação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em 2000, do Protocolo de Quioto, em 2007 e, recentemente, a aprovação, pela Assembleia Nacional, da ratificação da Emenda de Doha ao Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris.

Sociedades resilientes A ministra defendeu, igualmente, investimentos para a edificação de sociedades resilientes aos efeitos das alterações climáticas.

Adjany Costa referiu que o conjunto de potenciais efeitos nefastos das alterações climáticas, impõe a necessidade de ajustar o modelo de desenvolvimento, tornando-o resiliente a estes prejuízos.

Neste contexto, disse, a acção climática destaca -se como preocupação transversal no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2025 e no PDN 2028/2022. Adjany Costa alertou que, para o alcance do objectivo de limitar o aquecimento da superfície da terra a 1,5 graus centígrados, conforme consta do Acordo de Paris, é preso "conhecer a neutralidade das emissões de gases de efeito de estufa até 2050".

O Executivo vai aprovar uma Estratégia Na zona para Alterações Climáticas 2020/2035, como um instrumento político nacional para orientação a acção climática a nível nacional a longo prazo. Este documento inspira -se na Estratégia de Desenvolvimento de Longo Termo, identificando os riscos causados pelas alterações climáticas e as oportunidades para a adopção de tecnologias compatíveis com os objectivos do Acordo de Paris. Por outro lado, está alinhada com os consensos internacionais sobre o desenvolvimento sustentável, incluindo a Agenda África 2063 e os ODS.

Acções coordenadas O representante das Nações Unidas em Angola, Edo Stark, considerou as alterações climáticas um dos maiores desafios do "nosso tempo, que só pode ser respondido através de acções conjuntas e coordenadas.

10.4 Madeireiros com prejuízos avultados

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2020

Os madeireiros da província do Cuando Cubango a cumularam, desde 2018, prejuízos de 125 mil milhões de kwanzas, por falta de transformação da madeira em toro nas áreas de exploração, informou a Angop.

Os madeireiros, segundo o presidente da Associação dos Madeireiros, Miguel Tchíyovo, a província têm em stock, guardado ao longo dos dois últimos anos, mais de 40 mil metro cúbicos em toro, mas não podem exportá-lo sem primeiro transformá-lo localmente em pranchas, para agregar valor ao produto, em cumprimento com o Decreto Ministerial 274/17, que proibiu corte, a circulação e a transportação de madeira em toro em todo o território nacional.

Para ultrapassar o impasse, as empresas aguardam pela reactivação do Pólo Industrial de Menongue, a fim de que asserrações possam funcionar e permitir a transformação da madeira, com vista a ser posteriormente exportada.

Por outro lado, disse que os associados vivem uma situação complicada, pelo facto de a campanha florestal, que começa habitualmente a 1 de Maio e termina a 31 de Outubro; não ter começado ainda este ano, porque não receberam as licenças de exploração.

O responsável disse que a situação é penosa, pois os associados realizaram investimentos, mas não conseguem ter o retorno do dinheiro aplicado.

A maior preocupação, disse, é permitir que as empresas que têm licenças possam aproveitar o tempo que ainda resta para concluir o trabalho de exploração da madeira.

Miguel Tchiyovo disse que este ano a associação não beneficiou de novas licenças, pelo que o Governo deve rever a situação, no sentido de ajudar a aliviar o problema do desemprego na região.

Afirmou que a associação está a trabalhar com os bancos, para as empresas filiadas poderem obter financiamento, via Prodesi, uma vez que se encontram descapitalizadas e a perder terreno para as homólogas asiáticas.

A associação, garantiu, Miguel Tchiyovo, vai trabalhar com o Governo, a partir deste ano, em função da existência de mais de três mil plantas de diversas espécies no polígono florestal criado, com destaque a espécie Mussivi, para o lançamento do primeiro campo experimental para o repovoamento. No Cuando Cubango, existem 55 empresas nacionais e estrangeiras de exploração da madeira.

10.5 Orientada a recolha de resíduos na baía

Jornal de Angola

16 De Setembro de 2020

Texto: Vigas da purificação

O Ministério dos Transportes (MINTRANS) orientou, segunda-feira, a remoção e desmantelamento de sucatas de navios ao longo da Baía de Luanda. Segundo uma nota do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do MINTRANS, a medida incide nos resíduos ferrosos e não ferrosos expostos, com destaque para os perigosos, como o amianto, substância que destrói a camada de ozono (definidas no Protocolo Montreal 1998).

A recolha deve ser feita mediante meios mecânicos, cujo manuseamento previne desperdícios, danos materiais e ambientais. A transportação dos resíduos deve ser feita por via marítima ou terrestre, com meios apropriados.

Conforme indicações do Instituto Marítimo Portuário Angolano, os resíduos devem ser encaminhados para lugares seguros, que não tragam consequências ao meio ambiente.

Para tal, as empresas devem adoptar procedimentos que concorram para as boas práticas de execução dos trabalhos e ter os meios adequados e em bom estado

técnico para a remoção, como camiões, rebocadores, barcos, assim como meios auxiliares, garantindo a manutenção das condições de higiene e limpeza das vias a serem usadas.

Segundo ambientalistas, as águas da Baía de Luanda estão a ser poluídas, há vários anos, por dezenas de embarcações que se encontram encalhadas, muitas delas já afundadas. A maior parte dos navios encalhados e afundados na Baía são embarcações de pesca.

A medida surge na base de Decretos Presidenciais sobre o “Regime geral de gestão de resíduos da República de Angola”, “Valorização de resíduos”, “Qualidade ambiental”, “Danos ambientais” e “Avaliação de impacto ambiental”.

O Ministério dos Transportes baseou-se igualmente na “Convenção Internacional de Hong Kong para a reciclagem segura e ambientalmente adequada de navios (2009), previstas no anexo da referida convenção “Regras para a reciclagem segura e ambientalmente adequada de navios”, de forma a salvaguardar os interesses do Estado angolano e a sua responsabilidade junto das organizações internacionais, bem como a “Convenção Internacional de Nairobi sobre a Remoção de Destroços”.

Caracterização dos resíduos

Consideram-se resíduos os produtos do desmantelamento de embarcações, navios e outros engenhos marítimos. Os resíduos caracterizam-se em ferrosos, não ferrosos, perigosos e não perigosos. O documento do Ministério dos Transportes reforça que, no final de cada mês, o adjudicatário deverá apresentar o relatório de serviço realizado, com as principais ocorrências e dados técnicos relevantes, de acordo com o caderno de encargos.

10.6 Vítimas das chuvas beneficiam de apoio

Jornal de Angola
23 DE Setembro de 2020

Pelo menos 265 famílias vítimas das chuvas começaram, segunda - feira, a receber lotes de terreno para a autoconstrução dirigida, na localidade do Quilómetro Onze (Km 11), município do Cazengo, província do Cuanza-Norte, no âmbito do projecto do Governo Provincial de melhoria das condições de habitabilidade dos municípios.

A cerimónia formal de entrega dos primeiros títulos de concessão de espaços foi orientada pelo

governador do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, segundo a Angop.

Os beneficiários são pessoas que viram as suas residências destruídas em Ndalatando, capital da província, em consequência das chuvas que assolaram a circunscrição em Abril último.

A zona de loteamento do "Krn 11" compreende uma área de 262,32 hectares, para mais de três mil lotes, 500 dos quais já parcelados, para a construção de casas do tipo T2, T3 e T4.

No local, serão preparados, inicialmente, 2.940 lotes, sendo 860 na primeira fase, 1.100 na segunda e 980 na terceira fase.

O espaço será também aproveitado para o reassentamento de famílias que construíram em zonas de risco, corno encostas de montanhas, leitos de rios, cursos de água, assim como cidadãos interessados em adquirir espaços para a construção de moradias ou de estabelecimentos comerciais.

Cada família vai receber uma parcela de 12,5 por 15 metros, ao custo de 140.370 kwanzas, a serem liquidados num prazo de 18 meses (cerca de oito mil kwanza/mês).

Além do contrato-promessa, os beneficiários são contemplados, no acto de entrega, com a declaração de posse do terreno, licença de construção, croquis de localização e planta de construção da casa - modelo, que foi erguida no local.

O loteamento do "Krn 11" conta já com água potável, fornecida por um furo artesiano instalado no local, energia eléctrica da rede pública e arrumamentos.

Estão ainda projectados para o local a construção de outros equipamentos sociais, corno posto policial, escola primária, infantário, igreja, posto de saúde, bombeiros, área comercial e estruturas de recreação e desportivas. O bairro vai beneficiar de uma conduta de abastecimento de água, derivada da nova estação de captação de Ndalatando, que será construída no rio Lucala.

Outras 12 casas-modelo de diferentes tipologias estão em construção no novo bairro, o primeiro projecto urbanístico do género na província do Cuanza-Norte, desde a proclamação da Independência Nacional, a 11 de Novembro de 1975.

Na ocasião, o governador do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, disse que a idealização daquele projecto de reassentamento está focada na perspectiva de criação de uma nova dinâmica no

domínio da melhoria das condições habitacionais da população.

Pretende-se, igualmente, com o projecto do Governo Provincial, promover um modelo de auto construção dirigida de habitações condignas em zonas urbanizadas e desencorajar as construções em áreas de risco.

O governador disse que, a par desses projectos, o Governo do Cuanza-Norte pretende, também, fomentar no local a agricultura, através da criação de cooperativas agrícolas, num loteamento agrário, onde estão a ser preparados mais de 75 hectares de terras para o cultivo, a serem entregues a 150 beneficiários, numa primeira fase.

Cada beneficiário vai receber meio hectare para actividade agrícola. Adriano Mendes de Carvalho referiu que a ideia integrar no processo produtivo os futuros moradores do bairro, incentivando-os a fazerem parte a cooperativa agrícola.

As chuvas de Abril deste ano provocaram em Ndalatando, segundo o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, a destruição de 265 casas e a inundaçao de 1.515, desalojando 1.778 famílias, devido ao transbordo dos rios Muembeji e Catenda.

No total, 8.902 pessoas foram afectadas. As zonas mais afectadas foram os bairros Ilha, Sambizanga, Quibuangoma. Posse e Camundai.

10.7 Santuário dos Embondeiros está a ser dizimado

Jornal de Angola

27 De Setembro de 2020

Criado numa área equivalente a 33 mil campos de futebol, o Santuário dos Embondeiros, na zona do Sequele, em Luanda, está a sofrer uma desflorestação sem precedentes, para construções anárquicas.

Símbolo do país nas várias exposições mundiais, o embondeiro, que está entre as árvores mais antigas do planeta, com idades entre os 1100 e os 2500 anos, tem o futuro cada vez mais ameaçado, em Angola.

Em Março do ano passado, nas comemorações do Dia Mundial das Florestas e da Árvore, o então director nacional da Biodiversidade, do Ministério do Ambiente (agora integra o Turismo e Cultura), reconhecia que o crescimento urbano e a desflorestação de zonas tinham colocado o embondeiro na lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção em Angola.

O responsável pela área da Agricultura e Pescas do município de Cacuo, que alberga o Santuário, apelava à protecção da espécie e sugeria, mesmo, que aquele que derrubasse uma árvore, sem autorização das autoridades, devia ser responsabilizado criminalmente pelo acto.

Entretanto, a devastação continua. As ocupações anárquicas, que começaram há quatro anos, com o surgimento de casebres, dão hoje lugar a construções decimento. Na ausência da autoridade, os próprios invasores criaram uma comissão de moradores, que hoje é responsável pela atribuição de espaços. “Aqui já tem muita gente que está a vir dos outros bairros, até mesmo senhores da centralidade estão a comprar terrenos aqui e a construir quintais grandes”, revela uma das habitantes.

Preocupação dos cientistas Há dois anos, um grupo de investigadores publicou, na revista “Nature Plants”, o resultado do estudo de uma década sobre estas árvores africanas e concluíram que, em vários países, no Sul de África, a espécie estava a morrer, sem saberem porquê.

A mais icónica das árvores africanas, como a classificam os cientistas, é, também, um dos seres vivos de maior longevidade na Terra: pode durar quase três mil anos sem sobressaltos. Muitas destas árvores (imponentes, com mais de 30 metros de altura, que se destacam na paisagem africana) já existiam há dois ou três séculos quando Jesus nasceu.

10.8 Cunene tem estudo sobre seca e cheias

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2020

Texto: Augusto Cuteta

Os resultados de um estudo e as novas linhas de investigação científica no domínio da gestão integrada dos recursos hídricos em zonas semiáridas e áridas do Sul de Angola, com particular ênfase à seca e às cheias no Cunene, vão ser apresentados, na próxima quarta-feira, durante uma videoconferência internacional.

A videoconferência, subordinada ao tema “Cunene da seca às cheias: Um programa científico nacional”, vai ser realizada através da plataforma digital Zoom e com transmissão directa a partir do Facebook da Comissão Nacional de Angola para a UNESCO, com

início às 10h00 e término às 13h00.

Os estudos estão a ser desenvolvidos pelo Departamento de Ensino e Investigação (DEI) de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto e parceiros, com vista ao fortalecimento das redes de investigação científica neste domínio.

A actividade de apresentação dos resultados das investigações, que vai contar com a participação de especialistas de Botswana, Cabo Verde, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Portugal, enquadra-se nas comemorações do 98º aniversário natalício do patrono da referida Universidade, o primeiro

Presidente de Angola, Agostinho Neto.

O coordenador da comissão organizadora da videoconferência, Gabriel Luís Miguel, disse, ontem, ao Jornal de Angola, que o grupo de águas do DEI de Geologia conta ainda com a parceria do Secretariado Permanente da Comissão Nacional de Angola para a UNESCO (CNUAngola) e do Centro da África Austral para Ciência e Serviços para Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão Sustentável dos Solos (SASSCAL).

Com discurso de abertura de Pedro Magalhães, reitor da Universidade Agostinho Neto, a videoconferência vai ter três painéis, onde serão abordados temas como “Tratamento

e interpretação de dados climáticos: O caso da região Sul de Angola”, “Plataformas para monitoramento de dados hidrológicos”, “Projecto sobre a Plataforma de monitoramento e Avaliação de Zonas Húmidas para as Bacias Hidrográficas Transfronteiriças na África Austral” e “Gestão de fenómenos de extrema cheias e secas: O caso do Sul de Angola”.

Durante a actividade científica, os especialistas vão ainda apresentar assuntos relacionados com as “Plataformas digitais utilizadas na gestão integrada de recursos hídricos e “Técnicas para o aproveitamento da água em situação de escassez”.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 FMI avalia programa a 16 de Setembro sem acordo com a China

Jornal Expansão

4 De Setembro de 2020

Texto: Joaquim José Reis

A reunião do 'board' do Fundo Monetário Internacional (FMI) para avaliar o cumprimento do programa de financiamento ampliado está agendada para 16 de Setembro, depois de ter sido adiada no final de Junho devido ao impasse nas negociações para a reestruturação da dívida angolana à China. Segundo apurou o Expansão não há ainda acordo com a China e dificilmente haverá até à realização da reunião com o FMI.

A menos de quinze dias da reunião onde será avaliado em Washington o cumprimento do programa do FMI em Angola (onde é também pedido uma moratória para 2020 e um aumento de 740 milhões no financiamento), o denominado 'Clube de Paris', que contempla países como EUA, Canadá, França, Japão ou Reino Unido, confirmou esta semana que Angola reúne condições para beneficiar da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do G20.

Do lado de Angola, o governo fica obrigado a usar as poupanças resultantes da suspensão do pagamento da dívida na mitigação dos efeitos económicos e sociais da Covid-19, em particular no sector da saúde.

Por outro lado, segundo o comunicado na página do Clube de Paris, o Executivo angolano comprometeu-se a obter de todos os outros credores internacionais bilaterais um tratamento do serviço da dívida que esteja em linha com o acordado com o Clube do Paris. É aqui que entra a China, a quem Angola devia 21.705 milhões USD no final de 2019, sendo que 78% dessa dívida é relativa a dívida comercial, mesmo tratando-se de bancos do Estado chinês.

O impasse nas negociações com um dos bancos chineses obrigou ao adiamento da reunião do 'board' do FMI de 30 de Julho para 16 de Setembro. Isto porque o 'peso' da dívida à China é elevado e a sustentabilidade da dívida angolana nesta fase de pandemia é garantida com uma moratória no pagamento de juros e amortizações ao gigante asiático. A concretizar-se este acordo, Angola pode poupar à partida 2,3 mil milhões USD em 2020, só em pagamentos à China e 286 milhões aos restantes países no âmbito da iniciativa do G20. Em plena pandemia da Covid-19, que efectou praticamente todas as economias mundiais, cedo ficou patente que Angola tinha que reestruturar a sua dívida externa para não correr riscos de incumprimento.

É assim que Angola está metida no meio da 'guerra' EUA-China, conforme admite uma fonte do Governo ao Expansão, isto porque para o FMI desbloquear a próxima tranche de 500 milhões USD no âmbito da terceira avaliação ao programa era preciso segurar primeiro um acordo com a China, o que aparentemente não está fácil. O gigante asiático é o maior credor do continente africano e quer partilhar as 'dores' dos alívios às dívidas com FMI e Banco Mundial.

Numa conferência de imprensa realizada a 25 de Agosto, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, Zhao Lijian, respondeu a várias questões de jornalistas sobre a reestruturação dos empréstimos chineses no âmbito da Iniciativa de

Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do G20, mas escusou-se a comentar o caso concreto de Angola. "Recebemos pedidos de alívio da dívida de mais de 20 países e chegámos a um acordo com mais de 10 deles até ao final de Julho. Estão a ser realizadas consultas entre a China e outros países e houve progresso nesse sentido", revelou. A DSSI só contempla dívida bilateral (país a país), mas o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial têm defendido o alargamento do alívio também à dívida comercial, o que tem chocado com os interesses chineses, já que a banca comercial é a principal credora de alguns países africanos, como é o caso de Angola. Assim, O responsável do governo chinês deixou um recado aos países desenvolvidos e também a estas instituições multilaterais sedeadas em Washington, que considerou serem "credores importantes e até principais" de alguns países em desenvolvimento: "As instituições comerciais nos países desenvolvidos também detêm grande parte das dívidas. É imperativo que essas instituições participem do processo de alívio da dívida. A China apela às partes relevantes para acelerar as acções e cumprir plenamente os seus compromissos. A China trabalhará com outros membros do G20 para

implementar o DSSI e, com base nisso, exortará o G20 a estender ainda mais a suspensão do serviço da dívida".

A revisão ao Orçamento Geral do Estado 2020 prevê uma suspensão substancial do pagamento do serviço de dívida durante este ano mas, caso não seja possível o entendimento com a China, é provável que tenha que ser novamente revisto, num contexto em que a actividade económica do País está bastante afectada pela pandemia, com escassez de moeda estrangeira disponível, o que tem acelerado a depreciação do Kwanza. Resta saber agora como irá fazer o Governo e o FMI caso as negociações com a China não cheguem a bom porto.

13.2 O paradoxo do Investimento chinês em Angola

Jornal Expansão

11 De Setembro de 2020

A forma como o investimento chinês foi apresentado, como sendo o único disponível para atender às gritantes necessidades de reconstrução do País, depois de 27 anos de guerra, numa conjuntura em que, destacava-se, as instituições multilaterais e os países acidentais não se apresentavam disponíveis para financiar o processo de reconstrução nacional e da transformação estrutural, foi abraçado sem grande questionamento sobre a eficiência dos mesmo e, possivelmente, dos seus impactos no médio longo prazo sobre o desenvolvimento País.

Contudo, existia a expectativa de que, com os níveis de investimentos, o País deveria entrar numa rota de colisão com o ciclo da pobreza que herdou dos 27 anos de guerra civil- reduzidos níveis de rendimentos médios, baixas taxas de poupança, reduzido nível de capital humano e baixa produtividade dos factores - e entrar para um ritmo de crescimento económico sustentado e de alteração estrutural, com o incremento dos níveis de rendimentos médios, aumento da poupança nacional - pública e privada -, aumento do capital humano e incremento da produtividade dos factores.

Nestes termos, o financiamento mobilizado no período pós-guerra foi apresentado como condição necessária para criar as condições de arranque do País. E, como registado nas Contas Nacionais, entre 2002 a 2017, o País registou taxas de crescimento relevantes, 6,1% com particular destaque para o período 2002 a 2008 -, com o investimento a contribuir, em termos médios, em 1,3 pontos

percentuais. Portanto, por aí, conseguiu-se responder que o País deu o arranque.

E, entre as fontes de financiamento do investimento, destaca-se o que veio da China - hoje consegue-se perceber que foi mais pelas condições do que pelos montantes -, avaliado em mais de 43.154 milhões USD, numa média anual de 2.547(1) milhões USD, segundo dados disponibilizados pela Universidade John Hopkinsso.

Pelos dados disponibilizados, os investimentos com origem na China parecem não ser tão expressivos quanto o que o discurso oficial aparentava mostrar, sendo que até ao ano de 2015 - o ano de 2016 foi a excepção, tendo sido registados 19.345 milhões USD o financiamento representou, em termos médios, 1,7% do PIE. Os montantes, pelos níveis de investimentos apurados no período em referência e à luz dos desafios da economia e da relevância que lhe foi conferida, parecem ser negligenciáveis. Mas o mesmo não pode ser dito das condições legais e diplomáticas em que os mesmos estavam envolvidos, o que necessariamente impôs barreiras implícitas à entrada de outros investidores no País, fundamentalmente naqueles sectores em que os investimentos chineses tinham maior expressividade.

A blindagem do investimento com origem na China, de força explícita e implícita, estava a ser impulsionada pelas expectativas de que seria a bóia de salvação do País para estimular o surgimento de infra-estruturas pelo País, num esforço para incrementar a competitividade territorial e impulsionar taxas de crescimento da economia mais sustentáveis e inclusiva.

O investimento chinês, pela relevância política que lhe foi conferida, trouxe consigo a expectativa de (poder) estar a financiar a alteração da estrutura da economia, através da melhoria do ambiente de negócios, alteração da imagem do País - Reconstrução e construção das principais infra-estruturas destruídas durante a guerra - nos mercados externos e na criação de um sistema de governação corporativa mais assertivo, num esforço para atrair e manter o investimento privado de outras geografias que pudessem impulsionar o espírito empresarial interno, potencializar-se a capacidade produtiva e a construir bases fortes para a criação de emprego, ao mesmo tempo que criava amortecedores aos choques externos.

Os montantes de investimento alocados à economia com origem da China, pela forma como foram "apadrinhados", foram, em muitos casos, apresentados como impulsionadores da melhoria do

capital humano nacional, com uma forte aposta na educação e na criação de condições para melhoria do saneamento básico, incremento do número de camas por pessoa e na criação de um sistema de saúde capaz de atender às necessidades da população.

Nestes termos, o investimento chinês, ao invés de trazer as valias propostas acima, trouxe desafios à economia. Basta ver a qualidade das estradas em Angola, o nível de corrupção no País, a fragilidade das nossas instituições e da manutenção da economia de enclave. E, acima de tudo, basta ver o fardo do endividamento público que o País tem de suportar e os desafios que tem imposto na definição e gestão das políticas públicas, com particular destaque sobre o reduzido espaço fiscal imposto à política orçamental.

E, para além de o País apresentar graves insuficiências em matéria de infra-estruturas, capital institucional, competitividade e resiliência aos choques exógenos, as expectativas devida da população e o nível de ensino ainda continuam baixos e as expectativas que se têm sobre a evolução da economia não são as melhores. Portanto, contrariamente à mensagem que foi propagada com a contratação do financiamento chinês e com todas as vantagens associadas a ela - no que a condições de reembolsos dizem respeito -, em termos efectivos, o País ainda está por sentir os benefícios dos mesmos. E receio que não o venha sentir, proximamente, se os paradigmas não forem corajosamente alterados.

Portanto, contrariamente ao que era expectável com a atracção de investimento externo, fundamentalmente chinês, que pudesse liderar o processo de transformação estrutural e impulsionar O processo de diversificação, modernização e industrialização da economia, com instituições fortes e comprometidas com as pessoas, o País apresenta resultados completamente diferentes. Hoje, Angola é um dos países pobres mais endividados do mundo (123% do PIE), com um nível de concentração das exportações elevado (95% das exportações de petróleo), com uma economia com altas taxas de pobreza (51% para 2020, segundo o Banco Mundial), com níveis de desigualdade de rendimentos enormes (0,51 de índice de Gine, segundo dados do INE), com taxas de desemprego elevadas (taxas de desemprego de 32,7% do 11 Trimestre 2020, IN,E) e com instituições frágeis.

E indiscutível que o País poderia ter feito melhor com os investimentos chineses. E não se pode responsabilizar os credores pelos erros que tenhamos cometido. O mal está feito. Resta-nos aprender com eles e tentar renegociar as condições de modo a

liberalizarmos liquidez e espaço à política fiscal e, por arraso, à política monetária e cambial, de modo a financiar um processo de transformação estrutural à altura dos desafios da economia. Ainda vamos a tempo de fazer melhor.

1 Excluído os montantes de 2016 a 2018, a média anual cal para 1.427 milhões USD.

13.3 Angola e China apostam no reforço da cooperação

Jornal de Angola

16 De Setembro de 2020

Acções desenvolvidas entre Angola e a China nos domínios da Cultura, Turismo e Ambiente foram abordadas segunda-feira, em Luanda.

Durante um encontro entre a ministra da Cultura, Turismo e Ambiente (MCTA), Adjany Costa, e o embaixador da China em Angola, Gong Tao, defendeu-se a necessidade do reforço do intercâmbio cultural e a renovação de alguns memorandos.

Adjany Costa destacou a importância da revisão das propostas de alguns memorandos e mostrou o interesse de Angola na atracção de turistas, bem como na criação de ofertas atractivas. Realçou que “os ideais do MCTA estão em linha com o Governo Chinês”, para o desenvolvimento económico mais integral e sustentável. Relativamente ao Ambiente, segundo a ministra, a China atribui uma extrema relevância a essa temática, sendo que, ambos os países, assinaram o Acordo de Paris, para um ambiente mais sustentável e saudável.

A ministra da Cultura, Turismo e Ambiente sugeriu uma relação mais dinâmica, tendo em conta a organização das equipas do MCTA.

13.4 China pretende elevar parceria com Angola

Jornal de Angola

27 De Setembro de 2020

O Presidente chinês, Xi jín-ping, afirmou, sexta-feira, em Pequim, que a China está disposta a trabalhar com Angola para fortalecer as relações bilaterais e elevar a parceria estratégica entre os dois países a um nível superior, informou, ontem, a Embaixada angolana, numa nota, citando a imprensa chinesa.

Segundo o documento, a Xinhua, agência de notícias da China, refere, num artigo publicado ontem, que o

líder chinês manteve, na noite de sexta-feira, uma conversa telefónica com o Presidente João Lourenço, durante a qual assegurou que vai encorajar o desenvolvimento de uma "cooperação mais prática", incentivar as empresas do seu país a investirem em Angola para impulsionar o desenvolvimento económico e social.

"Angola é um parceiro importante da China em África e as economias dos dois países complementam-se em função das potencialidades de cada um", afirmou o Chefe de Estado chinês, antes de recordar a existência de uma relação de irmandade pautada na sinceridade, boa fé e vantagens recíprocas.

Acrescentou que a China está disposta a apoiar Angola no sentido de alcançar um desenvolvimento adequado à sua realidade e condições internas. Durante a conversa,

O Presidente chinês assegurou, também, que o seu país está disposto a continuar a oferecer assistência a Angola, da melhor forma possível, e que enviará ao país, num futuro próximo, um grupo de especialistas médicos e epidemiologistas para reforçar o combate ao novo coronavírus.

Xi Jinping prometeu incentivar as empresas chinesas a investirem em Angola para impulsionar o desenvolvimento económico e social. Xi Jinping informou que a China está disposta a priorizar os países africanos na partilha das suas vacinas, depois de concluídas as pesquisas em curso e logo que estejam disponíveis ao público.

O estadista enfatizou que, com a pandemia da Covid-19, os Governos chinês e angolano tomaram medidas decisivas que ajudaram a conter, eficazmente, a epidemia, partindo do princípio que consiste em colocar a vida humana em primeiro lugar.

Xi Jinping disse, ainda, que os dois países têm colaborado e prestado apoio recíproco aos expatriados angolanos e chineses onde quer que se encontrem tendo em conta as Limitações: de movimento provocada: pelo encerramento dos espaços aéreos, em consequências da pandemia.

O líder chinês assegurou igualmente, que a China está disposta a coordenar, estreitamente com Angola, em fóruns multilaterais e em assuntos internacionais, a salvaguarda da equidade e justiça internacionais, bem como a defesa do multilateralismo e dos interesses comuns dos países em desenvolvimento. A Xinhua refere que o Presidente João Lourenço desejou ao povo chinês um feliz feriado do Dia Nacional, que se assinala a 1 de Outubro, mas cujas jornadas se estendem até ao dia 7 do mesmo mês. O Chefe de

Estado angolano reconheceu que a China é única grande potência que, em pouco tempo, conseguiu controlar, eficazmente, a pandemia da Covid-19.

João Lourenço agradeceu, também, à China por ter prestado ajuda aos países africanos, em particular a Angola, no combate à Covid-19 e manifestou o interesse de reforçar a cooperação com o "gigante asiático" em vários domínios, incluindo na área de vacinas.

O estadista afirmou que Angola atribui grande importância às relações e amizade entre os dois países.